

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais

A Batalha pela Memória: Os Militares e o Golpe de 1964

Aline Prado Atassio

Orientador:
Prof. Dr. Marco Antonio Villa

Dissertação apresentada ao PPGCSO -
DCSo da UFSCar para obtenção do título
de mestre.

São Carlos, 2007

Aline Prado Atassio

A Batalha pela Memória: Os Militares e o Golpe de 1964

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestre.

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A862bp

Atassio, Aline Prado.

A batalha pela memória : os militares e o golpe de 1964 /
Aline Prado Atassio. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
184 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2007.

1. Organização militar (Forças armadas). 2. Militares. 3.
Brasil - história - revolução, 1964. 4. Memória. I. Título.

CDD: 322.5 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Aline Prado Atassio

07/03/2007

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Dedico ao meu avô Bernardo Prado (in memoriam)

Agradecimentos:

Muitas são as pessoas que contribuíram de alguma forma para que eu realizasse esse trabalho. Algumas estiveram presentes desde o principio, quando este projeto não passava de vaga idéia, outras vieram contribuir quando eu já escrevia a dissertação. Entretanto, todas desempenharam papel fundamental.

Primeiramente agradeço meus pais, Lucia e Carlos e ao meu irmão Marcel, sem os quais esta empreitada seria impraticável. Carinho, compreensão, amor e muita paciência.... impossível definir tudo o que fizeram e me deram a fim de tornar minha jornada menos árdua.

Dizer obrigada aos amigos é muito pouco; não existem palavras para expressar o quão grata e feliz sou pela contribuição: Alexandre (Delega), Amanda, Dani (Farah e Petrilli), Erika, Moacir, Nádia, tio Nelson, Netto, Reinaldo e Victor Hugo contribuíram de forma direta, seja dando suporte emocional – imprescindível, ou ainda desprendendo tempo para ler e sugerir alterações no trabalho.

Sou grata ao meu orientador, Marco Antonio Villa, não apenas pela orientação formal - sempre solícito respondendo imediatamente meus e-mails e emprestando livros que de outra forma seriam inacessíveis, mas especialmente pelo estímulo e paciência; à banca agradeço a presença e também a contribuição em minha formação nas Ciências Sociais, onde Piero Leirner foi figura presente, pois meu professor desde o 1º ano de graduação, e Celso Castro, pelas obras que tanto influenciaram meus estudos. Ao PPGCSO agradeço por me acolher e permitir que um sonho se realizasse; a Larissa Granato agradeço pela correção gramatical.

Por fim agradeço à Fapesp pelo apoio que possibilitou minha integral dedicação ao trabalho.

São Carlos, fevereiro de 2007

“São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira. Não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas. Às vezes, é certo, é possível flagrar um propósito consciente de falsificar o passado, mas mesmo neste caso, o exercício não perde o valor porque a falsificação pode oferecer interessantes pistas de compreensão do narrador, de sua trajetória e do objeto recordado. Por outro lado, e mais freqüente, embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem”¹

¹ Reis, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória. In: *1964-2004. 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.119.

Resumo

Esta dissertação busca realizar uma análise da memória dos militares sobre o golpe de 1964, tendo como objeto a publicação editada pela Biblioteca do Exército Editora, em 2003, *Coleção História Oral do Exército. 1964: 31 de Março – O Movimento Revolucionário e sua História*. A relevância deste trabalho está no fato de conferir oportunidade aos vencidos na batalha pela memória de expor as motivações e os desejos que os levaram a participar do golpe militar.

Através desta análise, concluímos que os militares, enquanto grupo social, procuraram, através das entrevistas, legitimar a intervenção da qual fizeram parte, além de garantir o lugar da memória institucional sobre o evento, em resposta às versões predominantes na literatura sobre o tema.

Sumário:

Introdução..... 8

A Coleção História Oral do Exército – 1964: 31 de março – O Movimento Revolucionário e sua História.....11

A literatura.....14

Metodologia: História Oral e Estudos da Memória.....17

Capítulo I

Participação do Exército na Política Nacional: A Construção do Imaginário

Militar.....22

Ia-Guerra do Paraguai, Abolição e República.....23

Ib-Novos atores, novos cenários, novas reivindicações.....33

Capítulo II

Memórias Sobre os Antecedentes do Golpe: O Governo João Goulart.....47

Capítulo III

Os Militares Avançam: O Golpe de 196489

IIIa - Apoio ao Golpe: EUA, Classe Média, Igreja e Mídia.....120

Capítulo IV

Olhares sobre o tempo: Avaliações Castrenses Sobre o Período Militar..... 133

IVa- Governo Castello Branco.....135

IVb- Governo Costa e Silva.....140

IVc- Governo Médici.....146

IVd- Governo Geisel.....150

IVe-Governo Figueiredo.....154

IVf- As Arbitrariedades do Período Militar: Memórias sobre a Repressão.....158

Conclusão.....170

Bibliografia.....180

Introdução

“A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro”.

Machado de Assis

Esta dissertação é produto de uma inquietação que surgiu com a leitura de memórias militares para um trabalho anterior, onde pude notar que os militares procuravam construir uma história própria da instituição militar, em especial do Exército, - Força na qual concentram-se meus estudos – negando ou desacreditando a literatura sobre diversos temas, em especial sobre as intervenções militares na vida pública nacional.

Em 2003 a Bibliex (Biblioteca do Exército Editora), dando continuidade ao Projeto História Oral do Exército², publicou uma Coleção denominada *1964: 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*, onde os militares contavam sob suas óticas a história do golpe de Estado responsável por mergulhar o Brasil em mais de 20 anos de ditadura militar. Com a leitura do primeiro volume, pude constatar que as narrativas repetiam-se, apresentando uma singularidade incomum, se levarmos em conta que cada depoente ocupava uma patente distinta, da mesma forma que servia em região militar diferente dos colegas entrevistados, sugerindo que, mais do que mostrar a visão daqueles que de alguma forma participaram do movimento de 1964, a intenção da Coleção era responder às inúmeras publicações sobre o período militar escritas por civis, além de produzir a história oficial do Exército sobre os ocorridos, o que fica explícito na apresentação à Coleção, escrita pelo seu coordenador geral, general Aricildes de Moraes Motta. Desta forma, foi-me sugerida pelo prof. Dr. João Roberto Martins Filho a utilização desta Coleção como objeto de estudo para o mestrado, que iniciaria no ano de 2005, oportunidade que vislumbrei como única, dado que por ser muito recente, não havia ainda estudos sobre a referida publicação da Bibliex³.

² A primeira coleção editada pela Bibliex é aquela em que o objeto é a rotina da FEB Segunda Guerra sob a ótica dos pracinhas. Intitulada *Segunda Guerra Mundial*, a coleção conta com 182 entrevistas distribuídas em 8 tomos.

³ Uma resenha sobre esta Coleção foi publicada em janeiro de 2005 por Amanda Pinheiro Mancuso na Revista Teoria & Pesquisa no 46, publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

O interesse fundamental deste estudo foi de captar, através de relatos individuais, o grupo, a sociedade de que o indivíduo faz parte e representa; “buscar encontrar a coletividade a partir do indivíduo”⁴ e desta forma, compreender o imaginário militar⁵, a memória dos oficiais do Exército respeito do golpe, bem como as divisões existentes no campo simbólico de uma mesma corporação, o que é essencial para encontrar respostas às decisões tomadas pelos militares nos anos 60.

A hipótese principal deste trabalho é a de que, valendo-se das memórias, os militares buscaram legitimar a intervenção política da qual foram protagonistas. Por isso, não raro seus depoimentos buscaram construir uma história favorável ao golpe, adaptando os fatos, as premissas e as conclusões. Acredito ainda que as dissonâncias, as contradições, os conflitos e as divergências entre as narrativas dos militares sintetizam o delicado momento no qual as Forças Armadas estavam inseridas, quando da deposição de Goulart. A tomada de poder teria sido resultado do processo de anomia que estava instalado nas Forças Armadas. Desde os anos 30, as Forças Armadas enfrentavam o crescimento de tensões internas relativas às posições políticas de seus membros, que se acirraram no governo João Goulart. Entretanto, a ameaça de guerra civil, expressa na quebra da hierarquia militar por ocasião da revolta dos marinheiros⁶, acabou por reforçar momentaneamente a unidade militar, o que possibilitou o golpe de 1964.

Levanto, ainda, hipóteses subsidiárias segundo as quais os militares resolveram assumir o poder devido à descrença na eficácia da associação entre democracia política e desenvolvimento econômico. Sendo assim, o período de governo militar seria visto por eles como um necessário momento de diminuição da soberania popular em prol do desenvolvimento econômico nacional, mas, supostamente, não significaria desapareço dos militares pela democracia.

Metodologicamente, a opção foi pela pesquisa bibliográfica, pois dado o exíguo tempo e a abundância de material, não haveria como realizar novas

⁴ Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *Relatos orais: do indizível ao dizível*. IN: Ciência e Cultura. São Paulo: março/1987, p.278.

⁵ Neste trabalho imaginário é compreendido como o conjunto de signos, símbolos, idéias, mitos e ícones resultantes de discursos e práticas sociais. “Imaginação é um dos modos pelos quais a consciência apreende o mundo e o elabora, sendo que ela dispõe de diferentes graus de imagem à sua disposição” (Durand. In: Sintoni, 1999).

⁶ Ver Silva, Hélio. *Golpe ou Contragolpe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

entrevistas. Primeiramente, realizei uma análise objetiva do processo histórico, uma vez que a memória não deve ser utilizada como fonte única, “pois não fornece bases empíricas suficientes para levantar inferências; deve ser sempre completa do material coletado de outra maneira”⁷. Como forma de abarcar a ampla realidade estudada, utilizei documentos, livros de historiografia e análise histórica, o que conferiu novas dimensões e maior profundidade à pesquisa. Passada esta primeira fase, iniciei a leitura de todas as entrevistas e a análise deste material. A metodologia escolhida foi a da história oral e a da memória, sempre amparadas pelo respaldo teórico da sociologia, política ou antropologia.

O primeiro capítulo difere substancialmente do restante, pois é nele que faço um retrocesso histórico a fim de expor a formação do imaginário militar construído desde a formação do Exército e responsável pelas suas representações de mundo e suas conseqüentes práticas sociais e políticas. Nos capítulos seguintes, a atenção se volta exclusivamente para os temas tratados na Coleção, sendo que o segundo abarca o período do governo Goulart, o terceiro enfoca especificamente o momento do golpe até a posse de Castello e o quarto preocupa-se com as análises dos militares sobre os governos do período 1964-1985. Questões como repressão, censura e tortura encontram-se neste capítulo. O quinto capítulo é a conclusão, onde busco aprofundar as reflexões sobre as memórias. Por sugestão de especialistas na área⁸ e seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), utilizei a forma entre parênteses para me referir às citações diretas, com o objetivo de facilitar a leitura do texto, evitando que o leitor seja obrigado a recorrer às notas de rodapé a cada citação. Contudo quando a questão for referências ou citações indiretas a opção foi pela nota de rodapé, para equilibrar o texto e atalhar a procura da referência por aqueles que estiverem lendo o texto. Quando utilizar a palavra “militares” estarei, na realidade, me referindo àquela parcela composta por oficiais do Exército, pois são maioria entre os depoentes da Coleção. A colocação da posição hierárquica do entrevistado no momento do golpe foi colocada em todas as citações. Todavia, em alguns trechos não farei menção à esta posição pois, principalmente anos que antecedem o golpe, os entrevistados não declararam suas patentes. Por fim, optei

⁷ Queiroz, op.cit. p.278.

⁸ Foram consultadas bibliotecárias da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal, cuja função é, entre outras, realizar a correção das referências bibliográficas de trabalho de alunos da referida universidade.

por denominar o movimento de 1964 de golpe, acreditando ser esta a expressão que melhor define o ocorrido no Brasil⁹, porém por vezes, a expressão “revolução” foi utilizada, por reproduzir a forma de dizer dos entrevistados.

A Coleção História Oral do Exército – 1964: 31 de março – O Movimento Revolucionário e sua História

O assunto parecia esgotado; depois de muita discussão, alguns livros e inúmeros debates, acreditava-se que poucos eram os que ainda se preocupavam em lembrar o período compreendido entre os anos de 1964 até 1985 - conhecido entre os militares como os anos da revolução - quando surpreendentemente eles resolveram falar. E falaram bastante; expuseram todas as suas indignações, a saudades, as avaliações e as versões sobre tantos fatos, histórias e personagens. Os militares voltavam a cena em 2003 - um ano antes do golpe completar seus 40 anos - com a publicação pela Biblioteca do Exército Editora (Bibliex), de uma coleção composta por 14 volumes e 220 entrevistas¹⁰, realizadas no período de 2000 a 2002.

Era uma resposta à esquerda, à oposição civil e principalmente, ao que eles denominaram revanchismo. Era a oportunidade de mostrar a todos a versão daqueles que participaram de alguma forma da “revolução”, independente da patente ou região em que serviam quando o movimento eclodiu. Nas palavras do próprio organizador da coleção, o que se pretendia era “mostrar o outro lado da colina”¹¹.

De leitura difícil, exaustiva, não apenas em função da extensão da coleção mas, sobretudo pela repetitividade das idéias, as entrevistas mostraram-se excelentes fontes para compreendermos a imagem que a instituição construiu acerca do período militar brasileiro.

O objetivo da Coleção, colocado por seu coordenador geral é “tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pelas palavras daqueles que

⁹ Ver verbetes revolução e golpe de Estado em Bobbio, Norbert. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1993.

¹⁰ Entre os depoentes encontramos 25 generais-de-exército, 18 generais-de-divisão, 34 generais-de-brigada, 71 coronéis, 23 tenentes-coronéis, 3 majores, 3 capitães, 2 primeiros-tenentes, 1 contra-almirante, 1 vice-almirante, 2 brigadeiros-do-ar, 2 majores-brigadeiros-do ar, 1 tenente-brigadeiro-do-ar, 1 coronel-aviador e 1 tenente-coronel-aviador. Os civis depoentes foram 35, distribuídos entre as profissões de jornalistas, professores, desembargadores, ministros, engenheiros e doutores.

¹¹ Motta, Aricildes de Moraes (org). *1964: 31 de Março*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003

agora ganharam oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações” (MOTTA, 2003:9). A motivação primeira para que tal coleção fosse realizada, segundo este general, ocorreu quando alguns setores da sociedade civil, como a mídia, os intelectuais e os políticos, tornaram-se insistentes falsificadores da verdade sobre os acontecidos na história recente, em especial pós anos 50, em nome de motivações ideológicas e da promoção do que os militares chamam de “revanchismo”. Segundo o general Motta, nestes setores da sociedade “todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. [...]. Pela palavra e pela pena, indisfarçavelmente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se neste mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados” (idem, p.10). Assim, fazia-se necessário, aos olhos das Forças Armadas, dar oportunidade àqueles que participaram direta ou indiretamente daquele período histórico, civis ou militares, e encontravam-se no lado direito do espectro político, de expor suas histórias sobre esses mesmos acontecimentos, para que os leitores tivessem assim oportunidades de utilizarem suas próprias formas de avaliação e juízo dos fatos. Ainda de acordo com a introdução do general Motta, “é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas” (ibidem, p.10).

Os questionamentos sobre o procedimento metodológico utilizado na realização das entrevistas que compõem a Coleção são muitos e podemos começar citando a escolha dos entrevistados e entrevistadores. Não há dados concretos que nos explique como e porquê foram estes os nomes escolhidos; o que nos é colocado nas “considerações metodológicas” da Coleção afirma que a colônia¹² foi formada por militares e civis que participaram do evento a ser estudado e a rede foi “baseada em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço número 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de

¹² Colônia: grupo de pessoas ligadas por traços comuns dentro da qual serão escolhidos os entrevistados. Essa parcela da colônia escolhida é conhecida como Rede.

29 de outubro de 1999 e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000”¹³.

Outra questão importante refere-se à interação entrevistador-entrevistado. Um dos maiores pecados daqueles que trabalham com entrevistas é não resistir a tentação de interferir incessantemente, de discordar da opinião do entrevistado e, principalmente, de não conseguir ficar calado escutando o entrevistado¹⁴. Todos esses erros foram cometidos pelos entrevistadores¹⁵, comprometendo de alguma forma as respostas, pois exerciam precisa coerção sobre os entrevistados a fim de que eles encaixassem seus depoimentos naquilo que era considerado pelo entrevistador como a verdade dos fatos. Em alguns momentos, a impressão é a de que a relação se invertia e não era o entrevistado quem tinha o que dizer e sim o entrevistador, o espírito de aprendizado por parte do entrevistador da Coleção parecia deixar de existir e este tomava a dianteira da entrevista, ditando os rumos das respostas. Obviamente estes erros não estão presentes em todos os depoimentos, há aqueles onde a intervenção do entrevistador é sutil, ficando imperceptível. Acredito que a principal variável neste caso é a intimidade do entrevistador com o entrevistado pois quanto mais próximos aparentavam ser mais interferências ocorriam. Por outro lado, o fato das entrevistas terem sido realizadas por militares contribuiu para que se estabelecesse um clima de confiança e respeito mútuo; o conhecimento profunda das práticas e terminologias típicas dos militares, bem como o sentimento de grupo foram outros fatores facilitadores das entrevistas. Por fim, devo ressaltar que a escolha das questões obedeceu a critérios que atendiam os interesses das Forças Armadas em defender a instituição, justificar a intervenção e responder à oposição¹⁶.

¹³ Motta, op.cit. Por diversas vezes busquei, através de e-mails, contato com os responsáveis pela Coleção, com o objetivo de esclarecer quais eram os critérios, como foram definidos e por fim, pedi que liberassem o meu acesso à referida Ordem de Serviço, bem como ao Plano Geral de Projetos, no entanto, jamais obtive resposta.

¹⁴ Becker, Howard S. *Método de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁵ Os entrevistadores foram: João Carlos Rotta (RS), Ilo Francisco Marques de Barros Barreto (PE), Geraldo Luiz Nery da Silva (RJ e MG), Tércio dos Santos Vieira (CE), Ivan Ferreira Neiva e Roosevelt Wilson Sant’Ana (DF) e José Gustavo Petito (SP). In: Motta, op.cit.

¹⁶ A Coleção possui uma parte destinada à descrição da metodologia utilizada que está presente logo após a introdução em todos os tomos. Para mais informações ver Motta, op.cit.

A literatura

Como dito acima, a *Coleção História Oral do Exército: 1964, 31 de março* surgiu como resposta dos oficiais do Exército que infelizes com a nova onda de publicações de militantes de esquerda sobre suas experiências nos porões da ditadura ou ainda com os trabalhos acadêmicos sobre a política e a economia dos períodos militares, que então resolveram expor suas versões sobre esses temas, numa tentativa de aplacar o “revanchismo”¹⁷ da esquerda. Desta maneira, conclui ser por bem realizar uma breve revisão desta bibliografia a fim de que o leitor conheça os principais interlocutores dos entrevistados e assim, compreenda o tom das entrevistas realizadas pela Coleção.

A produção bibliográfica sobre o regime militar é extensa e variada; encontramos relatos autobiográficos, romances biográficos, entrevistas, dossiês e teses acadêmicas que exploram sob vários ângulos o período militar.

Tendo como tema as questões políticas que envolveram a queda de Goulart, há o livro de R. Dreyfuss¹⁸, publicado em 1981, sob abordagem estrutural onde a influência norte-americana é compreendida como definitiva para o golpe de 1964, opinião que foi corroborada pela análise de Moniz Bandeira¹⁹ alguns anos mais tarde. A queda de Jango também foi analisada sob outras perspectivas por Argelina Figueiredo²⁰ e por Wanderley Guilherme dos Santos²¹, onde a influência norte-americana foi relativizada e a incapacidade de Goulart ao poder surgiu como fator principal no desencadear do retrocesso político nacional. Mais recentemente, outros livros foram lançados na tentativa salutar de sanar algumas lacunas históricas e biográficas, dentre os quais encontramos as obras do jornalista Elio Gaspari²² e do historiador Marco Antonio Villa²³.

¹⁷ Para os militares o revanchismo seria a atitude de hostilidade daqueles que derrotados pelas armas tornaram-se vitoriosos na luta pela memória relativa ao movimento de 1964 “derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos [...]”. Passarinho, Jarbas. *A Desculpa dos Vencedores*. In: Motta, op. cit.

¹⁸ Dreyfuss, René Armand. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁹ Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

²⁰ Figueiredo, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²¹ Santos, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

²² Gaspari, Elio. *A ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002a.

²³ Villa, Marco Antonio. *Jango: Um Perfil*. São Paulo: Globo, 2003.

Sobre o regime militar, existem publicações nas diversas áreas das ciências humanas. Thomas Skidmore²⁴ foi um dos primeiros historiadores a escrever algo acerca dos primeiros governos militares, e foi seguido por Maria Helena Moreira Alves²⁵, Edmundo Campos Coelho²⁶ e Ronaldo Costa Couto²⁷. Sobre a política externa do período ditatorial, temos o livro de Paulo Fagundes Vizentini²⁸ e posteriormente, livros que tratam de períodos específicos, como o caso de João Roberto Martins Filho, Suzeley Mathias, Eliézer Rizzo de Oliveira, Alfred Stepan entre outros²⁹. Uma outra modalidade de trabalho – a entrevista – foi inaugurada com o projeto do CPDOC, garantindo novos parâmetros de análise. Tanto a trilogia *A memória militar* quanto o *Dossiê Geisel* são marcos na produção acadêmica sobre o período militar.

Com relação aos temas menos caros aos militares – repressão e tortura, as autobiografias, os romances e os dossiês foram destaques. O primeiro relato foi escrito por Renato Tapajós³⁰ durante o período de distensão do governo Geisel, e consistia em uma denúncia das sevícias sofridas pelos presos políticos por órgãos de repressão da ditadura. Inicialmente proibido pelo governo, o livro foi liberado em 1979, mas dado o tom denso da narrativa não alcançou sucesso como o conquistado por Fernando Gabeira³¹, em 1979, que se tornou tema de filme aclamado pelo público mais de uma década depois do livro ter sido publicado. Em 1981, Frei Betto³² publicou sua versão sobre a morte do dirigente esquerdista Carlos Marighela. Também o livro editado sob responsabilidade do Cardeal Paulo Evaristo Arns,³³ em 1985, bem como o de Jacob Gorender³⁴, em 1987,

²⁴ Skidmore, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

²⁵ Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

²⁶ Coelho, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Record, 1990.

²⁷ Couto, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁸ Vizentini, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Edufrgs, 1998.

²⁹ Martins Filho, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Edufscar, 1995; Mathias, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Capinas: Papyrus, 1995; Oliveira, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Capinas. Papyrus, 1997; Stepan, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Couto, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³⁰ Tapajós, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

³¹ Gabeira, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo, Cia das Letras, {1979}2001.

³² Frei Betto. *Batismo de Sangue – Os dominicanos e a morte de Carlos Marighela*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

³³ Arns, Paulo Evaristo. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985

³⁴ Gorender, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1985.

seguiram o ritmo de Gabeira e alcançaram vendagens excepcionais para o mercado literário nacional.

Todavia, os militares não permaneceram no anonimato total; muitos publicaram suas memórias ou mesmo livros com ambições históricas sobre o golpe e o período militar. Em 1970 o Marechal Poppe de Figueiredo escreveu *A Revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*³⁵, cujo subtítulo revela as pretensões do autor. Em seguida, 1976, foi a vez do Coronel Hernani D'Aguiar³⁶ comentar a revolução “por dentro”, e do General Hugo de Abreu, em 1979. A publicação de entrevistas e de livros de memória como do general Cordeiro de Farias³⁷ e do General Mourão Filho³⁸ são outros exemplos. Por fim, no ano de 2006 foi publicado o bombástico livro de Sylvio Frota³⁹, um dos protagonistas mais ativos do período ditatorial.

Com relação às leituras de esquerda, nos anos 90 as publicações continuaram; os dossiês de mortos e desaparecidos políticos⁴⁰ ganharam expressiva representatividade graças ao trabalho de familiares, ex-militantes de esquerda e acadêmicos. Desta forma, muitas outras foram as publicações que tinham como tema o calvário vivido pelos opositores do regime militar⁴¹. Entretanto, este não era o único foco, fazia-se necessária uma reavaliação dos anos militares e pensando nisso abundaram pesquisas universitárias sobre o tema. No ano de 2002 Elio Gaspari iniciou a publicação de seus quatro livros sobre a ditadura, onde esmiúça as questões internas do poder, a formação dos grupos militares, a oposição e a luta armada, a repressão, chegando até o processo de abertura. De leitura agradável capaz de prender o leitor, além de críticos e perspicazes, os livros de Gaspari foram sucessos e tornaram-se referências nos

³⁵ Editado pela APEC Editora S. A.

³⁶ D'Aguiar, Hernani. *A Revolução por Dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

³⁷ Camargo, Aspásia & Góes, Walter de. *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

³⁸ Mourão Filho, Olympio. *Memórias – A verdade de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

³⁹ Frota, Sylvio. *Ideais Traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

⁴⁰ *Projeto Brasil: Nunca Mais*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985, 6 tomos; *Dossiês dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudos da Violência do Estado (IEVE). Recife: Grupo Tortura Nunca Mais/ Companhia da Editora de Pernambuco/ Governo do Estado de Pernambuco, 1995; *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* Janaina Teles (org), São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2000.

⁴¹ Alguns destes livros foram: Caldas, Álvaro. *Tirando o Capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981; Konder, Rodolfo. *Cadeira para os mortos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977; Patarra, Judith. *Iara. Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992; Syrkis, Alfredo. *Os Carbonários. Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

estudos sobre o período militar. Essa explosão de publicações suscitou o sentimento corporativista dos militares que sentiram-se impelidos à contra-argumentar com estas bibliografias, de forma que a publicação da Coleção pela Bibliex adquiriu aos olhos destes uma importância crucial, pois garantiu que viessem à tona as palavras “daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso país” (MOTTA, 2003).

Metodologia: história oral e os estudos da memória

Esta metodologia de pesquisa denominada história oral possui uma trajetória não muito diferente de outras tantas metodologias hoje utilizadas com prestígio. Nos anos 50 a história oral era marginalizada pelo meio acadêmico, ficando sua utilização restrita a grupos particulares. Posteriormente, a história oral passou a ser vista como forma de compilar material para historiadores futuros, sem que fossem realizadas reflexões teórico-metodológicas acerca do material colhido. Uma nova geração de estudiosos, notadamente de sociólogos, cientistas políticos e antropólogos, passou a dar mais atenção à história oral por entendê-la como uma forma eficaz de reconstruir a cultura popular, imergir dentro de grupos fechados e pouco estudados como os militares, elites ou instituições e ainda para dar voz aos povos “sem história, iletrados, que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias, operários, negros, mulheres”⁴². Não obstante este rápido avanço, foi só em meados dos anos 70 que a história oral progrediu e passou a ser vista com respeito pelo meio acadêmico⁴³. Atualmente, a utilização de história oral é legitimada por conceituados acadêmicos como Pierre Bourdieu, J. J. Becker entre outros.

Se levarmos em conta que a história é sempre uma construção⁴⁴, um amálgama entre fato e representações, entidades distintas mas só percebidas como tal quando se encontram em conjunto, “as representações se utilizam dos

⁴² Joutard, Philippe. História ora: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: Usos & abusos da história oral/ Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁴³ No Brasil, 1975 foi o ano de criação na Fundação Getúlio Vargas do primeiro programa de história oral cujo objetivo era colher depoimentos de líderes políticos desde 1920. Joutard, op.cit.

⁴⁴ Usos & abusos da história oral/ Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações[...]", afirmou Alessandro Portelli⁴⁵, restaria-nos a pergunta: onde seria a área de atuação da história oral? De acordo com o mesmo autor, seu lugar seria no ponto de convergência entre fato e representação, ou seja, na subjetividade dos seres humanos. Desta forma, o que buscamos com a junção entre história oral e teorias sociológicas nos leva a entender essa subjetividade que por fim remete às representações que os militares, enquanto grupo, realizam do processo político em que estiveram, como indivíduos e instituição, inseridos.

A história oral nesta dissertação é compreendida como uma metodologia apta a suscitar questões, mas incapaz de respondê-las, por não compreender alguns comportamentos despertados entre os entrevistados, como a divergência sobre a real data de algum evento importante ou a supervalorização de elementos praticamente inexpressivos do ponto de vista histórico, dentre tantos outros que são reveladores do indivíduo ou grupo estudado. Para solucionar estas questões que são oriundas da prática, foi necessário a utilização de teorias que se dedicaram a pensar os conceitos de memória e as relações entre esta e a história. Como o trabalho foi realizado no âmbito das Ciências Sociais, os teóricos escolhidos foram aqueles cujas reflexões embasam-se na teoria sociológica, como Maurice Halbwachs, Pierre Bourdieu, Pierre Nora e Michel Pollack, em detrimento dos trabalhos que tratam da questão da memória no seio da filosofia, como Henri Bergson ou mesmo da psicanalítica, como Sigmund Freud. Também não entraremos nas questões biológicas ou psicológicas que abarcam os estudos da memória; o foco deste trabalho é a memória como objeto de estudo as Ciências Sociais, como fator de identificação coletiva. Sendo assim, foram as teorias sociológicas que deram o subsídio necessário para a compreensão das questões advindas com a leitura das entrevistas.

O objetivo da dissertação não é *apenas* resumir o pensamento dos entrevistados, mas também problematizar as respostas, o porquê das formas como a memória militar reproduz o golpe de 1964, gerando uma reflexão acerca da memória do grupo estudado. Sendo assim, devo antes integrar o leitor na questão dos estudos da memória.

⁴⁵ Portelli, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: Usos & abusos da história oral/ Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

Em todo o mundo, os movimentos destinados à formação da memória coletiva das nações, em especial após a Revolução Francesa, ganharam destaque e permanecem até hoje presentes. No Brasil, a temática da memória tem sido difundida como forma de preservação do passado, demonstrando claramente a preocupação de sociólogos e historiadores com a manutenção das identidades sociais. De início compreendida como fenômeno individual, a memória passou, a partir dos anos 1920, com a intervenção de Maurice Halbwachs, que defendia um novo entendimento para o fenômeno da memória, a ser compreendida como coletiva e social, ou seja, construída socialmente e, portanto sujeita a transformações constantes.

A fim de atender o objetivo deste trabalho, faz-se imprescindível definir como a memória é aqui compreendida. Assim, ela “é o resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais⁴⁶”. Esta é também um elemento essencial daquilo que habitualmente chamamos de identidade, seja esta individual ou coletiva, e cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades atuais.

Relativamente à memória coletiva, foco de nossa atenção neste trabalho, podemos defini-la como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado”⁴⁷. Este tipo de memória só existe enquanto uma organização a mantém ou reconstitui, de forma que consciente desse fato, é muito comum que os grupos lutem para preservar suas memórias, escrevendo-as, celebrando-as e passando-as às gerações futuras, o que é um dos principais objetivos da Coleção aqui estudada.

A memória coletiva é importante forma de luta social pelo poder. Aquilo que se lembra ou que se faz questão de esquecer revela pouco a pouco a identidade do grupo. Segundo Jacques Le Goff: “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os

⁴⁶ Montenegro, Antonio Torres. *História Oral, caminhos e descaminhos*. In: Revista Brasileira de História, ANPUH/Marco Zero, vol13, no 25-26, setembro 92- agosto 93.

⁴⁷ Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”⁴⁸

A memória não é apenas aquilo que se viveu, mas também o que se aprendeu, de forma que a história passada às gerações futuras possui importante papel na formação da memória do grupo e do seu imaginário.

Os estudos da memória⁴⁹ garantem que a fala individual pode com precisão revelar o grupo, o imaginário coletivo construído pela instituição e sedimentado nos seus membros e ainda seus esquemas de percepção. Podemos, desta forma, compreender o discurso como algo socialmente produzido, ainda que o texto, ou seja, a forma como o depoente organiza sua fala, seja individual. Isso contudo, não significa que o indivíduo não seja dotado de autonomia de pensamento, afinal por ser racional ele pode sempre questionar aquilo que tentar lhe passar, mas neste caso produziria um discurso de oposição, fato que pouquíssimas vezes e apenas em assuntos específicos foi observado nos depoimentos. Evidentemente isso pode ter sido propositalmente desejado pelo organizador da Coleção, dado que seu objetivo não era polemizar mais ainda sobre o tema e sim escrever discursos homogêneos capazes de adquirirem, pela repetição, coloração de verdade – o que pode ter sido alcançado através da escolha “à dedo” dos depoentes. Conhecendo a posição do entrevistado sobre o tema pode o entrevistador prever suas respostas.

Os estudos da memória nos dizem ainda que esta sofre variações em função do momento em que ela é articulada e em que está sendo expressa: “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”, afirmou Pollak (1992). No caso da Coleção, onde as entrevistas foram realizadas por equipe do Exército, o grupo buscou firmar sua memória como constituinte importante para a história do período analisado, não apenas para os militares, mas para a sociedade como um todo, em um momento onde poucas pessoas prestavam atenção ao que pensavam os militares sobre 1964.

Uma das características fundantes da memória é a seletividade. A memória não registra tudo o que é vivido, ouvido, visto; ela seleciona alguns

⁴⁸ Le Goff, Jacques. *Memória e História*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996, p.426.

⁴⁹ Neste ponto os estudos de memória e a análise do discurso convergem em suas opiniões. Não obstante o referencial teórico deste trabalho ser pautado nos estudos de memória, acreditamos que recorrer à análise do discurso nesta passagem específica não comprometeria a análise, ao contrário, traria maior densidade ao trabalho.

eventos, locais, pessoas e os guarda, condenando o restante ao esquecimento. O ambiente social, a cultura, o inconsciente, a história individual e coletiva são os fatores responsáveis pela determinação daquilo que seria guardado na memória, de forma que sua análise pode nos revelar em que medida tais fatores influenciam na forma de relação estabelecida entre sujeito (individual ou coletivo) e acontecimentos históricos vividos⁵⁰.

Outra característica importante é a sua construção *a posteriori*, ou seja, anos após o acontecimento. A memória pode ser sobreposta ou transformada involuntariamente em função de acontecimentos posteriores, a fim de que coincida com o que é pensado anos mais tarde, ou ainda para justificar posições e atitudes posteriores ao fato lembrado⁵¹. Todavia, isso não invalida sua utilização; quando utilizada em associação com outras fontes, essas construções podem revelar muito do indivíduo ou do grupo estudado.

São muitas outras as características da memória – a flutuação, o enquadramento, a reordenação voluntária ou não de alguns elementos - mas optei por não me alongar demais na sua descrição e discorrer mais sobre este tema ao longo da dissertação. Desta forma, passo ao primeiro capítulo.

⁵⁰ Montenegro, op.cit.

⁵¹ Becker, Jean-Jacques. *O handicap do a posteriori*. In: Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Capítulo I – Participação do Exército na Política Nacional: A Construção do Imaginário Militar

“Não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo”.

*Mirabeau*⁵²

O Exército foi muitas vezes ator principal de vários movimentos políticos no Brasil. Sua história está ligada de maneira intrínseca à história do país e, em especial, à história da República. Este capítulo introdutório tem por objetivo fazer um breve resumo da história do Exército brasileiro e a consequente formação do imaginário militar, imprescindível para a compreensão da memória dos militares, objetivo maior desta dissertação. A visão que os membros da instituição possuem desta e o processo de criação da imagem do Exército, inclusive da imagem sedimentada dentro da instituição militar como sendo a salvaguarda nacional, o representante legítimo do povo, serão aqui demonstrados como o gérmen do pensamento que, em 1964, culminou com o golpe militar.

A construção de um imaginário é parte intrínseca da legitimação de algumas instituições como o Exército, que abrangem por completo a vida do indivíduo que dela faz parte, determinando seus hábitos, valores, visões de mundo. Segundo Carvalho (1990), “é por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”. A definição utilizada por Carvalho é perfeitamente cabível à instituição militar, ao grupo social que estes representam. Através da construção do imaginário, as instituições constroem também parcela do “espírito militar”⁵³ de seus membros. Nesta dissertação, a opção foi pela utilização do termo “espírito militar” ao invés de identidade, por entender este conceito expressa de forma

⁵² Citado em Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.p.11.

⁵³ A construção da identidade social do militar, ou seja, do “espírito militar”, pode ser resumido como a resultante do “processo de socialização profissional [vivido pelo cadete] durante o qual deve aprender valores, atitudes e comportamento apropriados à vida militar”. Castro, Celso. *O Espírito Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. A identidade militar também foi estudada sob outro viés por Leirner. Ver: Leirner, Piero de Camargo. *Meia-Volta, volver*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

mais acertada o que procuro definir. Além disso, o “espírito militar” é um conceito amplamente utilizado pela literatura, e sua adoção evitou maiores discussões teóricas acerca do conceito de identidade, algo que não estava na alçada deste trabalho.

Sendo assim, é este imaginário, desenvolvido por anos dentro do Exército e disseminado entre seus membros que pretendo expor, sucintamente, aqui neste primeiro capítulo.

A metodologia deste capítulo foi necessariamente diferenciada da utilizada em todo o restante do trabalho, já que nos apoiamos apenas na historiografia. A importância do capítulo está em conferir acesso aos esquemas de percepção de uma categoria diferenciada, com sistemas próprios de classificação e organização do mundo e, conseqüentemente, da atividade política. Conceitos como república, nacionalismo e democracia adquirem sentido totalmente diverso do abordado pelos civis, contudo, estão citados em todas as entrevistas aqui utilizadas e são usados, muitas vezes, como justificativa para o golpe. Sem conhecermos este “mundo” particular dos militares, jamais conseguiremos compreender seus motivos para a intervenção política de 1964, e todas suas explicações nos parecerão apenas desculpas para a tomada de poder e a implementação de uma ditadura, seguindo a tendência que se vivia na América Latina no período. Nosso objetivo não é defender a visão dos militares, qualificá-la como certa ou não, queremos apenas mostrar com precisão como eles coletivamente vêem a história da qual participaram.

Guerra do Paraguai, Abolição, República

Quando falamos sobre a formação da identidade ou do “espírito” do Exército, é imprescindível mencionar a Guerra do Paraguai. Este episódio, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, foi conseqüência do processo de construção dos Estados nacionais da região do Rio da Prata, e expôs a fragilidade estrutural militar do Brasil, que não contava com armamento ou efetivo suficiente para travar uma guerra, decorrência não só da falta de profissionalismo e de cuidado do governo para com a instituição, mas também da negatividade de que a profissão era dotada. Neste período, o serviço militar era extremamente mal visto, sendo o Exército composto por indivíduos considerados à margem da

sociedade. As péssimas condições de vida nos quartéis contribuía para ampliar ainda mais a visão negativa que a elite possuía desta instituição.

Devido à insuficiência de homens no Exército, o governo monárquico optou pela utilização da Guarda Nacional na guerra. Todavia, apesar de ter um efetivo maior que o do Exército, a Guarda Nacional não desempenhava função militar, mas sim parapolicial, estando os seus homens despreparados para a guerra. Além disso, possuía em seus efetivos membros da nobreza que relutavam em ir à guerra. O governo se viu, então, obrigado a criar um sistema capaz de arregimentar soldados para o Exército e, desta forma, surgiram os “Voluntários da Pátria”, programa de recrutamento destinado principalmente às classes baixas que se alistavam devido os benefícios financeiros concedidos pelo governo. Isto fez com que a maior parte dos soldados brasileiros no Paraguai fosse proveniente das regiões menos favorecidas do país, o Norte e o Nordeste. Muitos escravos foram enviados no lugar de seus proprietários em troca da alforria, o que era permitido por lei, assim como o recrutamento compulsório.

Após o surto de alistamentos do primeiro momento – quando a população percebeu que a guerra duraria mais tempo que o previsto - o governo viu-se novamente as voltas com a falta de homens para combate. O Império decidiu comprar escravos para servirem como soldados e os latifundiários, mesmo a contragosto, aceitaram as ofertas da Coroa. Desta forma, os negros passaram a ser cada vez mais presentes no Exército, o que não significa que a presença de escravos fosse bem vista pelos chefes militares. O preconceito existia e era forte dentro da instituição militar. Frequentemente, o efetivo negro era acusado de mau desempenho militar, causado principalmente pela falta de disciplina e pelos hábitos dos ex-escravos, tidos como bêbados e “baderneiros”.

A guerra foi marcada pela brutalidade e pelas discórdias entre a cúpula militar e o governo imperial. “Após o final da Guerra, foi crescente a dissociação entre o Exército e a monarquia, a ponto de, em 1889, ele ser o instrumento dos republicanos para dar o golpe de Estado que depôs D. Pedro II e criou a República brasileira” (DORATIOTO, 2002, p. 484).

Durante a Guerra do Paraguai, os estudantes militares não participaram das atividades políticas, pois a Escola Militar havia permanecido fechada. Contudo, após o término da guerra e o retorno às atividades acadêmicas, os problemas voltaram a rondar os militares: salários insuficientes, promoções

demoradas, péssimas condições de vida e ausência de pensões para as viúvas e os inválidos de guerra. Esses eram os aspectos que mobilizavam com força maior os militares mais antigos, conhecidos por “tarimbeiros”. Todavia, uma pequena, porém expressiva parcela da juventude militar, na década de 1870, despertou para política e passou a fazer forte oposição ao regime escravocrata e à monarquia. Consideravam que era o momento ideal para mobilizar os militares em defesa de suas reivindicações.

Parte do Exército, principalmente os generais, por estarem na instituição há tempos, era dotado do sentimento de fidelidade ao imperador e por isso avessas às agitações republicanas, o que tornou a causa extremamente impopular entre os tarimbeiros, mas muito difundida entre a mocidade militar. Já o abolicionismo conseguiu a adesão de maior número de oficiais, que acreditavam que o país precisava seguir o exemplo dos países europeus e modernizar-se, sendo que, para tanto, era necessária a utilização de mão-de-obra livre e, se possível, do imigrante branco. A ineficiência econômica do trabalho servil, muito mais do que qualquer outra questão, foi fator fundamental para o apoio dos militares à abolição.

Após 1850, o Exército vinha sofrendo um processo de burocratização e profissionalização. As promoções deixaram de ocorrer através de indicações políticas e pessoais; a ascensão ao oficialato daria-se segundo mérito profissional. Dentro deste quadro, a Escola Militar ganhou destaque como reduto do saber científico e da meritocracia. Contudo, criou-se uma divisão entre os militares tarimbeiros, aqueles que não cursaram Escola Militar, normalmente mais velhos e que haviam participado da Guerra do Paraguai, e os que cursaram, conhecidos como “cientificistas”. Segundo Castro (1995), a gestação do movimento que desencadeou a queda do regime monárquico e a proclamação da República, tem origem neste pequeno extrato dentro do grupo militar, chamado por este de “mocidade militar”, que era composta por jovens com menos de 30 anos, em sua maioria vindos do norte do país, que haviam estudado na Escola Militar da Praia Vermelha e não haviam participado da Guerra do Paraguai.

A identidade militar deste período foi construída com base no cientificismo e no mérito profissional. Somado a isto, temos a doutrina positivista e o evolucionismo. Esses elementos são de importância vital e irão acompanhar a história do Exército por longo período, como veremos adiante. O positivismo,

ainda de acordo com Castro (1995), não era doutrina hegemônica entre os professores da Escola Militar, mas era muito disseminado entre os alunos. A doutrina ingressou no Exército através de Benjamim Constant e pregava a evolução da humanidade através da lei dos três estágios: o primeiro estágio seria o teológico, o segundo, o metafísico e o terceiro, o positivo⁵⁴. No último estágio os homens passariam a compreender as leis que regem o universo, e o conhecimento destas leis possibilitaria a previsão do futuro. O desenvolvimento técnico possibilitado pelo estado positivo levaria o homem à exploração e dominação da natureza, o que Comte chamou de regime industrial. Outro ponto da doutrina positivista é o da reforma das instituições, que seria feita pela nova elite científica e industrial, e seria efetivada através de uma reforma intelectual dos homens.

O positivismo era tido como uma forma de “emancipação mental”, de evolução natural do pensamento humano, que seria acompanhado pela evolução política. O fascínio que esta doutrina exerceu sobre os alunos da Escola Militar deveu-se primeiramente, à importância que a doutrina delegava à matemática e às ciências em geral. “Em segundo lugar, pela oposição tenaz ao espírito legista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito – característicos do ‘estágio metafísico’ a ser superado. Terceiro, pelo lugar de destaque reservado à nova elite ‘científica’ no estágio positivo que se avizinhava” (Castro, 1995, p.67).

O progresso era sem dúvida um dos postulados principais da filosofia comtiana, seguido da crença de que as ciências seriam as melhores orientadoras da vida social. Desta forma, a teoria de que os movimentos políticos que agitaram o Exército após o término da Guerra do Paraguai não seriam reflexos dos ideais de classe média ganha respaldo: o Exército era, desde então, uma instituição com valores próprios e que já se via como agente político capaz de modificar a ordem social; e a Escola Militar era um lugar de modernidade em meio a uma sociedade que teimava em se manter tradicional.

A “Questão Militar”⁵⁵ foi um evento importante que muito contribuiu para que os militares se sentissem como uma classe; foi a mola propulsora que levou os militares a ação política propriamente dita. Em rápidas linhas podemos

⁵⁴ Carvalho, op.cit.

⁵⁵ Para mais informações ver Castro, Celso. *Os Militares e a República: Um Estudo Sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

dizer que a “Questão Militar” iniciou-se com a punição de um oficial por haver se pronunciado politicamente através de um órgão de imprensa, o que era proibido por um aviso promulgado em 1859 e que ainda estava vigorando, e desdobrou-se em várias outras questões, transformando-se em questão de classe quando, pela primeira vez, o espírito militar se sobrepôs às questões políticas e os militares se colocavam como grupo de oposição ao governo. Marechal Deodoro, após o período de resistência, toma a dianteira do problema e passa a ser o intérprete dos oficiais ressentidos. Contudo, apesar da grande importância dessa questão, que explicitava o desentendimento entre governo civil e militares e o descontentamento destes com o regime monárquico, essa classe militar sempre foi minoritária dentro da instituição, como mostra este trecho de artigo de jornal:

“A essa reunião compareceram os oficiais alunos, em número de 180, pouco mais ou menos. Apenas 3 oficiais superiores sem comando de forças lá foram. Eis a verdade. O Marechal Deodoro bem viu com quem podia contar e seguramente conheceu por uma ou outra adesão particular feita em sua casa, que os generais, os comandantes e muitos dos que hoje o idolatram, lhe faltaram” (Corrêa, 1939. *In*: Castro, 1995, p.95).

A “Questão Militar” terminou quando o governo cedeu e atendeu o que era requerido pelos militares, que passaram a ter o direito a livre expressão de idéias. Essa bem sucedida intervenção dos militares na política serviu para encorajá-los em suas ações, fazendo com que a partir de então, outras bandeiras políticas fossem levantadas com mais força e poder.

Concomitantemente à Questão Militar, havia entre os jovens estudantes um movimento favorável à abolição. É importante lembrar que pouca ligação há entre esse apoio e o fato dos brasileiros haverem lutado junto aos negros na Guerra do Paraguai, até porque os militares mobilizados não faziam parte dos tarimbeiros, mas sim dos científicos, da mocidade e estes não haviam participado do referido episódio. Além disso, havia um desconforto entre os que serviram no Paraguai e até um movimento de censura à incorporação dos negros ao Exército. Seguindo os ideais positivistas, estes jovens pregavam o fim da escravidão em prol do desenvolvimento econômico e industrial do país. Com a presença da mão-de-obra escrava ficava inviável o crescimento industrial, pois esta não possibilitava a criação de um centro consumidor e, desta forma, travava a

economia do Brasil que, neste período, era baseada no cultivo e exportação do café. Foi o positivismo o grande responsável pela adesão dos militares às causas abolicionistas e não os ideais democráticos ou humanitários. Havia, entretanto, diferentemente do que ocorrera com a luta pela República, militares tarimbeiros simpáticos à abolição, como é o caso de Marechal Deodoro, que declarou que a “força armada tinha a obrigação de ser abolicionista” (Castro, 1995, p.129). Além disso, o fim da escravidão significava a conquista de uma batalha que estava inserida numa guerra maior do que a mocidade militar desejava travar: a queda da monarquia.

Entretanto, a forma pela qual a abolição foi feita acabou por criar um problema para os militares, que se viram então diante de uma população de libertos e populares que apoiavam o regime monárquico como se houvesse entre eles uma dívida de gratidão para com a princesa Isabel e a Coroa.

Com mais uma batalha vencida, o Exército ganhava força e conhecia seu poder dentro do quadro político. A insatisfação dos militares crescia e fez com que os jovens estudantes se unissem e passassem a conspirar em prol da república. A criação do Clube Militar⁵⁶ aconteceu neste momento, quando os militares sentiam-se à margem da sociedade, rebaixados como categoria e como cidadão e pretendiam reunir nesta organização os membros do Exército e da Marinha, com a finalidade de discutir seus direitos e lutar, dentro da legalidade, pelas posições que mereciam dentro da sociedade, concorrendo inclusive com as demais classes no governo do país.

É importante atentarmos para o fato de que, apesar da organização do Clube ter partido de oficiais inferiores que desejavam maior politização dos militares, os oficiais superiores discordavam de seus subalternos neste ponto por desejarem uma agremiação que se mantivesse dentro da legalidade. O apelo à legalidade, à disciplina e à hierarquia, como podemos notar, sempre foi utilizado no Exército como tentativa de conter os levantes e as rebeliões e será repetido em 1964, gerando inclusive dois grupos opositores dentro da própria corporação: os “legalistas” e os “duros”.

⁵⁶ O Clube Militar será muito atuante nos anos de 1950 e início de 1960, durante as conspirações golpistas que culminaram com o movimento de 1964. O Clube teve sua ação política extinta, paradoxalmente, com o advento da ditadura que ele contribuiu para implantar.

Desta forma, apesar do sentimento de descontentamento que acompanhava os militares da “geração da guerra”, como o defasado soldo ou a demora nas promoções, foram os estudantes da Escola Militar que se rebelaram contra o regime. Também é necessário dizer que o movimento não se iniciou nos altos escalões, aliás, recebeu aí pouco apoio, na figura de Benjamim Constant e, em menor medida, de Marechal Deodoro. A maioria dos oficiais superiores era monarquista e só aderiu ao republicanismo quando o regime já estava instaurado. Definitivamente, o elemento que iniciou e deu movimento à conspiração favorável à República dentro do Exército foi a mocidade militar, chamada pejorativamente pelos militares tarimbeiros por “bacharéis de farda”, devido à grande afinidade que tinham com as ciências e as letras, em detrimento do treinamento militar. Segundo Castro, “a juventude militar era republicana e, por diversas vezes cantaria ou tentaria cantar o hino revolucionário francês” (Castro, 1995, p.79).

A República era vista como uma forma científica de governo e, portanto, a melhor e a única condizente com o progresso e o desenvolvimento que os militares científicos almejavam. A questão republicana ganhava novo caráter, em comparação com a abolicionista, devido à força que o *sprit de corps* havia ganho com o decorrer dos anos após a Guerra do Paraguai e, especialmente, após a “Questão Militar”.

A juventude militar creditava a si a missão de contribuir com a sociedade civil e, conseqüentemente, com a política, devido aos seus conhecimentos científicos, e não ao militarismo, muitas vezes negado pela nova geração de militares, que almejavam a paz. Não havia definido entre eles o tipo de república a ser adotado, aliás, este é um assunto que parece não ter preocupado os “bacharéis de farda”; o que realmente desejavam era a queda da monarquia e o estabelecimento da República. Nas palavras de um aluno do período, “não somos partidários emperrados do férreo regime militar; julgamo-lo mesmo decadente e entendemos que ele cederá o seu lugar à pacífica atividade da indústria nas civilizações mais adiantadas” (Araripe, *In*: Castro, 1995, p. 141). Vemos aqui o início do sentimento de vanguardismo que surgiu em meio a um pequeno grupo e disseminou-se com o passar dos anos, estando presente tanto nos discursos militares de 1889 quanto nos de 1964. Sobre o pensamento da mocidade militar em relação à política, Castro (1995, p.142) afirma: “Há que se destacar a certeza

absoluta de que os ideais democráticos dos republicanos são científicos – fórmula admiravelmente resumida na afirmação “Forma-se um democrata como se faz um geômetra”.

Chegamos neste momento a importante ponto da história militar do Brasil: o surgimento da democracia como valor que habitará, de agora em diante, o imaginário militar. Devemos atentar para o fato de que democracia para os militares possuía - e ainda possui - significado amplamente diferente do utilizado pela Ciência Política e do difundido na sociedade. Para os militares, a democracia seria um regime político que prezaria pelo interesse coletivo e pelas liberdades; contudo apenas aqueles considerados competentes poderiam assumir funções sociais⁵⁷. Democracia, para os militares, significa liberdade com responsabilidade. De acordo com marechal Poppe Figueiredo (1970, p.16), o essencial de uma democracia, sua característica mais marcante é a participação popular. Essa participação, porém, deve ser contida caso signifique ameaça à ordem pública. Nas palavras do general-de-divisão Francisco Batista Torres de Melo “democracia não quer dizer anarquia. Democracia é o regime do cumprimento da lei” (MOTTA, 2003, t.9, p.68). Em suma, a democracia defendida pelos militares resume-se à representativa, aos moldes schumpeterianos⁵⁸, jamais aproximada da democracia social defendida pela esquerda.

A liberdade foi – e ainda é - também um valor relativo para os militares; ela deveria ser cerceada pela disciplina e por valores morais. Além disso, a liberdade poderia ser suprimida se estiver comprometendo o bom funcionamento da sociedade, gerando “badernas”, subversão da ordem ou se for uma ameaça ao *status quo*. Desta forma, esses valores perduraram no imaginário militar e foram co-responsáveis por ações como o próprio golpe militar de 1964 e o fatídico Ato Institucional número 5.

Importante é notarmos o fortalecimento do sentimento de nação dentro do Exército, que surgiu com a campanha abolicionista e se tornou uma grande bandeira da instituição em toda sua história. Até então, o Exército imaginava-se como defensor da Coroa e não de um povo. Com as transformações sociais, o

⁵⁷ A democracia defendida pelos militares encaixa-se em alguns pontos com o que a Ciência Política denominou de Teorias das Elites. Ver: BOBBIO, Norberto et alii (orgs.) *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 1993.

⁵⁸ Ver: Schumpeter, J. A. *Capitalismo Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

crescimento populacional e econômico, a presença dos libertos e dos imigrantes e o aparecimento daquilo que viria a se transformar na classe média, o servilismo ao Imperador cede lugar aos interesses, classistas ou da sociedade como um todo. A República surgiria, assim, como uma nova sociedade, mais independente e racionalizada, aberta ao progresso e à industrialização.

Os militares, todavia, não constituíam o único grupo favorável à queda do regime. São Paulo, província que crescia rapidamente e ganhava importância política, via o descontentamento dos latifundiários aumentar dia após dia, seja pela falta de atitude do governo perante o problema dos libertos, seja no que concerne à questão do imigrante. A agravante causada pelo afastamento de D. Pedro II, em um primeiro momento, e a efetiva mudança de chefe de Estado, agora Princesa Isabel e Conde D'Eu, foram fundamentais para que os conservadores fazendeiros assumissem o risco tão temido da desordem que a República poderia causar, tudo isso com o objetivo de alcançar as reformas pretendidas. São Paulo era a única província com partido republicano forte desde antes da abolição e agora, decretado o fim da escravidão, passava a contar com o apoio da província do Rio de Janeiro.

Além dos militares, uma parcela significativa da elite como advogados, médicos e jornalistas liderava o movimento republicano carioca. No Rio Grande havia uma pequena, mas ativa organização pró-república e esta contava com o apoio do contingente militar que era o segundo maior do período, perdendo em números apenas para a capital⁵⁹. Ainda assim, não possuíam os republicanos força ou vontade suficientes para derrubar a monarquia. A ação teve que partir do Exército, mas como nos afirma Schulz (1994, p.139): “Embora a força que derrubou o Império fosse constituída exclusivamente por soldados, a imprensa e elementos da elite haviam criado um clima adequado sem o qual não poderia ter ocorrido a intervenção militar”.

Os civis passaram a apoiar a república efetivamente, só depois do golpe dado. De acordo com Castro:

“Republicanos civis freqüentemente apoiaram os militares em suas questões contra o governo. Apesar disso, uma aproximação efetiva só se deu tardiamente

⁵⁹ Schulz, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar*. São Paulo: Edusp, 1994.

[...]. O golpe foi militar em sua organização e execução. Políticos republicanos civis tiveram um papel importante na organização do novo regime; não antes” (1995, p.176).

Desta forma, os bacharéis da política se uniram aos bacharéis de farda.

Todavia, havia ainda muitos militares avessos à República e partidários do regime monárquico, diferentemente do que acredita o senso-comum. Devemos lembrar que o golpe republicano foi dado por apenas uma parcela do Exército, não pela instituição toda, e teve na população pouco apoio. O envolvimento tardio dos civis nas questões republicanas gerou entre os militares o sentimento de responsabilidade perante a República, sentimento este que será difundido no imaginário militar com o apoio da historiografia que muitas vezes irá diminuir o já pequeno papel dos civis, principalmente após a proclamação da República. A consequência desta visão que colocou o Exército em posição heróica foi a de que os militares passaram a ter grande apreço a esse tipo de governo com o qual colaboraram para a implantação e contribuíram sobremaneira, segundo eles próprios, em sua consolidação. Sentem-se, em grande medida, guardiões da República e de todos os seus valores. Em 1964, com argumento de defesa desta mesma República pela qual eles haviam lutado, em nome da ordem e do progresso, intensificaram-se as conspirações contra o governo e uniram-se os militares de mais alta patente pela defesa da república liberal e contra a ameaça da república sindicalista, ameaça esta que, segundo os atores políticos principais do momento, era real e fundamentada na política praticada até então pelo presidente de João Goulart.

Após a proclamação e a união dos militares aos civis, começou um processo de dissociação dos membros dentro da própria mocidade militar. A falta de consenso sobre as formas que deveria adquirir a República gerou estes rachas. As indeléveis diferenças entre os militares tarimbeiros e a mocidade também marcou os primeiros anos da República, gerando caos e conflitos que terminaram com a união de uma elite de civis a fim de retirar os militares da cena política, o que foi conseguido com a eleição de Prudente de Moraes.

Novo Cenário, Novos Atores, Novas Reivindicações

Após o fracasso do governo militar na primeira década do regime republicano, os militares só voltaram ao cenário político em meados de 1920, com o tenentismo. O Exército havia passado por uma reforma que buscou torná-lo menos bacharelesco e mais profissionalizante. Aqueles que haviam feito parte da mocidade militar perderam seus espaços para a nova geração de oficiais, não menos radicais do que os da geração de 1889.

Logo no início da década de 20, um grupo de tenentes, descontentes com o atraso econômico e social do país, uniu-se a fim de interferir nos rumos da política deste. Em um primeiro momento, conhecido como “rebelde”⁶⁰, o tenentismo não passou de um movimento que se ateve a atacar jurídica e politicamente as oligarquias, sem definições políticas e ideológicas precisas, mas já militarista e dotado do embrião do autoritarismo que despontaria fortemente no imaginário da instituição em um futuro próximo. Segundo Fausto(s/d, p.58), os tenentes se identificavam “como responsáveis pela salvação nacional, guardiões da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme” Contudo, o movimento tenentista era tido pela dissidência política como uma força de reserva a ser utilizada eventualmente e sem vínculos permanentes. O tenentismo não estabeleceu vínculos com massas rurais e possuía caráter elitista, por não acreditar na capacidade popular para eleger seus representantes.

Dentro do movimento tenentista surgiu uma dissidência chamada por Domingos Neto de “grupo reformador”. Esse grupo era constituído por oficiais menos radicais e adeptos aos valores da corporação, como a hierarquia e a disciplina; compreendiam a necessidade da união e da coesão das Forças Armadas, do *sprit de corps*. Diferentemente do grupo liderado por Prestes, este possuía projetos para o desenvolvimento do país e do Exército, e começou sua luta pela reformulação da imagem que a instituição possuía perante a sociedade. Foi esse o grupo que, em 1930, aceitou unir-se aos líderes políticos de oposição ao governo e que conseguiu colocar em prática os projetos concernentes às instituições e ao país. Os reformadores pregavam a maior união dos Estados, criticando severamente o que acreditavam ser uma excessiva autonomia destes, a

⁶⁰ Ver: Fausto, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo, Brasiliense, s/d

maior uniformização das instituições, através da revisão constitucional, e o equilíbrio entre os três poderes⁶¹. Entre os reformadores encontramos nomes expressivos como Juarez Távora e Góes Monteiro.

Não me aterei à explicação do movimento como um todo, pois há uma extensa bibliografia para tal⁶²; demos ênfase aos aspectos ideológicos dos tenentes, especialmente do grupo reformador, pois encontramos neste o início de um tipo de pensamento que perdurará até o período militar e será levado a cabo com o advento da ditadura. O ideal nacionalista, que teve início na década de 1880, foi retomado pelo tenentismo e ganhou força após os anos 30, sendo incontestavelmente um dos pilares ideológicos das Forças Armadas nas décadas de 50 a 70. O nacional-desenvolvimentismo e a industrialização foram também bandeiras iniciadas pelo referido movimento e serão adotados, de maneiras distintas, durante o período militar, assim como a mudança de ensino, menos acadêmica e mais técnica, pretendida pelos tenentes e efetivada no governo dos generais, com o advento do Senai, Senac, Sesi. Assim, podemos ver como as estruturas de pensamento presentes nos militares golpistas de 1964 já estavam sendo gestadas por estes mesmos militares na década de 1930.

Em 1930, ano eleitoral, a política do café com leite, na qual Minas Gerais e São Paulo intercalavam seus candidatos na presidência foi derrubada com o apoio de Washington Luiz e Júlio Prestes, candidato paulista. O Rio Grande do Sul, já cansado de permanecer alheio à política nacional, lançou Getúlio Vargas como candidato à presidência, com o apoio de Minas Gerais. Contudo, as eleições aconteceram e Júlio Prestes foi o vencedor. Devido às recorrentes fraudes nas eleições, Vargas lançou um manifesto denunciando a ilegalidade na vitória de Prestes. Jovens opositores radicais da Aliança Liberal uniram-se ao político gaúcho e passaram a conspirar em prol de uma rebelião armada, com a participação do Exército, que teve nos tenentes os maiores entusiastas da mudança política. Posteriormente, militares mais graduados aderiram a Vargas, alegando que Washington Luiz estava afastado dos interesses populares.

⁶¹ Fausto, op.cit.

⁶² Ver: Carone, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Diefel, 1973; Fausto, op.cit.; Forjaz, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política – Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; Santa Rosa, Virgílio. *O que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963; Santa Rosa, Virgílio. *1905 – O Sentido do Tenentismo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

A coalizão militar foi marcada pelo caráter nacionalista e semi-autoritário. Os tenentes que participaram da revolução de 1930 desejavam a modernização das instituições políticas, contudo, não acreditavam na solução democrática para atingir as modificações sociais e econômicas pretendidas. Devemos lembrar que a democracia não era um valor desprezado por todos os componentes da instituição; apenas parte dos militares - os tenentes - não dava crédito à democracia como forma de alcançar mais justiça social. O chefe do movimento militar, todavia, não foi um tenente, mas sim o Coronel Góes Monteiro. Os militares superiores haviam aderido à conspiração por estarem ressentidos com os governos civis, que jamais atendiam as reivindicações do Exército, apesar de sempre precisarem do seu apoio para manter-se no poder.

No dia 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto movimentaram-se a fim de destituir Washington Luiz da presidência. Foi formada uma junta militar que governou o país por dez dias, antes de entregar o poder a Vargas. Segundo Fragoso, “os militares haviam decidido intervir movidos pelo desejo de que os brasileiros não continuassem derramando seu sangue pela vitória de uma causa que não era a da sua consciência nacional” (In: SKIDMORE, 1982, p.25). O Exército assumiu, assim o papel de árbitro final na política, papel que desempenhará por muito tempo ainda.

Durante os primeiros anos do governo Vargas, os tenentes conseguiram impor sua influência nas decisões presidenciais. Eles esperavam surgir com muita força dentro do governo, contudo, com o passar do tempo, foram perdendo sua influência e só permaneceu dentro da estrutura do Estado os moderados, como Juarez Távora.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o Exército manteve-se, em sua maioria, fiel a Vargas. Os tenentes desejavam que o presidente fosse mantido no poder por tempo indefinido, pois temiam que a volta das eleições trouxessem as antigas elites ao poder novamente. Com a derrota de São Paulo na Revolução de 32, Vargas ganhava maior força dentro do Exército, e o apoio ao seu nome era quase um consenso.

A descrença no meio militar com relação à viabilidade de uma política aberta tomava conta do imaginário da corporação. A ascensão da esquerda, em meados da década de 30, e da direita, com o integralismo, além da propaganda anticomunista realizada pelo Estado, trouxe a questão da subversão para primeiro

plano nas discussões políticas dentro do Exército, que passava no momento pela tentativa de restabelecer a disciplina e a unidade que haviam sido minadas pelas revoltas da década de 20, a revolução de 30 e de 32, e não viam com bons olhos uma nova disputa por poder. O desejo dos militares era o continuísmo, que garantiria um governo centralizado e totalitário. A proximidade das eleições que tirariam Vargas do poder fez com que militares superiores, principalmente os que se encontravam dentro do governo, conspirassem a fim de um golpe que mantivesse Vargas na presidência. O contexto internacional favorecia as tendências autoritárias, tanto de esquerda quanto de direita, e apesar do exagero na percepção da ameaça comunista, segundo Castro, essa “no Brasil não era apenas uma fantasmagoria: havia intenção real dos comunistas de chegar ao poder por meios revolucionários” (2002, p.50).

Foi neste tenso clima político que, em novembro de 1935, surgiram nas guarnições de Natal, Recife e Rio de Janeiro, várias revoltas, apelidadas pejorativamente de Intentona Comunista⁶³. Liderado por Luís Carlos Prestes, o movimento foi reprimido pelas tropas governistas, mas o saldo foi arrasador, com vários mortos e feridos. A suposta morte de soldados por companheiros de farda enquanto dormiam, hoje em dia questionada pela historiografia, acirrou o combate ao comunismo, transformando-o em inimigo visceral das Forças Armadas. A imagem do comunista como traidor da pátria a serviço de Moscou foi cristalizada e manteve-se no imaginário militar daqueles que conspiraram contra Goulart e seu poder em 1964. A vitória da Intentona Comunista foi muito comemorada pelo Exército, caindo em desuso após o fim do regime militar⁶⁴.

A descoberta de um documento que propunha uma revolução comunista, chamado de Plano Cohen, foi o estopim para o golpe de Vargas. Hoje, sabe-se que este documento foi forjado pelos militares integralistas com o intuito de acelerar as decisões de Vargas e garantir o apoio popular ao golpe de Estado. É interessante notarmos a participação neste episódio de Olímpio Mourão Filho, na época o capitão que se responsabilizou pela entrega do documento a Góes Monteiro. Este mesmo militar irá, em 1964, adiantar-se às negociações da cúpula militar chefiada por Castello Branco e iniciar o movimento militar de 64, já com

⁶³ Para mais informações sobre a Intentona Comunista ver: Vianna, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: USP, 1990

⁶⁴ Para a invenção desta tradição ver: Castro, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

a patente de general. Com o discurso da subversão da ordem e da ameaça bolchevista, o qual será repetidamente utilizado pelos militares para justificar suas interferências na política nos anos posteriores, os golpistas angariaram o apoio das classes médias. Em 10 de novembro de 1937, tropas do Exército fecharam o Congresso e uma nova Constituição foi aprovada, garantindo ao presidente mais seis anos de poder. “Os oficiais superiores do Exército justificavam a reviravolta totalitária baseados em que a livre competição política entrara em falência, tornando-se mesmo perigosa para a unidade e a segurança nacionais” (SKIDMORE, 1982, p.51).

A idéia de um autoritarismo temporário, que serviria apenas como instrumento para alcançar o desenvolvimento econômico do país foi reforçada neste momento e estaria presente no imaginário dos militares a partir de então. Este autoritarismo, inclusive, seria o aclamado em 64 com a idéia da “intervenção cirúrgica”, que acabou se estendendo por mais de 20 anos. Com o advento do Estado Novo os ideais de nacionalismo econômico e bem-estar social seriam perseguidos, porém, sob tutela autoritária. A criação da ESG e os estudos ali efetuados apontavam desde então a direção que iriam marchar os militares com o intuito de desenvolver economicamente o país. Essa articulação entre nacionalismo e economia foi presença garantida no imaginário militar e ditou a política econômica dos anos seguintes ao golpe de 64.

O grupo hegemônico de militares que compunham o poder em 1932 teve consolidadas suas posições em 1937. É imprescindível compreendermos que o Exército não incitava seus membros a participarem individualmente da política. Essa, aliás, era a atitude combatida. O que a cúpula militar desejava era o apoio da corporação como um todo, para que fosse desenvolvida uma política do Exército, o que seria muito diferente de transformar o Exército em centro de disputa política que inevitavelmente abalaria sua coesão e possivelmente seus pilares de sustentação: a hierarquia e a disciplina⁶⁵. Esses dois valores estão intrinsecamente ligados, afinal a hierarquia é vista como o meio, enquanto a disciplina, o fim.

⁶⁵ A hierarquia é neste trabalho compreendida como fato social total na vida dos militares; um valor que une os indivíduos da corporação, não obstante ser um princípio segmentador. Organizacionalmente, a hierarquia possui a função de garantir eficiência no corpo de combate. O livro de Leirner é imprescindível para a compreensão da hierarquia na constituição da identidade militar e foi usado como fonte para a definição deste conceito nesta dissertação. Ver: Leirner, Piero de Camargo. *Meia volta, vover: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

No plano simbólico, os anos 30 significaram mudanças na mentalidade militar⁶⁶, implementadas principalmente por José Pessoa, comandante da Escola Militar do Realengo a partir de 1931. Em seu discursos de posse, o novo comandante deixou marcada as diretrizes que ditariam a educação dos novos militares de então e, por conseguinte, o imaginário militar do período:

“O Exército, como instituição democrática por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência” (In: CASTRO, 2002, p.39).

Esse mesmo comandante realizou, também nos anos 30, profundas mudanças que grandes reflexos tiveram na educação militar, pois defendia a criação de “mentalidades homogêneas”, um “novo estado psicológico”, que eliminassem os personalismos e as distinções políticas dentro do Exército⁶⁷. A visão do Exército como símbolo da unidade, firmeza e estabilidade do país também ganhou vulto neste período. Essas novas diretrizes agiram no plano simbólico, inserindo nos cadetes maior sentimento de pertencimento ao grupo e influenciou a mentalidade militar daqueles, alunos, tenentes ou capitães em 30, tornaram-se os generais de 64.

Politicamente, é inegável a importância das Forças Armadas no momento da implantação do Estado Novo e, posteriormente, na manutenção do poder de Vargas, que contava também com a desmoralização e a desorganização da oposição durante os primeiros anos da sua ditadura. Apesar disso, nos anos 40, a influência dos militares sofreu uma queda dentro do governo. Apesar da presença dos militares nas pastas dos ministérios, Vargas mostrava-se menos apto a aceitar as suas sugestões e seguiu seu governo tentando adquirir uma relativa independência com relação ao Exército. O presidente buscava apoio popular, através de medidas favoráveis aos movimentos trabalhistas, o que foi extremamente criticado por parte do Exército, principalmente pelos militares mais graduados, que viam nessas atitudes do presidente uma perigosa guinada à

⁶⁶ O Exército passou por mudanças na sua organização hierárquica nos anos 30 devido às mudanças nas promoções e no acesso ao ensino. Entretanto, a função da hierarquia e sua importância para a instituição não sofreram alterações. Ver: Leirner, op.cit.

⁶⁷ Castro, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002, p. 39.

esquerda. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos agitou os ânimos dentro da instituição, que paradoxalmente lutava em prol de uma democracia, apesar de viver sob a égide da ditadura.

Devido às novas posições políticas de Vargas, a esquerda, antes repudiada e reprimida, passou a fazer parte da base de apoio do governo. Campanhas como a criação da Petrobrás, a instituição do salário mínimo e das leis trabalhistas contribuíram para esta aproximação. A oposição, em contrapartida, vinha com força por parte da UDN, que continha entre seus membros, militares de alta patente.

Essa guinada à esquerda, que para os militares se assemelhava com o fenômeno peronista em marcha na Argentina desde 1943, foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas, as quais já estavam tomadas pelo anticomunismo e não aceitavam a busca de um novo ator político que lhe era política e ideologicamente antagônico.

Vargas demorou a anunciar a data em que deveria ser realizado o plebiscito previsto pela Constituição, o que alarmou os militares da direita, que temiam um novo golpe do ditador. As mudanças repentinas na legislação eleitoral e a destituição do chefe de polícia do Distrito Federal, João Alberto, substituído por Benjamim Vargas, mobilizaram os oficiais, sob a liderança de Góes Monteiro e propuseram a Vargas sua renúncia, que não foi aceita de imediato, e só ocorre após o presidente perceber a magnitude da crise. Vargas voltou à São Borja.

É imprescindível atentarmos para o fato de que Vargas foi destituído não pelo poder da oposição civil, mas sim por decisão do Alto Comando do Exército. “Era um ato de força por parte dos generais. Como havia acontecido, nos momentos críticos, em outubro de 1930 e novembro de 1937, foram os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiões do poder” (SKIDMORE, 1982, p.78).

Após a deposição de Vargas, ascendeu ao poder o marechal Dutra. Outra vez o Brasil tem um militar ocupando o mais importante cargo da República. Neste período, com a emergência da Guerra Fria, os ataques aos inimigos internos e externos do capitalismo, aos comunistas, foram intensificados e chegaram a beirar a paranóia quando, em 1964, os militares optaram pelo golpe.

Este inimigo, que será o principal símbolo do imaginário militar nas décadas de 50 e 60, já estava perfeitamente delineado em 1945⁶⁸.

A volta de Vargas ao poder em 1951 não contou com apoio ou oposição dos militares, mas consta que quando candidato à presidência, Vargas buscou saber qual seria a posição do Exército ante sua candidatura, o que só reforçou a tese de que sem o aval dos militares, Vargas sabia ser impossível governar, dada a grande influência que exerciam na política no referido período. Góes Monteiro, então, assegurou que o Exército não se oporia à posse de Getúlio, caso ele fosse eleito, “desde que respeitasse, não só a Constituição como os direitos impostergáveis dos militares” (COUTINHO, 1956, p.495). Eleito em 1950 e empossado em 1951, Vargas voltou com maioria quase absoluta e entregou as pastas dos ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica a Estillac Leal, Renato Guilhobel e Nero Moura, respectivamente.

Neste período, duas instituições exerceram influência no imaginário militar: a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Clube Militar. A ESG elaborou desde sua criação, projetos para transformar o Brasil em uma potência. Ela iria exercer influência decisiva sobre os militares, sendo que os anos entre 1950 e 1964 foram o período áureo da doutrinação ideológica isebiana dentro do Exército. Segundo a teoria da ESG, que iria determinar as ações do Exército nos anos consecutivos, havia uma mudança no conceito de guerra, que deixava de ser restrita à frente de batalha e passava a ser total, atingindo a sociedade por inteiro, na sua estrutura, através da economia, da política, da psicologia. Esta mudança exigiria que a noção de defesa nacional desse lugar à de segurança nacional, com a guerra sendo percebida como fato total. A segurança nacional não poderia mais se restringir às fronteiras e aos usos convencionais das Forças Armadas, fazia-se necessária a integração de todas as forças nacionais, da redução de toda fonte de cisão e desunião do país. A guerra indireta era mais palpável no Brasil do que a guerra direta e a Guerra Fria, cenário externo do período, enfatizava esta teoria, que assim ganhou adeptos entre os civis. A ESG era extremamente anticomunista e tornou-se o centro de combate ideológico do marxismo. O pensamento contra-revolucionário passou a ser pregado em todas as unidades militares, inclusive na ECEME (Escola de Comando do Estado-Maior). A doutrina de segurança

⁶⁸ Para o anticomunismo no Exército ver: Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho – o anticomunismo no Brasil(1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2002.

nacional penetrou mais fortemente no imaginário do Exército no início dos anos 60, quando a crise tornou-se mais intensa. Nada obstante, nos anos 50 já encontramos as raízes desta doutrina influenciando substancialmente as ações dos militares.

Com relação ao Clube Militar, foi uma instituição de caráter intervencionista, que almejava interferir diretamente nas esferas de poder, ao contrário da ESG, mais voltada para a teoria e os estudos. O Clube Militar foi o local onde os militares do Exército puderam exprimir suas posições e correntes políticas, debatendo entre si a política nacional e internacional. Ele foi visto muitas vezes como uma tribuna militar. Foi também um canal de ligação entre a sociedade civil e militar, uma vez que o que ocorria em uma refletia na outra, e vice-versa. O Clube era dividido essencialmente entre duas correntes opostas, uma auto-intitulada nacionalista, que defendia um modelo de industrialização com presença forte do Estado, e outra internacionalista, que acreditava que havia necessidade, para o crescimento industrial, da entrada do capital estrangeiro no país. Como vimos, ambos desejavam o crescimento industrial, contudo, diferiam quanto ao modo de atingir esse objetivo. Todavia, há uma diferença fundamental que vai além da afirmada acima entre os dois grupos: a ala nacionalista era composta por militares simpáticos ou mesmo partidários do comunismo. Eles não eram adeptos da democracia política, mas sim social, e apenas em 1954, com a deposição de Vargas, e 1955, na posse de Juscelino, foram defensores da democracia no sentido de defesa da legalidade. Já a ala internacionalista, que acabou por gerar a Cruzada Democrática, defendia a democracia liberal, os valores cristãos, e era dotada de caráter elitista e antimobilizador, incomodando-se sobremaneira com o aumento da participação dos trabalhadores na política nacional. A democracia para os internacionalistas era sinônimo de respeito à constituição, mas não implicava em igualdades sociais, podendo ser considerada uma democracia excludente, porque elitista.

As eleições para a diretoria do Clube tornaram-se eventos nacionais e mereciam atenção dos políticos candidatos às eleições, pois funcionavam como uma prévia, já que o Clube influenciava a opinião nacional e refletia isso nas escolhas de suas diretorias. Em 1952 o conflito entre as partes tornou-se agressivo e os oficiais nacionalistas cunharam seus opositores de “entreguistas” numa referência à política econômica defendida por eles. A crise culminou com a

saída do Ministro da Guerra, o nacionalista Estillac Leal e a ascensão do General Ciro do Espírito Santo Cardoso. Apesar da mudança de nomes, a política manteve-se a mesma e o apoio do novo ministro era destinado ao mesmo grupo do anterior, os nacionalistas, assim como o presidente Vargas.

A eleição para a diretoria do Clube estava marcada e jovens oficiais convenceram Estillac Leal a se candidatar à reeleição, junto com o General Horta Barbosa. A chapa de oposição era composta pelos Generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo, apoiados pela Cruzada Democrática. Essa campanha adquiriu âmbito nacional e terminou com a vitória da Cruzada Democrática, com quase cinquenta por cento dos votos, o que significou um amplo repúdio dos oficiais às políticas de nacionalismo extremado e, conseqüentemente, às políticas de Vargas. Devemos lembrar que este resultado refletia a opinião civil, que também se encontrava dividida quanto à política presidencial. Essa eleição foi um indicativo de que Vargas necessitava ampliar sua base de apoio, caso contrário, tornar-se-ia alvo fácil dos opositores.

A partir de então, com a nova diretoria, os militares começaram um ferrenho ataque ao presidente. Vargas, entretanto, passou a reforçar seu nacionalismo, seja nos discursos, seja nas políticas efetivas. Começou assim a conspiração dos militares a fim de destituir Vargas do poder.

Em 1954, o problema da sucessão ou substituição presidencial antes do fim do mandato subiu ao primeiro plano. Os militares estavam divididos entre aqueles que acreditavam na necessidade da intervenção das Forças Armadas para salvação da democracia e os que defendiam a permanência do presidente como garantia da condução normal da vida política-administrativa do país. Para agravar a já tão delicada situação de Getúlio, ocorreu o atentado na Rua Toneleiros. Gregório Fortunato, chefe da segurança de Getúlio promoveu um atentado ao maior opositor do presidente, o jornalista Carlos Lacerda, mas acabou por matar o major-aviador Rubens Vaz. Antes do fatal incidente, Lacerda já havia sofrido dois atentados e agressões físicas, tendo por isso aceitado a proteção oferecida pelo major-aviador. Em 5 de agosto de 1954, morreu Rubens Vaz, acirrando a crise político-militar e deixando Vargas em uma situação muito incômoda, pois a morte do oficial gerou revolta e indignação nas Forças Armadas, um ambiente já dividido entre os getulistas e os anti-Getúlio.

Em 22 de Agosto, Golbery do Couto e Silva redigiu um *Manifesto à Nação*, documento assinado por vários generais, no qual esses oficiais declaravam culpados pela morte do Major Vaz os guardas pessoais da presidência da República. Entre os generais que assinaram tal manifesto estavam Álvaro Fiúza de Castro, Canrobert Pereira da Costa, Juarez Távora, Humberto Castello Branco e General Teixeira Lott. No mesmo dia 22, o Marechal Mascarenhas de Moraes foi encarregado pessoalmente de expor a real situação ao Presidente. Porém, recebeu de Getúlio a seguinte afirmação:

"Marechal, em 1945 eu estava no Governo mantido pela vontade das armas. Atualmente, fui eleito pelo povo, e não posso sair daqui enxotado pelas Forças Armadas. Não renuncio; só sairei morto e o meu cadáver servirá de protesto contra estas injustiças" (Mascarenhas de Moraes, *In* Tavares, 1976, p.323).

Diante do agravamento da crise, Getúlio, ciente de que sua renúncia havia se tornado consenso, afirmou que pediria licença ao Congresso. Contudo, a saída por ele encontrada foi o suicídio. Para muitos estudiosos esse final trágico frustrou os planos dos militares que desejavam tomar o poder. Entretanto, não partilho desta visão, não acredito que havia em curso um plano para a tomada de poder pelos militares. Havia, isso sim, o desejo de destituir Vargas, mas não há indícios de que um golpe viesse colocar militares no poder. Além disso, a falta de apoio popular ao golpe inibia qualquer tentativa das Forças Armadas nesta direção, pois feria um princípio básico dentro da Instituição, que é o do Exército ser a retaguarda do povo. Essa foi, aliás, uma diferença fundamental entre 1954 e 1964, quando finalmente o Exército acreditava estar apto para o golpe por contar com o apoio popular e, desta maneira, estaria sendo intérprete da vontade nacional, ou ainda, o braço armado do povo.

Café Filho assumiu com grandes responsabilidades, entre elas a de manter a ordem e a democracia a fim de garantir o processo eleitoral de 03 de outubro de 1955. O pano-de-fundo do momento era a luta pela sucessão presidencial. Na visão do Exército, Café Filho não possuía forças suficientes para enfrentar as crises e pressões advindas da saída de Getúlio, o que "implicava uma responsabilidade muito grave para os chefes militares e para as Forças Armadas, cuja unidade se fazia imprescindível para superação da crise e o resguardo das

instituições democráticas" (Tavares, 1976, p.325). Café Filho, logo após assumir o cargo de Presidente da República fez várias modificações ministeriais, indicando Juarez Távora como chefe da casa civil, que por sua vez indicou o general Teixeira Lott, conhecido pela sua postura apolítica, para a pasta da Guerra e o almirante Amorim do Valle para a pasta da Marinha. A indicação de Lott tinha o objetivo de apaziguar os ânimos nas Forças Armadas, que sofriam com a forte divisão interna.

No dia 1º de Novembro do referido ano, uma terça-feira, ocorreu o sepultamento do general Canrobert Pereira, que é seguido por um discurso do coronel Mamede. O discurso, dotado de caráter político, foi tomado pelo então ministro da Guerra como ato de indisciplina, capaz de se proliferar, ganhar amplitude e outros sentidos, de modo a comprometer ainda mais a harmonia e a coesão das Forças Armadas, o que acabou por gerar impasse entre este ministro e o Estado-Maior das Forças Armadas, impasse este que só poderia ser resolvido pelo presidente, ao qual Lott estava subordinado. Um dia após o ocorrido, Café Filho é internado no Hospital dos Servidores, com supostos problemas cardíacos, o que faz com que o Deputado Carlos Luz assumisse as funções presidenciais.

Discordando veementemente do Ministro da Guerra com relação à punição do Coronel Mamede, Carlos Luz optou então por exonerar Lott do cargo, substituindo-o pelo general Fiúza de Castro, que esperava por Lott, postado à saída do Palácio do Catete, desejando que sua posse ocorresse imediatamente. Lott não transmitiu a pasta naquele momento, alegando necessidade de "limpar as gavetas", marcando às três horas do dia seguinte a transmissão referida.

Odylio Denys, Comandante da Zona Militar do Leste, ao tomar conhecimento da exoneração de Lott, resolveu em reunião convocada no dia 10 de novembro, em sua residência, não deixar que este general passasse o cargo de Ministro da Guerra pois desta forma perderia a autoridade para convocar o Exército e defender a democracia que havia sido conquistada há pouco e tão almejada pela sociedade brasileira. O medo maior era de que estivesse sendo preparado um golpe militar com amplo apoio da Marinha, atentando contra a democracia, afirmação esta que nos mostra mais uma vez que existia um conflito particular entre Marinha e Exército.

A mobilização, chamada por Lott de "contra-golpe", começou antes das 6 horas da manhã do dia 11, tendo no comando o então exonerado ministro da

Guerra, que deu ordem de ocupação do Palácio do Catete. A operação foi frustrada pois o Presidente em exercício já havia sido acolhido por golpistas da Marinha a bordo do Cruzador Tamandaré. Em meio a tantos problemas, Nereu Ramos, vice-presidente do Senado Federal, foi obrigado a assumir a Presidência da República, governando de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956. Estava garantida a posse de Juscelino e a continuação do regime democrático. Entretanto, a cizânia dentro das Forças Armadas e do Exército em particular tornou-se completa.

Juscelino Kubitschek buscou durante seu governo cercar-se de militares constitucionalistas, ou seja, os antes denominados nacionalistas e que após a Novembrada adotaram nova nomenclatura. O General Lott permaneceu como Ministro da Guerra durante todo o governo JK, numa estratégia do presidente para aplainar as dificuldades que apareciam tanto à esquerda como à direita e manter a estabilidade política. O governo Juscelino pode então ser considerado um período de menor turbulências políticas com relação aos militares, assim como o governo Dutra.

A agitação começou na campanha presidencial de 1960, o que veremos no capítulo seguinte. Em linhas gerais, nesse período os militares se debatiam entre a manutenção da legalidade e a quebra da ordem institucional. As sucessivas crises econômicas, políticas e sociais incitaram nos militares o desejo de assumirem o papel que dotaram para si de guardiões da ordem pública, o braço armado do povo, da salvaguarda nacional. O forte apelo do combate ao comunismo disseminado pelos EUA a todos os países aliados encontrou no Brasil terreno fértil, reforçando o conservadorismo político presente na tradição das instituições militares. O inimigo, antes externo, tornou-se no limiar do golpe, interno; o combate ao comunismo foi o motor das ações militares. Podemos, inclusive, dizer que este combate tornou-se obsessão para os generais de 1960.

No próximo capítulo entraremos nas análises das memórias propriamente ditas, de acordo com o objetivo deste trabalho. Deve ser levado em conta todo o imaginário discutido neste capítulo para que a compreensão do pensamento militar nos anos 60 seja realizada com exatidão.

Na medida em que as Forças Armadas ocuparam diretamente o poder no Brasil por mais de vinte anos (1964-1985), é compreensível que o seu papel na política seja uma questão polêmica e que divida opiniões. Na verdade, é comum

que os militares defendam que o governo militar venceu na história concreta, mas perdeu a batalha pela memória. Com isso, querem dizer que as forças que venceram em 1964 foram derrotadas posteriormente na versão dominante sobre o período de ditadura militar, que enfatiza os efeitos negativos do autoritarismo, em aspectos como a violência política, a censura e as torturas que vicejaram sob o governo ditatorial. No entanto, os militares jamais deixaram de defender sua versão daqueles acontecimentos. E isto é o que veremos nos capítulos seguintes, onde daremos voz aos vencidos na batalha da memória para que contem suas versões sobre os fatos ocorridos nos anos de 1960, em especial em 1964.

Capítulo II – Memórias sobre os Antecedentes do Golpe:

O Governo João Goulart

Em agosto de 1961 o presidente Jânio Quadros, eleito com grande apoio popular, renunciou ao governo, deixando o cargo para seu sucessor, João Goulart. Jânio possuía o apoio do Exército, pois suas propostas eram identificadas com as da União Democrática Nacional, partido pelo qual parte dos militares estava mobilizada desde os anos 40. As bandeiras de Jânio que propalavam o combate à corrupção e a defesa da moral, casavam-se perfeitamente com as aspirações dos militares. Além de ser apoiado pela UDN, outro componente fortalecia a figura de Jânio frente aos militares: o personalismo, que havia existido com Vargas, com Juscelino e agora retornava na figura de Jânio Quadros. Os militares não estavam isentos do complexo messiânico. Apesar do personalismo não ser um fenômeno racional e menos ainda uniforme, ele estava inserido no imaginário político militar do referido período histórico. Os militares, assim como o povo, acreditavam no potencial de Jânio para varrer as mazelas nacionais.

A renúncia foi uma surpresa para os militares, que haviam apostado no candidato como a esperança para o futuro do país. De acordo com o general-de-brigada Ruy Leal Campello, tenente-coronel na época,

“Escusado dizer que o Presidente Jânio Quadros contava com o apoio integral do Exército. A Força enxergava no presidente Jânio uma pessoa capaz de colocar ordem no País, naquela conjuntura, mas acabou tornando-se o maior ‘gafe política’, surpreendendo a todos com a inesperada renúncia” (MOTTA, 2003, T.3, p.55).

Como fica patente no depoimento acima, as esperanças eram depositadas na pessoa de Jânio, não em um partido ou em uma plataforma de governo. A renúncia do presidente destruía essas esperanças, já que, no personalismo, a ausência da figura - no caso, da pessoa de Jânio Quadros - era fatal, pois não havia plano de governo para que um substituto desse continuidade ao trabalho.

O sentimento geral foi de abandono e incompreensão, como bem ilustram as palavras do general-de-divisão João Carlos Rotta, “alguns dias depois o

homem renunciava. Houve um trauma. Vi oficiais chorando. Haviam votado nele, defendiam o Jânio, se empolgavam com ele, e agora choravam. Não sabiam o que estava acontecendo” (MOTTA, 2003, t.5, p.131).

Além da crise que este fato por si só tinha o poder de desencadear, havia a agravante: como as candidaturas não eram vinculadas, ou seja, havia o voto para o presidente e para o vice separadamente, era possível a eleição de opositores, exatamente o que ocorreu em 1960. Assim, aqueles que haviam apoiado Jânio passaram a fazer oposição à posse de Jango, temerosos com relação às mudanças que ele pudesse implementar. Foi com pesar que parte considerável dos militares via o poder em vias de ser passado para as mãos de Jango. Os motivos desse pesar eram muitos e iam desde a associação de Jango a Getúlio, antigo desafeto dos militares que na década de 1960 ocupavam altas posições na hierarquia da instituição, passando pela relação de parentesco com Leonel Brizola, conhecido pela ligação com a esquerda e as idéias revolucionárias e chegando ao despreparo de Jango para a função, o que tornava-o facilmente influenciável pela esquerda, como mostra o depoimento do general-de-exército Samuel Augusto Alves Correa, comandante do 2º Batalhão Rodoviário de Lages, Sc, em 1961:

“[...] o vice-presidente não tinha condições de assumir o governo, dado que era fraco, primário, despreparado politicamente e submisso ao cunhado, o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola; devido às suas ligações estreitas com os pelegos comunistas; à sua demonstração de muito entusiasmo e admiração pelos regimes da Rússia e da China, durante sua visita a esses países; ao fato de que a sua presença no governo estimularia movimentos de greve e agitações sociais; e de que as Forças Armadas seriam transformadas em milícias, enfim, o País correria graves riscos com a sua posse” (MOTTA, 2003,T.5 p.31).

Jango havia sido enviado à China comunista pelo presidente Jânio, em uma visita diplomática, mas que, na realidade, tinha o intuito de afastá-lo do cenário político e facilitar o golpe pretendido pelo presidente. Muitos entrevistados admitem que a manobra foi estrategicamente planejada por Jânio, que conhecia as restrições dos militares ao vice e, mais ainda, suas posições com relação aos países comunistas. Todavia, para muitos, a visita de Jango aos países comunistas foi um entrave a mais à sua posse, pois significava a identificação

ideológica do vice e seu apreço a esse tipo de regime, que certamente levaria-o a implantar no Brasil uma república socialista. Segundo o major José Torres de Melo Filho, Jango estava comprometido com o comunismo, como mostrava seus antecedentes de fortes ligações com os sindicatos e a recente viagem aos países comunistas:

“Os antecedentes políticos de João Goulart, o seu despreparo para o exercício do cargo, e sobretudo a sua aliança comprometedora com os comunistas, criavam profundas desconfianças na sociedade brasileira – acentuadas com sua viagem à República Popular da China – e desaconselhavam a sua assunção ao cargo de presidente da República” (MOTTA, 2003, t.4, p.235).

Não era a primeira vez que a figura política de Jango preocupava os militares. Em 1954 ele foi ministro do Trabalho de Getúlio e autor da proposta de aumento de 100% do salário mínimo, que culminou com a elaboração de um manifesto, conhecido como Memorial dos Coronéis, através do qual os militares denunciavam aquilo que acreditavam ser uma subversão de valores que impossibilitava o recrutamento para o Exército, com o salário mínimo chegando ao equivalente do soldo de um segundo-tenente da Força. O manifesto acabou por derrubar dois ministros de Getúlio, entre eles João Goulart, que nesta época já era visto como ameaça esquerdista pelos militares da ala “internacionalista”. A posição dos militares de alta patente com relação a Goulart já estava definida desde os anos 50 e não mudaria nos próximos anos.

A oposição dentro do Exército, liderada pelo marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra, conspirava tentando encontrar uma maneira de impedir Jango de tomar posse, e contava com o apoio de parte da oficialidade, segundo o General-de-Divisão Francisco Batista Torres de Melo: “Na Escola de Estado-Maior, a minha turma não aceitava a chegada de Jango, que representava um socialismo arcaico e não concebíamos que o País entrasse nessa degradação moral” (MOTTA, 2003, t.4, p.56). O depoimento de coronel Affonso de Alencastro Graça, que em 1964 era capitão Comandante da 3ª Bateria de Obuses, do GEsA, reforça o que foi dito acima: “[...] lembro-me de quando o Presidente Jânio Quadros renunciou e a posse do Vice-Presidente foi contestada. Houve uma turbulência política e o Grupo se posicionou contrariamente à posse de João Goulart”. (MOTTA, 2003, t.3, p.204).

Frente a tanta oposição, Jango permaneceu fora do país, buscando apoio da sociedade e dos militares para assumir o governo (VILLA, 2004). Brizola passou a fazer campanha pela posse do vice-presidente e assim teve origem a Cadeia da Legalidade, criada pelo então governador com a intenção de conclamar a população, através de um programa transmitido pela rádio Mayrink Veiga a lutar pela posse de Jango à presidência, conforme figurava na Constituição. Entretanto a Cadeia da Legalidade adquiriu maior expressão quando o III Exército – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na figura do General Machado Lopes - aderiu ao movimento⁶⁹.

Os militares que se encontravam nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, não viveram o movimento da Legalidade com a mesma intensidade que os militares que estavam na região que compreendia o Comando do III Exército. Para os primeiros, a Cadeia conseguiu dividir o Exército sim, mas sua força não foi abrangente, e poucos oficiais que serviam fora do Sul aderiram ao movimento, como nos explica o general-de-exército Domingos Miguel Antonio Gazzineo, aluno da EsAO, no Rio de Janeiro, em 1961: “Uns poucos foram influenciados por aquela pregação, o que nos consternou bastante, porque dividia as Forças Armadas” (MOTTA, 2003, t.4, p.29).

Brizola e o Movimento Legalista marcavam o recomeço da atuação comunista dentro das Forças Armadas. O objetivo, para muitos dos entrevistados, não era garantir a legalidade, mas sim dividir as Forças Armadas a fim de facilitar, com a ascensão de Jango - partidário da esquerda e do trabalhismo - a chegada dos comunistas ao governo, na figura do governador Brizola, para, posteriormente, transformarem o Brasil numa república socialista. Conforme depoimento do general-de-brigada Durval Antunes Machado de Andrade Nery:

“O governador, na sua pregação revolucionária, falava todos os dias na Rádio Guaíba, na ‘Cadeia da Legalidade’. Lembro perfeitamente, quando ele dirigia a palavra aos militares dizendo: ‘Sargentos do Exército, matem seus oficiais!’ Era uma pregação subversiva, para gerar a inquietação, para desagregar. Seria o fim das Forças Armadas. Era outra tentativa do Império comunista para implantar no Brasil um regime marxista-leninista” (MOTTA, 2003, t.10, p.156).

⁶⁹ Sobre a adesão do III Exército à Cadeia da Legalidade ver: Markun, Paulo. *1961, Que as Armas Não Falem*. São Paulo: Senac, 2001.

Crescia o movimento popular favorável à posse do vice-presidente. Sem o apoio da sociedade, a quebra da legalidade ficaria instituída e caracterizaria um golpe militar. Quebrar a legalidade para os militares constituía um difícil dilema porque apontava para o sentido oposto à doutrinação que eles haviam recebido na formação militar. Sendo assim, a posição dos militares quanto a este fato não é homogênea, refletindo a diversidade de opiniões que existiam no interior das Forças Armadas, em especial do Exército, em 1961.

Os oficiais que serviam na III Região Militar foram muito influenciados pela Cadeia da Legalidade. Conforme relata o general-de-exército Décio Barbosa Machado “na 3ª Região militar [...] o movimento pró-legalidade era muito forte e o maior ativista era o Chefe do Estado-Maior, coronel Assis Brasil” (MOTTA, 2003, t.13, p.88). Para esses que serviam no Sul, a Cadeia foi importante porque conseguiu dividir as Forças Armadas, em especial o Exército, inibindo a ação anticonstitucional por parte dos ministros militares. É importante atentarmos para o fato de que nos depoimentos colhidos entre oficiais que serviam na região Sul do país, a Cadeia da Legalidade não deixou de ser citada uma única vez.

Diferentemente do que pensam os militares que não serviam na região Sul, os que se encontravam na III Região Militar não hesitaram em assumir que fizeram parte do Movimento Legalista, e fizeram-no com um certo orgulho, pois acreditavam estar exercendo o papel que a doutrina militar a eles impunha, o de obedecer, acima de tudo, a lei. Um exemplo é o depoimento do general-de-brigada José Mattos de Marsillac Motta:

“Eu era legalista convicto. Para mim só existia uma lei que era a constituição. O que ela dizia? Faltou o presidente, assume o vice. Não interessa se é o João, o Antônio, qualquer outro. Essa minha posição decorria, também, da confiança que eu depositava no meu comandante de Exército, General Machado Lopes” (MOTTA, 2003, t.13, p.99).

Estes depoimentos nos mostram nas entrelinhas como a posição do Comandante era fundamental para a tomada de posição da tropa, como atesta o tenente-coronel Alexandre Máximo Chaves Amêndola:

“E todos nós na Divisão concordamos [com o general Bevilacqua] quanto o direito de Goulart ao cargo, principalmente pelo aspecto da hierarquia; afinal a nossa formação é do tempo em que o chefe decide e o subordinado obedece” (MOTTA, 2003, t.8, p.391).

Muitas vezes a tropa era contrária à posição de seu superior hierárquico, mas, levados pela noção de respeito à hierarquia e à disciplina que deviam aos seus comandantes, aderiam à causa defendida pelos oficiais. Significativo é o depoimento do Coronel Hélio Lourenço Ceratti:

“O nosso general era simpático à posse do vice-presidente João Goulart e manobrou de modo a neutralizar as ações do seu Estado-Maior, cuja totalidade dos oficiais era contrária à posição do comandante janguista. [...]. A falta de informação e a agressiva panfletagem levaram o Estado-Maior da DC, com a aquiescência e a alegria do seu Comandante, a aderir à posse de Jango. A decisão foi adotada por toda a Guarnição de Uruguaiana, independente das manobras escusas do comandante de Divisão, sabidamente comprometido com Brizola. Mas a maioria dos oficiais, já naquela época, reconhecia que o presidente a ser empossado não teria condições de bem governar o País” (MOTTA, 2003, t.13, p.180).

A posição dos oficiais que serviam na III Região Militar foi reprovada por alguns companheiros de farda que serviam em outros Estados no período da Legalidade, a exemplo do coronel José Firmino Dias Lopes, que se encontrava na AMAN:

“Discordei dos colegas gaúchos que foram contaminados pela propaganda da Rádio Guaíba, na ‘Campanha da Legalidade’. Como cadete, dei meu apoio moral ao manifesto dos ministros militares, que rejeitavam a posse de Jango, regressando da China. Em resumo, o meu estado de espírito era de repúdio ao governo Jango e de franca oposição a qualquer solução socialista” (MOTTA, 2003, t.12, p.197).

De acordo com estes oficiais opositores, o passado de Goulart e suas tendências esquerdistas requeriam a intervenção militar e o impedimento da posse, a fim de evitar o golpe que o vice-presidente, influenciado pela esquerda comunista, se empossado, daria. A legalidade não era assim uma desculpa

legítima para apoiar Goulart. “A atitude de *não* dar posse ao Jango era uma atitude de legalidade, porque ele já vinha sendo trabalhado por forças que estavam preparando a revolução de natureza comunista”, afirma o general-de-brigada Plínio Pitaluga, (MOTTA, 2003, t.11, p.75, grifo meu).

Alguns militares que não serviam nas guarnições do III Exército admitiram a posição favorável à posse, contudo, fizeram enorme esforço para desvincularem tal opção de qualquer tipo de simpatia pela ideologia comunista, por Brizola ou ainda pelo próprio Jango. Afirmaram, entretanto, saber que esta poderia não ser a melhor opção, devido às tendências de Jango e a influência de Brizola. Assim, foi a defesa da legalidade a justificativa sempre utilizada para explicar o apoio. Abaixo, o depoimento do general-de-brigada Oacyr Pizzotti Minervino, que servia em São Paulo em 1961:

“Houve um movimento em quase todas as Unidades no sentido da posse do Vice-Presidente João Goulart. [...]. Decidi-me favoravelmente à posse de João Goulart, menos para acompanhar os meus companheiros e mais pelo fato de que não via argumentos plausíveis para impedi-la. Afinal, Goulart fora eleito vice-presidente dentro das normas constitucionais vigentes. No íntimo, porém, desconfiava que ele iria conduzir o País para o comunismo, contra o qual me colocava frontalmente. No entanto, não era, ainda, o momento de se criar antagonismos, que certamente restariam, pois permaneceria a dúvida, em não assumindo, de qual rumo que iria seguir” (MOTTA, 2003, t.7, p.109).

Ainda sobre o apoio e a defesa da legalidade, temos o depoimento do general-de-divisão Adolpho João de Paula Cunha:

“Quando houve a renúncia de Jânio, ‘apesar de Brizola’, fui favorável à posse de Jango. [...]. Sou partidário do que é legal e o legal era a assunção do Vice-Presidente [...]. Nossa participação no episódio nada tinha a ver com o Brizola, que fez o movimento da Legalidade casuisticamente pois tinha muitas ambições e sabia que a posse de Jango acarretaria a sua própria ascensão política” (MOTTA, 2003, t.8, p.61).

O Exército sempre foi uma instituição plural, no entanto, o dever de obedecer a hierarquia não permite que as vozes dissonantes possam ser ouvidas,

elas devem ser caladas. A partir dos anos 50, entretanto, a instituição percebeu um aumento na divisão entre seus membros por questões de ordem política.

Dentro do Clube Militar a disputa entre os legalistas e os internacionalistas adquiriram proporções inesperadas. A questão do petróleo foi um dos assuntos mais discutidos e controversos que colocaram em franca oposição esses dois grupos. Na realidade, o Clube Militar era uma expressão da sociedade brasileira como um todo; as crises políticas que antes ficavam fora dos quartéis, adentrou seus portões. Os anos 60 e as suas sucessivas crises não foram diferentes. Em 1961, com a polêmica sobre a posse de Goulart, essa cisão tornou-se explícita, como pudemos notar pela diversidade de opinião que foram expostas acima. A tentativa dos ministros militares em impedir a posse do vice-presidente não contou com o apoio integral do Exército, que se dividiu. Nas palavras do general-de-divisão César Montagna de Souza “Em 1961 tentamos impedir que o Jango assumisse o Poder, mas foi em vão e, mais uma vez, o Exército se dividiu”(MOTTA. 2003, t.3 p.41).

O declarado apoio do general Machado Lopes à posse de Jango é visto, para muitos dos entrevistados, como o gerador da cizânia dentro do Exército. Segundo o coronel Genivaldo Catão Torquato “os militares não confiavam em João Goulart, por suas idéias esquerdistas. Isso trouxe, pela primeira vez, a dissensão no seio das Forças Armadas. E a cisão foi provocada exatamente por um general que resolvera divergir do restante do Exército”. (MOTTA, 2003, T.4, p.137). Ficou claro nas memórias que o apoio aos ministros militares só não foi dado pelo III Exército; todas as outras Unidades apoiavam a tentativa de impedir a posse, com raras oposições pessoais de poucos oficiais.

Sabemos pela historiografia que aborda as questões do Exército nos anos anteriores a 1960⁷⁰, que o ato do general potencializou uma divisão já existente, como bem destacam as palavras do general-de-exército Rubens Bayma Denys “Eu diria que o clímax das disputas ideológicas no meio militar foi atingido com a situação criada com a campanha da Frente da Legalidade, lançada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola” (MOTTA, 2003, t.1, p.160-161).

⁷⁰ Rouquié, Alain (Coord.).1980; MacNann, F. 1982; Dulles, John F. 1970; Castro, Celso. 2004.

Desta forma, a idéia que ronda as memórias aqui estudadas refere-se sobre a união do Exército ter sido abalada apenas em 1961 com a questão da Legalidade, mas a disputa para definirem uma posição correta -se daqueles que defenderam a posse ou dos que a vetaram - deu um caráter conflitivo aos depoimentos, pois os depoentes tentavam legitimar suas posições como corretas e indiscutíveis.

Os desentendimentos dentro do Exército não cessavam, o impasse permanecia e não havia chance de consenso entre os Comandos das Regiões Militares. A situação se complicava e os ministros militares perdiam força. Brizola, em contrapartida, via seu movimento sendo fortalecido com a indecisão dos ministros, ao mesmo tempo em que seu nome começava a figurar entre os maiores inimigos do Exército.

A Campanha pela Legalidade conquistou apoio da sociedade civil e de parte do Exército, mas foi parcialmente vitoriosa. Os ministros militares relutavam em entregar o poder a Jango, questionavam sua capacidade e temiam suas ações. O impasse acabou gerando uma situação até então inédita no país: a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um projeto que previa a adoção do regime parlamentarista de governo, que foi aceito por Jango, apesar da oposição de Brizola. De acordo com o já citado Coronel Torquato

“[...] o possível confronto diluiu-se diante, talvez, do jeitinho brasileiro que vem, ao longo dos anos, trazendo uma maneira diferente de tratar os problemas. Aquilo alimentava o temor de um confronto iminente, jogar irmãos contra irmãos, diluiu-se numa solução conciliadora: o parlamentarismo” (MOTTA, 2003, t.4, p.137).

Historicamente, os militares são contrários ao parlamentarismo, principalmente porque o movimento para destituir o Governo Monárquico e proclamar a República nasceu entre os militares⁷¹ e eles acreditam que este sistema só tornou-se vitorioso devido às ações da Força Terrestre. Há entre eles grande identificação com o regime republicano, identificação que se perpetua por gerações, que vêm no passado revolucionário do Exército parte da glória e a honra da instituição. Além disso, alguns entrevistados acreditavam que Jango,

⁷¹ Para maiores informações ver Castro, Celso. *Os Militares e a República: Um Estudo Sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

pela própria incapacidade administrativa, implodiria o próprio governo e não conseguiria apoio para fazer qualquer alteração de regime. Somado aos inconvenientes que a mudança de regime causaria à instituição, desgastando a imagem do Exército, a adoção do regime parlamentarista de governo foi criticada por alguns, como por exemplo, o general-de-brigada Egêo Correa de Oliveira Greitas:

“Eu, pessoalmente – e é uma opinião muito própria minha – acho que teria sido melhor para as instituições do País que tivesse havido concordância com a posse de Jango sem o parlamentarismo, porque aí a bandeira da limitação do Poder não teria existido. Mesmo porque o Presidente – e na época o meu pensamento foi esse mesmo – logo demonstraria a sua incapacidade e, possivelmente, não disporia de tempo para promover alguma convulsão de maior monta. Por conseguinte, fatalmente ele seria derrotado em uma futura eleição” (MOTTA, 2003, t.8, p.213).

O parlamentarismo não foi visto como a decisão final dos comandos militares, mas apenas como um instrumento a fim de contornar o mau momento político. Nas palavras do general-de-divisão Octávio Pereira da Costa, essa era uma decisão fadada à morte, por não ter propósito claro nem coerência. Acorrentar o presidente a um mandato simbólico não era a melhor opção: “inventar-se aquele ‘parlamentarismo de ocasião’, que permite a passagem das nuvens negras. Aceita-se a solução que, evidentemente, não poderia dar certo, era incoerente, não levava a nada”.(MOTTA, 2003, t.2, p.55).

Majoritariamente nas entrevistas, entretanto, o que existiu foram tentativas de justificar a mudança de regime como sendo a única solução possível para o momento delicado, ou ainda uma “saída honrosa para evitar a Guerra Civil” (D’AGUIAR, 1976), e plenamente legítima pois “foi uma solução de acomodação, mas, indiscutivelmente, a mais acertada; porque, se outra fosse, não estaríamos aqui contando uma história tão tranqüila. Teria havido a indesejável guerra civil”, relata o general-de-exército Alacyr Frederico Werner (MOTTA, 2003, t.1, p.63).

De acordo com estas entrevistas, a bipolarização das opiniões sobre a posse do vice-presidente havia provocado uma situação-limite que poderia terminar com um confronto real entre os militares dentro do próprio Exército. As

opiniões estavam tão divididas que não foi possível para as regiões opositoras a Jango conseguirem promover uma ação forte para contrapor a corrente do Sul, favorável à posse.

João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961. A cisão entre os militares adicionada à falta de apoio popular ao possível golpe permitiram a ascensão daquele que era considerado pelas Forças Armadas o herdeiro de Vargas, do trabalhismo e do populismo. Muitos propalavam sobre a incapacidade de Jango para governar um país tão complexo quanto o Brasil; outros alardeavam para a proximidade entre o presidente e os comunistas. Apesar de governar em um regime que lhe tolhia os poderes, a oposição militar não arrefeceu e, se não começou a conspirar, ao menos passou a olhar atenta e cuidadosamente as ações do presidente.

No depoimento de Ernesto Geisel ao CPDOC, respondendo à questão elaborada pelos pesquisadores sobre o início da conspiração contra Goulart, o ex-presidente foi enfático: “Desde a posse” (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997). Sem dúvida, neste momento, os militares mais graduados, tradicionais e que estavam organizados seguindo a doutrina esguiana, começaram a se organizar e passaram a buscar superar as diferenças, tudo em prol do bem da Instituição, da Nação e, claro, da queda de Goulart.

Os problemas econômicos começaram a se manifestar logo no início do governo de Jango, resultado de um desequilíbrio provocado pela construção de Brasília no Governo JK e que vinha se agravando com o tempo. Houve aumento da inflação e crescimento do déficit público, mas a popularidade do Presidente estava alta, influenciada pelos acontecimentos recentes (VILLA, 2004). A oposição começou seu trabalho e Jango passou a defender-se das acusações, principalmente a rejeitar com veemência a alcunha de comunista, o que, aliás, reiterou repetidas vezes durante todo o seu governo.

Logo no dia 1º de Maio Jango anunciou seu desejo de antecipar a realização do plebiscito que daria aos cidadãos a possibilidade de escolherem entre parlamentarismo e presidencialismo. A antecipação, segundo o presidente, justificava-se pela paralisia em que o País se encontrava, devido às dificuldades impostas pelo parlamentarismo. A recepção entre os militares opositores ao seu governo não foi positiva; havia o temor de que Jango estivesse buscando aumentar seu poder em uma primeira manobra que culminaria com o fim da

democracia e a implantação de uma república comuno-sindicalista. Poucos são os que tornaram evidentes suas posições diante do plebiscito nas entrevistas analisadas. A discussão, muitas vezes, não é levantada, apenas há uma menção sobre o fato mas nenhum julgamento de valor sobre ele. Um dos poucos depoimentos que emitiram opiniões pessoais sobre o tema é o do general-de-divisão Francisco Batista Torres de Melo, que foi contra o presidencialismo:

“Depois veio a campanha do parlamentarismo: ‘sim’ e ‘não’ [...]. Consideravam determinante que o presidente João Goulart voltasse ao poder, no sistema presidencialista; olhávamos aquilo com muita tristeza. [...]. Fizemos, também, a nossa campanha contra o ‘não’: ‘sim’ ao parlamentarismo” (MOTTA, 2003, t.4, p.57).

Durante a campanha para a realização do plebiscito o comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, em uma ação que contrariava as diretrizes tomadas pelas outras regiões militares, enviou ao Ministro da Guerra um telegrama declarando insustentável a situação dentro do território sob seu comando, tamanha a agitação que a antecipação do plebiscito estava causando. Declarava-se, ainda que de forma indireta, favorável à antecipação da votação. A declaração do general Jair foi causa de polêmica. Encontramos depoimentos que negam a existência de agitações na referida região militar, e que insinuam, de forma velada, que o episódio foi uma manobra do general para colaborar com o Presidente Jango. O primeiro depoimento, do General Ernesto Geisel, e o segundo, do general-de-divisão João Carlos Rotta, são exemplos.

“Durante a campanha do plebiscito que visava a acabar com o regime parlamentar, divergi da atitude assumida pelo general Jair, divergência que, pouco depois, acarretou minha saída do Paraná. A campanha estava em pleno curso, mas ainda indefinida. Jair, possivelmente sob encomenda, enviou um telegrama ao ministro da Guerra, amplamente divulgado pela imprensa, dizendo que, se aquela situação de impasse perdurasse, ele não teria condições de manter a ordem dentro do território do III Exército. Na ocasião eu estava comandando interinamente a 5ª Região Militar e me irritei com esse telegrama inclusive porque *não era a expressão da verdade*. Passei-lhe um telegrama dizendo que em minha área, Santa Catarina e Paraná, reinava plena

tranqüilidade, que não havia qualquer perturbação[...]” (D’ARAÚJO & CASTRO, 1997. grifo meu).

“O Comandante do Sul, III Exército na época, General Jair Dantas Ribeiro, passou um rádio para o Ministro e Comandantes subordinados, dizendo-se sem condições de manter a ordem, em face da oposição ao regime parlamentarista. *Não havia revolta contra o parlamentarismo*. Apenas mais desejo de poder por parte do Presidente e do grupo que o cercava” (MOTTA, 2003, t.8, p.127. Grifo meu).

Falso ou não, o alerta dado pelo general Jair mobilizou o comandante do I Exército, general Osvaldo Alves, que se declarou favorável à antecipação do plebiscito. Jango contava, assim, com o apoio do Exército, decisivo neste momento de grande tensão. A antecipação do plebiscito foi aprovada pelo Congresso Nacional e o regime presidencialista foi o escolhido pela maioria dos eleitores⁷².

O período em que o Brasil esteve sob o regime parlamentar foi tido como catastrófico para os militares, menos por causa do tipo de regime e mais pela ânsia de Goulart de voltar ao regime que lhe garantiria maiores poderes. As manobras de Goulart para impedir o bom funcionamento do regime, como as freqüentes trocas de ministros e a indicação de nomes inviáveis para os cargos, que eram barrados pelo Congresso, não passaram despercebidas, como notamos pelo depoimento do coronel Humberto Ayres Corrêa, seguido do general-de-exército Samuel Augusto Alves Correa:

“O mau funcionamento do parlamentarismo, tentado como solução da crise, foi um trabalho conduzido, com todo o empenho, pelos inimigos da democracia, para substituir esse regime pelo presidencialista que daria maior poder a Jango, como a esquerda desejava”(MOTTA, 2003, t.14, p.232).

“Como Presidente, João Goulart logo confirmou suas más qualificações para o exercício do Poder e o seu propósito de realizar, o quanto antes, o plebiscito relativo à forma definitiva do regime, visando a recuperar os poderes que, no seu julgamento, lhe tinham sido confiscados. Como consequência, seu Governo

⁷² De acordo com Elio Gaspari (op. cit.) o resultado da votação do plebiscito foi de 9,5 milhões de votos contra o parlamentarismo e 2 milhões a favor.

foi medíocre resultando em trocas freqüentes do Primeiro-Ministro e da mais alta administração do País [...]”(MOTTA, 2003, t.5, p.32).

O fim do parlamentarismo para alguns se deu devido às ações da esquerda, que se via engessada pelo regime, não conseguindo agir de acordo com seus propósitos e mobilizou a sociedade civil e militar através da propaganda para voltar ao regime anterior. Segundo o coronel Carlos Henrique Guedes:

“O regime parlamentarista durou muito pouco, porque a esquerda se valeu de um plebiscito – utilizando uma propaganda maciça, estonteante, que mandava dizer ‘não’ ao parlamentarismo – e, assim derrubou o regime, com a adoção novamente, do presidencialismo” (MOTTA, 2003, t.3, p.251).

Todavia, houve aqueles que defenderam que a mudança de regime se deu devido a tradição brasileira do presidencialismo e a imposição do parlamentarismo como regime de governo sem consulta prévia aos populares, que não aprovavam o nosso tipo de governo. Afirmam, também, que o parlamentarismo foi uma solução temporária e não poderia durar por muito tempo, finda a crise, deveria voltar o presidencialismo. Esta é a opinião do entrevistador da Coleção Historia Oral do Exército na Região de Minas Gerais e Rio de Janeiro, general Luiz Nery da Silva: “O parlamentarismo nunca foi aceito no País; foi uma saída para contornar a crise gerada pela renúncia [...], ninguém queria o parlamentarismo. O presidencialismo tem uma tradição de aceitação pelo povo brasileiro” (MOTTA, 2003, t.2, p.101).

A volta ao regime presidencial aumentou as preocupações dos militares com os rumos políticos e econômicos adotados por Jango. Logo no primeiro discurso público feito após o plebiscito, Jango mencionou as reformas que viriam a ser sua bandeira. A troca do ministro da Guerra, general Nelson de Melo, pelo general Amauri Krueel, e a promulgação das leis que permitiam ao governo maior intervenção na política econômica alarmaram os desconfiados oficiais⁷³. O general-de-brigada Gentil Nogueira Paes atesta que

⁷³ Villa, op.cit.

“Com a queda do parlamentarismo, João Goulart sentiu-se livre para fazer o que queria: implantar no Brasil uma república sindicalista, nos moldes peronistas. Os acontecimentos foram se precipitando; todos viam e sentiam que caminhávamos para um regime de esquerda implantado pelo próprio Governo” (MOTTA, 2003, t.12, p.141).

Entre as entrevistas que apresentam um quadro, ainda que resumido, dos anos compreendidos entre a posse de Jango no regime presidencialista e o golpe, as posições são unânimes: Jango caminhava a passos largos para a república sindicalista. Os intuitos do presidente eram para eles, claramente, o de tornar-se ditador e liquidar com as Forças Armadas, transformando-as em milícia a serviço do governo. É interessante notarmos a freqüente comparação de Jango a Getúlio, provando que a ligação entre os dois não havia sido esquecida pelos militares. Os depoimentos do coronel Petrônio Gonçalves Ferreira, assim como o do coronel Francisco de Andrade Garcez, respectivamente, exemplificam as afirmações acima.

“Obtida essa nova condição [o regime republicano], iniciou o ataque às instituições brasileiras, visando à criação de uma república sindicalista, o que era seu objetivo porque com essa república, baseada nas esquerdas, se perpetuaria no poder, tal como o seu mestre Getúlio Vargas” (MOTTA, 2003, t.6, p.171).

“Pensando como Getúlio, querendo criar, também, um outro tipo de governo, totalitário, Jango conseguiu o retorno ao presidencialismo, através do Plebiscito. Passou, então, a tomar várias atitudes ofensivas às Forças Armadas e foi se unindo às esquerdas” (MOTTA, 2003, t.12, p.175).

Aproximando-nos do momento do golpe⁷⁴, momento em que as crises econômicas, sociais e políticas atingiam um dos seus pontos mais altos,

⁷⁴ Há um hiato em parte considerável das entrevistas que não mencionam o período compreendido entre os anos de 1961 a 1963, portanto, grande parte do governo João Goulart, retomando a narrativa já no limiar do golpe, ou seja, no fim do ano de 1963. Isso se deve provavelmente aos procedimentos utilizados pelos entrevistadores da Coleção “História Oral do Exército”, que, nos primeiros tomos seguem um questionário rígido, dando poucas oportunidades para os colaboradores explanarem sobre temas que nele não constassem. Isso nos impossibilitou a análise mais profunda da memória militar sobre momentos importantes e decisivos na história do Brasil. Posteriormente, os entrevistados adquiriram maior liberdade, apesar de ainda serem induzidos a responder determinadas questões. Em ambos os casos as entrevistas foram dirigidas; todavia houve uma flexibilização; as

percebemos que os depoimentos tornam-se mais precisos, resultando em uma análise mais minuciosa da memória militar. Um dos tópicos mais debatidos a partir de então passou a ser o fortalecimento do Movimento Comunista Internacional no país.

O combate ao comunismo tornou-se pauta entre os assuntos militares nos anos 30, momento em que a organização militar tornou-se efetivamente uma instituição, com consciência da própria existência como entidade distinta na sociedade. Este foi também o momento em que a infiltração comunista ganhou vulto, com a Intentona de 1935, liderada por Luís Carlos Prestes. Para o coronel Francisco Sobreiras de Alencar a Intentona Comunista foi

“Um movimento planejado, orientado e dirigido pelos comunistas, desencadeado nas Cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, onde se espalharam o terror, agredindo, saqueando, violentando aquela gente simples dessas cidades, e assassinando 28 militares, na madrugada de 27 de novembro de 1935. A Intentona Comunista traumatizou e afrontou a Nação e se refletiu de maneira indelével na alma dos militares brasileiros, que não a esqueceram em 1964” (MOTTA, 2003, t.12, p.182).

Após o movimento de 1935, os oficiais passaram a ver no comunismo um inimigo do Exército e da soberania nacional. O combate ao Levante é sempre lembrado pelos depoentes como sendo um triste episódio na história do Exército, pois obrigou o confronto direto entre membros da instituição, rachando-a e levando vários soldados à morte. Dentro das escolas militares e dos quartéis, um amplo movimento teve início com o intuito de afastar a ameaça da dominação das mentes dos alunos, sargentos e oficiais pela ideologia comunista. De acordo com o general-de-divisão Octávio Pereira da Costa:

“A Revolução Comunista, em 1935, foi sangrenta, a repressão, por sua vez, brutal, com os episódios que se passaram na polícia, as mortes, os assassinatos, as coisas foram realmente terríveis, tendo sido desencadeada, também, uma grande campanha psicológica de repúdio ao comunismo” (MOTTA, 2003, t.2, p.68).

perguntas tornaram-se mais voltadas para as experiências pessoais dos entrevistados e algumas vezes os relatos seguiram sem que fosse necessária a intervenção do entrevistador, resultando em relatos minuciosos sobre a participação pessoal do colaborador, enriquecendo substancialmente o trabalho.

Neste ponto, vimos emergir a tona mais uma das características da memória. Muito do que figura na memória individual pode não ter sido vivido por esta pessoa. Este fenômeno é conhecido como “memória herdada”, ou seja, não se refere à vida física deste que a lembra, mas figura no seu imaginário. Nos depoimentos percebemos que a memória do grupo trazia como legado os episódios da Intentona Comunista, e este era rememorado como se realmente houvessem sido vividos pelos entrevistados, não obstante muitos deles serem extremamente jovens nos anos 30 e não figurarem nas fileiras do Exército. Mesmo não havendo participado dos acontecimentos, os entrevistados possuíam uma história sobre eles e a reproduziam como se realmente tivessem participado dela, tamanha era a precisão de detalhes ao descreverem os fatos, sem contar a certeza na veracidade do que estava sendo narrado. No decorrer da narrativa veremos muitas vezes o fenômeno da “tabela”⁷⁵ acontecer (ou seja, a apropriação da lembrança de eventos vividos pelo grupo no qual o indivíduo está inserido, mas que não foram vividos por aquele que está lembrando).

O nacionalismo foi adotado como doutrina nos anos 30 e o objetivo era garantir a identificação e a unidade dos militares entre si. O comunismo transformou-se no inimigo que legitimava as Forças Armadas no exercício de sua função, que é o combate ao inimigo externo em defesa da Nação. O ideal social do comunismo fere os valores que faziam e ainda fazem parte do imaginário militar, pois pregava o fim das fronteiras nacionais, fim da distinção entre os indivíduos e, portanto, fim da hierarquia, além de atentar contra a democracia defendida pelos militares. As revoltas e revoluções dos anos 30 contribuíram para fortalecer a imagem negativa do comunismo dentro da instituição militar, e o anticomunismo tornou-se bandeira nas Forças Armadas desde então.

A “infiltração comunista” nos quartéis era preocupação freqüente nos Altos Comandos da Força. No início dos anos 50, a Escola de Estado Maior, comandada pelo general Castello Branco, que naquela época “descobriu comunistas até debaixo da própria cama” (LIRA NETO, 2004, p.157), teve seu currículo atualizado, substituindo a influência da Missão Francesa pela doutrina militar norte-americana. A identificação com os EUA trouxe consigo o clima de

⁷⁵ Pollack, op.cit.

caça às bruxas e o comunismo tão combatido dentro do Exército ganhou novos inimigos com a maciça orientação anticomunista imposta aos oficiais.

Mal começara os anos 60 os oficiais passaram a receber instruções sobre um novo tipo de guerra cujas, técnicas estavam sendo aplicadas no Brasil pelos agentes comunistas – a Guerra Revolucionária. De acordo com Bilac Pinto (1964), a Guerra Revolucionária consistia em uma técnica através da qual os comunistas chegariam ao poder, por meio de um golpe em que não precisariam contar com o apoio das Forças Armadas.

A Guerra Revolucionária estaria dividida em cinco fases. Na primeira e na segunda fase, também conhecidas como fases de gestação, teria início a guerra psicológica, com a qual seria criado o ambiente pré-revolucionário. Na terceira fase iniciar-se-ia a subversão da ordem, que seria levada ao ápice na fase quatro, terminando com a conquista do poder na fase cinco.

A doutrinação foi fortalecida pelo Estado-Maior do Exército, que publicava livros sobre o tema e ministrava palestras freqüentes aos alunos. O general-de-exército Jonas de Moraes Correia Neto era, no ano de 1962, Oficial de Operações no QG da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana, e instrutor da EsAO em 1963, nos relata como foi feito o preparo psicológico e a conscientização da tropa a respeito do avanço comunista e da guerra revolucionária.

“[em 1962] dentro de um quadro de ação de comando, elaborávamos documentos que eram usados pelos respectivos comandantes, para agir junto à sua tropa. Fazíamos documentos de variada natureza, assim como palestras, conferências, falando não só para oficiais, mas para a tropa de uma maneira geral, dando-lhes elementos para que, por sua vez, pudessem chegar até os soldados, através dos sargentos também. [...]. No começo do ano de 1963, vim a ser instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais no chamado CCAS. Neste ano, iniciamos uma ação muito ativa [...], nos propusemos a abordar, em linguagem clara para os capitães, em termos de Guerra Revolucionária, a escalada, que acontecia no País, da guerra subversiva, uma ameaça cada vez mais presente para a democracia” (MOTTA, 2003, t.9, p.32).

A infiltração nos quartéis, contudo, acontecia. Segundo os testemunhos, ela foi, de início, comandada de cima para baixo, ou seja, partiu de alguns poucos

Comandantes, chegando aos sargentos e oficiais de baixa patente, onde se espalhava facilmente e contaminava outras Unidades Militares. A disseminação da ideologia comunista entre oficiais subalternos estava causando cizânia e subversão da ordem, quebrando os pilares fundamentais do Exército, a hierarquia e a disciplina. Era imperativo que o comandante estivesse sempre atento aos atos de seus comandados e reprimisse qualquer demonstração de apreço de seus oficiais aos dogmas comunistas. Conforme o general-de-divisão Geraldo de Araújo Ferreira Braga, a infiltração era perceptível desde o início daquela década: “A partir dos anos 1960, as forças de esquerda persistiram nas tentativas de infiltração no meio militar, voltando-se para os quadros subalternos, buscando dividir e corroer o organismo militar, através da cisão entre oficiais e praças”. (MOTTA, 2003, t.2, p.101).

A infiltração fazia parte, segundo depoentes, do plano de Jango para captar o apoio das Forças Armadas às suas ações. O insucesso na sua busca por apoio vindo dos altos escalões do Exército teria levado o presidente a apelar para os oficiais subordinados, na tentativa de desestruturar o grupo com o ataque à hierarquia e à disciplina, com o objetivo de minar o poder dos conspiradores sobre seus comandados. Contando com o apoio de poucos e inexpressivos oficiais dentro do Exército, o apoio dos sargentos, cabos e soldados era vital para Jango. Para o general-de-exército Antonio Ferreira Marques, Jango

“procurou a cúpula do Exército para conseguir apoio, mas não conseguiu nem na cúpula das outras Forças Armadas. Encontrou respaldo apenas em poucos generais, como Assis Brasil e Osvino Ferreira Alves. [...]. todos eles sem nenhuma liderança no Exército. Então o que Jango buscou? O apoio de subtenentes, sargentos, cabos e soldados [...]” (MOTTA, 2003, t.7, p.31).

A infiltração no meio civil era outra grande preocupação. Para os depoentes, os alvos principais da ação comunista eram os sindicatos e os estudantes, de todos níveis, como nos fala o General-de-Brigada Niaze Almeida Gerude,

“a infiltração, já no início da década de 60, era impiedosa, principalmente nos sindicatos, nos órgãos estudantis [...]. O ministério da Educação transformou-se num grande reduto comunista. [...]. Em 1962, os comunistas dominaram a

União Nacional dos Estudantes (UNE) e criaram o Pacto de Unidades e Ação – PUA – envolvendo num comando único todos os sindicalistas dos setores ferroviário, rodoviário, marítimo e aeroviário [...]” (MOTTA, 2003, t.11, p.93-94).

No referente às escolas, de acordo com os militares, o Partido Comunista Brasileiro valia-se dos intelectuais de esquerda, transformando-os nos maiores agentes disseminadores da ideologia no país, com a aquiescência do governo. As atuações da União Nacional dos Estudantes (UNE) nas greves, junto a outros movimentos esquerdistas, como a Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), e a posterior adesão de muitos estudantes às guerrilhas são justificadas exatamente por essa cooptação do PCB nas escolas. De acordo com o general-de-exército Oswaldo Muniz Oliva “o Partido Comunista Brasileiro concluía que só poderia dominar o Brasil se dominasse as escolas. Assim, fizeram infiltrações nas faculdades de Filosofia, que formavam professores. Foram hábeis, capazes, eficientes e tiveram êxito” (MOTTA, 2003, t.7, p.45). Ou ainda, nas palavras do general-de-exército Jonas de Moraes Correa Neto:

“No ensino dos primeiro e segundo graus, havia a conquista das mentes, por intermédio de mensagens simples, que levavam os jovens e as crianças para o outro lado; nos setores universitários e no setor cultural – uma penetração marxista inteligente, aliciadora e patrulhadora” (MOTTA, 2003, t.9, p.37).

O quadro externo era composto pela Guerra Fria, o que acirrava consideravelmente os humores dos militares, potencializando a orientação anticomunista das Forças Armadas. O fim da Segunda Guerra havia aproximado os militares brasileiros dos norte-americanos, e a influência destes logo se tornou perceptível nas Escolas e Academias Militares, que substituíam a doutrina francesa pela norte-americana. Conforme o relato do coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula:

“Naquele momento [Guerra Fria] havia todas as conseqüências de uma “americanização” da doutrina militar brasileira, havia todas as conseqüências de um reequipamento do Exército com material americano, havia uma aproximação com o Exército americano, que praticamente substituíra, desde a Guerra, a influência francesa, [...]” (MOTTA, 2003, t.9, p.291).

É natural supormos que junto a esta influência veio a orientação anticomunista tão presente no pensamento norte-americano no período, que, apesar de já ser parte do imaginário militar, não era tão forte nem ativo como depois de 1945.

A Escola Superior de Guerra (ESG) teve importante papel na doutrinação anticomunista dos militares. Segundo a Doutrina de Segurança Nacional⁷⁶ desenvolvida pela ESG, após a Guerra Fria os programas de ação de proteção do País não poderiam ficar restritos às fronteiras nacionais. Os perigos agora vinham de maneira indireta e eram mais palpáveis do que um ataque físico. Os embates após a Segunda Guerra Mundial seriam de natureza econômica, política, psicológica e ideológica. A guerra agora era geral e a estratégia de defesa, portanto, deveria ser geral também, abarcar todos os âmbitos da sociedade. Pensando nisso, a ESG passou a desenvolver estudos sobre a vida política, social e econômica do país. O desenvolvimento da nação havia se tornado um assunto tão importante quanto a defesa, e o binômio segurança-desenvolvimento era lema da Escola. A participação de civis na ESG contribuiu para que o imaginário militar anticomunista fosse compartilhado com a sociedade.

À medida que a crise dos anos 60 ia se agravando, os oficiais internalizaram parte da doutrina de guerra total na ECEME. Dado que para um oficial candidatar-se a promoção de general ou qualquer outro comando geral havia necessidade do diploma da ECEME, a maioria dos oficiais sofreu fortes influências da teoria da guerra total.

A influência da Guerra Fria é uma das questões que compõem o questionário da coleção “História Oral do Exército”. Apesar de todos os colaboradores concordarem sobre a importância da Guerra Fria, não há consenso sobre a intensidade e a forma que ela teria influenciado nas condutas internas. Para maioria o cenário externo foi extremamente importante devido a intensificação da política expansionista da URSS, sendo, portanto, decisiva para a ação da esquerda no Brasil; o que é demonstrado pelo depoimento do coronel Helio Mendes:

⁷⁶ Segundo Elio Gaspari (2002a, p.39), a Doutrina de Segurança Nacional não pode ser classificada como doutrina nem tão pouco como ideologia. “A expressão ‘Segurança Nacional’ embutiu um preconceito, talvez uma idéia”, jamais uma ideologia Ainda assim, utilizaremos neste trabalho a nomenclatura dada pelo Exército.

“Em sua política expansionista, durante a Guerra Fria, a URSS reativou informalmente a ação do Movimento Comunista Internacional, para que este movimento agisse em todos os países a ela não alinhados por meio da subversão e da guerra revolucionária, visando à tomada do poder pelos comunistas locais” (MOTTA, 2003, t.1, p.255).

Poucos são os que admitem a influência norte-americana no pensamento militar brasileiro, e menos ainda são os que admitem a pressão norte-americana para que o Exército contribuísse no combate do inimigo vermelho. Para a maioria, a única pressão ideológica existente vinha da URSS. Alertados pela doutrinação dentro dos quartéis e escolas sobre a Guerra Revolucionária, conhecedores da história do comunismo e do avanço soviético, os militares enfatizam: o Movimento Comunista Internacional (MCI) tentava tomar o poder no Brasil e encontrava-se infiltrado na sociedade como um todo.

A importância do Brasil para a URSS, na opinião dos entrevistados, era devida a sua grande extensão territorial, a sua posição geográfica, fazendo fronteira com diversos países e tendo um grande litoral com ótimos portos, ao contingente populacional além de ser a porta de entrada para o comunismo na América como um todo, pois acreditavam que conquistando o Brasil, conquistariam os países restantes. Não há dúvidas entre os entrevistados sobre a veracidade da atuação do MCI no Brasil. Recorda o general-de-brigada Luiz Gonzaga Schroeder Lessa:

“Na verdade, o Brasil era ‘pião’ desse jogo todo de guerra fria e interessava por demais ao bloco soviético que o nosso País se tornasse a terceira grande nação comunista do mundo. [...]. Se o Brasil tivesse sido comunizado, pelo ‘efeito dominó’, sem dúvida nenhuma toda a América Latina estaria mergulhada na órbita comunista” (MOTTA. 2003, t.10, p.59).

Nas referências bibliográficas consultadas, fica patente a tese de que Jango era temido pelos militares por suas “tendências esquerdistas”, ou seja, seu discurso de apoio ao povo, às Reformas de Base e principalmente à Reforma Agrária, reformas estas que os militares associavam a ideológica comunista. Na

realidade, a diferença entre reforma e revolução, para os militares, era apenas uma diferença semântica, visto que o que Jango pretendia com as reformas, influenciado pela esquerda, em especial por Prestes e Brizola, constituía-se uma verdadeira revolução. As exigências da esquerda, que seriam atendidas pelo presidente, de acordo com o general-de-brigada Manoel Theóphilo de Oliveira Neto, eram as “reformas na ‘lei ou na marra’, a instalação de uma Constituinte, o fechamento do Congresso Nacional e todo o poder para os sindicatos” (MOTTA, 2003, t.4, p.96). Constituía-se então, não uma reforma, mas sim uma revolução antidemocrática.

A opinião dos militares sobre Jango, contudo, é variável, oscilando entre os que viam no presidente um homem despreparado para o cargo que exercia e muito influenciável pelas esquerdas, por isso perigoso, ou ainda, que ávido de poder, havia se mancomunado com os comunistas, permitindo e incitando a infiltração destes partidários no governo visando apenas obter apoio político. Há também os que afirmam que Jango não passava de um instrumento utilizado pelos comunistas para chegarem ao poder. Para nossa surpresa, portanto, não é unânime a opinião sobre a orientação política do presidente ser voltada para o comunismo; contudo, é unânime a idéia de que os comunistas, por um motivo ou por outro, estavam infiltrados no governo de João Goulart.

A posição social de Jango, ligada ao capital pela profissão de estancieiro era o principal elemento que sinalizaria para a posição contrária do presidente ao comunismo. Segundo os entrevistados, seria improvável que Jango, um latifundiário, estivesse disposto a apoiar um movimento que buscasse o fim da propriedade privada. Jarbas Passarinho, Coronel, diz “[João Goulart] ora virava para a direita, ora virava para a esquerda. Mas um latifundiário não podia ser comunista – *e não era* – mas estava altamente comprometido, em entendimento com Prestes” (MOTTA, 2003, t.5, p.57, grifo meu).

Os depoimentos abaixo, de militares que serviam em locais distintos, dão semelhante explicação para a maneira de agir do presidente, procurando apoio na esquerda, apesar de não figurar entre os líderes comunistas. Para eles, o objetivo de Jango era a permanência no poder. O coronel Francimá de Luna Máximo, recém egresso da AMAN e que servia na área do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil, opinou sobre Jango, dizendo que como os companheiros do Centro,

“Não tínhamos por que atribuir uma avaliação de que o Presidente era comunista. Ele era um rico estancieiro e nós, instrutores pára-quedistas, oficiais formados pela Academia Militar, tínhamos capacidade de fazer essas distinções, mesmo sendo jovens. No entanto, parece-nos que ele assim agia, movido por uma ambição desvairada de querer consolidar-se no poder e, sobretudo, com olhos voltados para a eleição que iria se operar em 1965, estimando que uma dessas reformas garantiria o instituto da reeleição [...]” (MOTTA, 2003, t.11, p.198)

O general-de-brigada Luciano Salgado Campos, que servia no Estado-Maior do 10º RM, em Fortaleza, acreditava nas tendências ditatoriais de Jango, que levaria-o a se aproximar da esquerda, mas não no pendor comunista:

“Dizem que o Sr. João Goulart era comunista. *Não creio. O Sr. João Goulart não era bem um comunista.* Ele era um fazendeiro simplório, inculto, medianamente inteligente, mas muito esperto, deslumbrado com o Poder que lhe tinha sido doado pelo seu padrinho, Getúlio Vargas, facilmente influenciado pelas esquerdas, pensando, de certo, que continuaria no poder e se tornaria, como seu padrinho, um futuro ditador” (MOTTA, 2003, t.4, p.82, grifo meu).

A questão sindical é sempre citada nas entrevistas. As greves freqüentes, as manifestações lideradas pela CGT e PUA não são apresentadas pelos militares como expressão da insatisfação desses grupos com a política do governo Jango, mas sim como demonstração do aumento do poder de pressão e, por que não, poder frente ao governo. Segundo Coelho (1976), o receio dos militares era que o regime pudesse vir a dispensar a garantia do Exército, substituindo-o por outras organizações que atuariam como um suporte ao governo e, neste caso, a organização seria o sindicato.

De acordo com o autor acima citado, o Exército temia ser obrigado a dividir suas atribuições constitucionais, que eram a manutenção da segurança do governo e das instituições democráticas com essas organizações. Além disso, faz parte do imaginário militar a concepção orgânica da sociedade, de onde vem a crença de que aquilo que é bom para um grupo de interesse é necessariamente prejudicial para a Nação como um todo, e portanto, não cabe ao governante atender os interesses particularistas e sim os nacionais. Qualquer tentativa oficial

de atender interesses de grupos seria demagogia. Desta forma, João Goulart colocava-se na posição de demagogo ao ouvir os sindicatos e tentar atender seus pedidos, numa clara demonstração de desrespeito à Nação e ao povo.

No entanto, de acordo com os depoimentos, a concepção que os militares possuíam dos sindicatos era mais simples, e novamente passava pela crença da ameaça comunista. Para os depoentes, os sindicatos eram acusados de serem células comunistas cujo objetivo era subverter a ordem a fim de transformar o país na tão citada república sindicalista. Desta forma, atendendo as reivindicações dos sindicatos, Jango estava contribuindo para o avanço do comunismo no Brasil. O depoimento do general-de-brigada José Antônio Barbosa de Moraes merece ser transcrito como exemplo da forma que os militares enxergavam os sindicatos: “Não resta a menor dúvida sobre o objetivo de criar um país comunista num extenso território como o brasileiro. A atitude dos sindicatos era clara” (MOTTA, 2003, t.2, p.202).

O fracasso do Plano Trienal e a crescente crise econômica derrubavam a popularidade do presidente, tanto à esquerda quanto à direita. Na tentativa de reverter esse quadro, Jango enviou ao Congresso Nacional um anteprojeto de reforma agrária, que não foi aceito pela Casa, o que era previsível, dado suas propostas pouco definidas e ambíguas. Na realidade esta foi mais uma manobra do presidente na tentativa de mostrar-se dedicado às reformas, mas limitado pelo Congresso.

Jango acenava para os militares, buscando apoio, tendo inclusive atendido antiga reivindicação da classe e concedido aumento salarial de até 55% aos soldados⁷⁷. Enquanto o presidente tentava acalmar os ânimos da direita e angariar apoio destes, Brizola intensificava as pressões ao governo, incitando manifestações populares. As Forças Armadas, cada vez mais divididas, viam seus membros mais antigos fazerem declarações antigovernistas. As greves, as ações da Liga Camponesa e do Grupo dos Onze⁷⁸, somadas ao clima de insubordinação nos quartéis, colocaram os militares em prontidão.

⁷⁷ Villa, op.cit.

⁷⁸ As Ligas Camponesas, grupo organizado de camponeses que reivindicavam terras, a partir da reforma agrária, faziam pressão, agitando em especial as regiões norte e nordeste, ganharam uma organização companheira. Brizola, já em desentendimento com o cunhado, criou em 25 de outubro do Grupo dos Onze, organização cujo objetivo era elaborar um projeto próprio para a tomada do poder, sem a participação do presidente, que se mostrava reticente em realizar as propaladas reformas. O governador percebia que as aspirações políticas de Jango diferiam das suas, e sentia-se abandonado pelo antigo companheiro em seus projetos; Brizola sabia que

As Ligas Camponesas⁷⁹, grupo organizado de camponeses que reivindicavam terras, a partir da reforma agrária, faziam pressão, agitando em especial as regiões norte e nordeste, ganharam uma organização companheira. Brizola, já em desentendimento com o cunhado, criou em 25 de outubro do Grupo dos Onze, organização cujo objetivo era elaborar um projeto próprio para a tomada do poder, sem a participação do presidente, que se mostrava reticente em realizar as propaladas reformas. O governador percebia que as aspirações políticas de Jango diferiam das suas, e sentia-se abandonado pelo antigo companheiro em seus projetos; Brizola sabia que sua candidatura a Presidência estava inviabilizada devido ao laço de parentesco que o unia ao atual presidente e radicalizou, aos moldes de Cuba.

Os militantes do Grupo dos Onze eram muitos, porém pouco ativos. No dia do golpe, 31 de março, não moveram um palha para ajudar Jango ou ainda para frear os militares⁸⁰. Entretanto, faziam agitações, com Brizola pregando aos quatro ventos, novamente na Rádio Mayrink Veiga, a revolução armada, o que era suficiente para alarmar os militares e deixar na memória de cada um a concepção de que o Grupo, se não contido a tempo, causaria danos irreparáveis à democracia do País. O governador, já odiado pelos militares, não dava trégua e atacava o Exército com fúria, chamando os membros da instituição de golpistas, gorilas e reacionários, repetindo os insultos de 1961. O Grupo dos Onze é visto pelos entrevistados como uma milícia “brizolista”, uma organização paramilitar cuja pretensão era se opor às Forças Armadas para garantir a chegada dos comunistas ao poder.

As ações das Ligas e do Grupo passaram a ser monitoradas pelos militares, sempre atentos às articulações da esquerda. De acordo com os relatos, as Ligas não eram entidades muito politizadas, na verdade eram compostas por pessoas de pouca instrução, ingênuos e de boa vontade, que lutavam para sobreviverem em um meio hostil, sendo assim facilmente ludibriados pelos políticos como o Governador Miguel Arraes e o líder das Ligas, Francisco Julião. Para os militares, este se aproveitava das péssimas condições de vida do povo nordestino

sua candidatura à Presidência estava inviabilizada devido ao laço de parentesco que o unia ao atual presidente e radicalizou, aos moldes de Cuba.

⁷⁹ Sobre as Ligas Camponesas ver Azevedo, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

⁸⁰ Gaspari, op.cit.

e incitava-os à luta armada, utilizando as técnicas da Guerra Revolucionária, entre as quais figurava a filosofia do “quanto pior, melhor”, ou seja, quanto mais insatisfeito está um povo, mais fácil de convencê-lo à aderir à revolução. Isso significa dizer que o Movimento Comunista Internacional estava na dianteira das Ligas, era a maneira através da qual os comunistas conseguiam quadros para sua luta pelo poder, organizando as massas.

As palavras do coronel Francisco Sobreira de Alencar refletem a opinião majoritária dentre os entrevistados sobre missão das Ligas Camponesas e do Grupo dos Onze:

“Quanto às ‘Ligas Camponesas’, sabemos que compunham um movimento criado pelo comunista Francisco Julião [...]. Essas ‘Ligas Camponesas’ se disseminaram pelo interior do Nordeste, particularmente por Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, espalhando o terror, sobretudo contra pequenos fazendeiros e proprietários. Praticavam agressões, assaltos e saques contra essa gente simples do interior. Com relação ao ‘Grupo dos Onze’ foram fruto de uma idéia de Leonel Brizola, que os organizou e espalhou pelo País todo. Esses grupos tinham a missão de difundir o terror nas capitais e demais cidades, sobretudo em lugares do interior. *Num dado momento, eles seriam reunidos numa Força, muito parecida com a Guarda Vermelha soviética de 1917, que segundo os planos de Brizola, daria sustentação ao governo comunista a ser implantado no Brasil*” (MOTTA. 2003. t.12, p.188, grifo meu).

A ação do Grupo dos Onze ou das Ligas Camponesas são diferentemente percebidas de acordo com a Região Militar em que os depoentes serviam. Aqueles oficiais que serviam nas Regiões Sul e Sudeste perceberam e citaram freqüentemente o Grupo dos Onze como um dos focos mais ativos de disseminação da ideologia comunista, assim como os sindicatos e os órgãos estudantis. Foi destacada pelos entrevistados a organização do Grupo, superior à das Ligas, pois possuíam instruções detalhadas sobre como agir, instruções estas que vinham de Cuba, país com o qual Brizola mantinha estreito contato. Foi observado pelos depoentes que uma organização urbana possuía um raio maior de ação do que as rurais, devido aos meios de comunicação, que eram abundantes nas cidades, pela escolaridade e conhecimento político dos cidadãos que viviam em centros urbanos, superior aos das zonas rurais.

Aqueles que serviam em outras regiões, em especial Norte e Nordeste, não enfatizaram a atuação do Grupo, não são poucos o que disseram ter apenas “ouvido falar” no Grupo de Brizola, mas nunca sentindo a atuação da organização nem tomado conhecimento das suas ações, como é o caso do general-de-brigada Hélio Ibiapina Lima, que em 1964 era tenente-coronel, Chefe da 1ª Seção de Comando do IV Exército, em Recife: “a respeito do ‘Grupo dos Onze’, o que sei é de literatura. Por observação direta, muito superficialmente. No Nordeste, sua ação até 31 de março de 1964, foi quase nula” (MOTTA, 2003, t.2, p.170).

Como as Regiões Sul e Sudeste possuíam os maiores contingentes de militares e como os depoimentos na Coleção estudada procedem em grande parte de militares que serviam nestas regiões, o Grupo dos Onze é estatisticamente mais citado do que as Ligas Camponesas. Segundo o Major-brigadeiro-do-Ar Max Alvin, a atuação do Grupo foi, não obstante, superestimada pelos militares em 1964, o que só foi percebido após o golpe, quando o dispositivo de Goulart falhou: “Tivemos uma grata surpresa ao ver que tudo aquilo não passava de um grande blefe. [...], mas que se tivesse sido desenvolvido, como as ‘Ligas Camponesas’, teriam trazido conseqüências desastrosas para a preservação da paz e da ordem em nosso País” (MOTTA, 2003, t.10, p.78).

Com relação às Ligas Camponesas, elas não deixaram de ser lembradas pelos depoentes que serviam no Sul, mesmo porque as ações das Ligas eram amplamente divulgadas pela mídia; mas nem para todos os movimentos rurais representavam uma ameaça, pois, diferentemente do que acontecia com o Grupo dos Onze, não eram organizados, nem possuíam a capacidade de mobilização que os movimentos urbanos. Nas palavras do coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula: “O meio rural não tinha qualquer organização. O que era a pouca organização que tinham? Eram as ‘Ligas Camponesas’ [...]” (MOTTA, 2003, t.9, p.308).

Para os que serviam sobretudo na Região Nordeste, elas eram o maior foco de comunistas que lutavam para derrubar o regime, agindo impiedosamente, promovendo a ocupação de terras produtivas e a destruição de lavouras, em ações terroristas, como mostra o depoimento do coronel Manoel da Penha Alves, que servia em João Pessoa, Paraíba, no período em que antecedeu o golpe:

“A atuação do Partido Comunista Brasileiro e dos líderes da subversão, com destaque para Miguel Arraes e a atuação das ‘Ligas Camponesas’ de Francisco

Julião, respaldavam a tentativa de provocar uma convulsão social que seria o estopim da tomada de poder e instalação de um governo de tendência marxista-sindicalista no País, com inspiração do MCI. [...]. Antes da eclosão da Revolução, houve ações terroristas, como assaltos a bancos, queima de canaviais, invasões de terras etc” (MOTTA. 2003, t.6, p.216-217).

Em suma, percebemos pelas entrevistas que, geralmente, os militares acreditavam que as Ligas e o Grupo representavam “nada mais do que células de combate, treinadas e organizadas, prontas para emprego, quando e onde se fizesse necessário” (coronel Nelson Roberto Bianco. In: MOTTA, 2003, t.14, p.316). A relutância do Governo em reprimir tais movimentos serviu para que os militares acreditassem que eles estavam mancomunados com Goulart e esperando o momento para dar o golpe de Estado.

Um dado interessante sobre as memórias consiste na associação que muitos entrevistados fazem entre as Ligas Camponesas e o atual Movimento dos Sem-Terra. Esse movimento é visto como a continuação das Ligas que tiveram suas atuações reprimidas no período militar, mas não extintas, e voltaram agora tentando conseguir aquilo que foi impossível no período anterior, como acredita o tenente-coronel Moacir Vêras, quando afirma que “as ‘Ligas Camponesas’, hoje, se chamam MST. O que não foi possível fazer naquela época está sendo feito agora” (MOTTA, 2003, t.2, p.356).

Durante o ano de 1963 o clima era de muita instabilidade, entretanto, não havia sinais de um eminente conflito entre as Forças Armadas e o governo. Rememorando este ano, o general-de-divisão Orlando Morgado diz que “não havia sensação de que alguma coisa pudesse desencadear algum tipo de luta. Sentia-se sim, que havia exploração política” (MOTTA, 2003, t.5, p.72).

No dia 12 de setembro, menos de 24 horas após o lançamento de uma nota oficial do Ministro do Exército, general Jair Dantas Ribeiro, que desautorizava qualquer atitude insurrecional por parte dos sargentos que lutavam pela elegibilidade – que era proibida pela constituição Nacional – e aconselhava os sargentos a permanecerem dentro da lei e confiantes nas ações das autoridades e da democracia, explode a rebelião dos sargentos. A revolta da Marinha contou

com o apoio dos sargentos do Exército e da Aeronáutica, mas permaneceu isolada em Brasília⁸¹.

Esta rebelião foi o primeiro grave ataque que as Forças Armadas sofreram e serviu para que a direita militar agilizasse suas movimentações golpistas. A rebelião foi um sinal de alerta para os generais do quão abalados estavam os sustentáculos das Forças Armadas. Todavia, não foi de toda inesperada, dado o quadro do País. Para muitos entrevistados, como bem ilustram as palavras do general-de-divisão Agnaldo Del Nero Augusto, “em 1963 a subversão, até então conduzida, mais ou menos na clandestinidade, aflorou. Como não havia certeza do seu sucesso e até como uma forma de pressão, começou a colocar-se à luz do dia (MOTTA, 2003, t.5, p.98).

O depoimento do general-de-brigada Durval Antunes Andrade Nery é muito importante para explicar este tema, pois este General era o Comandante da 1ª Companhia de Infantaria Pára-queda e recebeu a missão de descer com sua tropa sobre Brasília para conter os insurretos. De acordo com o General Nery, o movimento foi visto, dentro do Exército, como uma tentativa dos comunistas para implantar a república sindicalista.

“Brasília estava sublevada, era a rebelião dos sargentos, a maioria da Marinha e da Aeronáutica. Obedeciam a um intelectualizado comando civil, não se restringiria apenas a Brasília e devia estender-se por todo o País. [...]. Pela ordem, os revoltosos pretendiam: depor o Presidente da República, fechar o Congresso, acabar, sumariamente, com o Supremo Tribunal Federal, classificado como órgão inútil e dispensável, desvirtuar o regime e implantar uma república (ditadura) socialista, transformação total da Forças Armadas” (MOTTA, 2003, t,10, p.169).

É relativamente pequeno o número de depoimentos que nos alertam para o ocorrido em Brasília, e a maioria deles não vê no episódio um antecedente imediato do golpe, mas sim um sinal para os Comandos das Forças sobre a infiltração comunista em todas as Armas e a disposição deles em afrontar a hierarquia e a disciplina. A importância deste evento não é comparada à dos de

⁸¹ De acordo com o historiador Marco Antonio Villa (op.cit), “a gravidade da rebelião, que rompeu com os marcos constitucionais, a prisão de um ministro do Supremo Tribunal Federal, do presidente em exercício da Câmara dos Deputados – casos únicos na história brasileira - de um subchefe da Casa civil, um coronel, seis majores, cinco capitães e oito tenentes, contou com a complacência do governo federal e dos deputados considerados de esquerda”.

março de 1964, até mesmo porque houve punições para os rebelados, diferentemente do ocorrido na rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro em março de 64. Não obstante, segundo o general-de-brigada Dickens Ferraz:

“Não podemos deixar de lembrar a sublevação de militares ocorrida em 1963 [...], mais uma tentativa, no campo político, de infiltração ideológica nas Forças Armadas. [...]. Nesta ocasião o Supremo Tribunal Federal negou contrariar um dispositivo constitucional. O resultado disso qual foi? Cerca de quatrocentos sargentos, particularmente da Marinha e da Aeronáutica, rebelaram-se na capital do País [...]” (MOTTA, 2003, t.5, p.138).

O ano de 1963 terminou em situação bem pior do que havia começado. Jango estava agora na mira dos generais. A visão dos militares sobre o cenário político e social do país nos meses que antecederam o golpe foi de amplo desgoverno. Para eles, as Reformas de Base representavam o pano de fundo para as greves dirigidas pelo Comando Geral dos Trabalhadores⁸²; os programas de rádio e televisão estavam infiltrados pela ideologia marxista e pregavam a luta de classes, com apoio do Governo Federal; a indisciplina nos quartéis, acreditavam, era estimulada por autoridades federais, inclusive pelo próprio presidente, e, para finalizar o quadro, a imagem do Congresso era negativa e contrastava com às ações da esquerda, pois estava ele sem força, dominado pelos partidários de Jango, os esquerdistas.

A crise econômica ampliava as desavenças dos militares com o governo, pois eles viam na bancarrota brasileira outro sinal do avanço vermelho. O meio civil, assim como o governo, segundo os entrevistados, apresentava-se amplamente infiltrado pela ameaça esquerdista.

É muito citado nos estudos militares o caráter ambíguo da política econômica e da política prática defendida pelos militares desde o Estado Novo. Os militares normalmente defendiam uma política econômica progressista, com o desenvolvimento industrial nacional, seja ela de base ou exploração de recursos naturais, o que contribuiria para o desenvolvimento da indústria militar; contudo, são reacionários nas questões referentes às práticas políticas, defendendo a repressão aos civis e aos movimentos reivindicatórios, opondo-se às reformas que

⁸² Para esta questão ver Delgado, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.

atingissem a estrutura social de forma mais eficaz, como a reforma agrária. Isso explica parte da aversão dos militares às reformas que o Presidente desejava praticar.

O governo Jango foi realmente ineficiente no terreno econômico. Em 1964 encontrava-se descontrolado, com a inflação crescendo a cada dia, e de acordo com Stepan, nos primeiros meses de 1964 as projeções eram de 140% ao ano, o que a colocava como a maior taxa inflacionária do século⁸³. A renda per capita dos trabalhadores sofria contração, os investimentos estrangeiros caíam e aumentava o déficit público; o desabastecimento de gêneros essenciais nos supermercados é sempre lembrado nos depoimentos aqui estudados, a exemplo o general-de-exército Alacyr Frederico Werner,

“A inflação era muito grande e a situação piorava a cada instante. O cidadão, para conseguir um pacote de açúcar, de feijão ou arroz, para levar à casa, tinha que procurar aqui e acolá, porque se tornara comum o desabastecimento” (MOTTA, 2003, t.1, p.65).

À crise econômica somava-se a social, com inúmeras greves e o crescimento de movimentos reivindicatórios. Aos olhos dos militares, isso representava ameaça à segurança nacional, tendo em vista que esses movimentos faziam parte da estratégia comunista de penetração no país para a tomada de poder. Desta forma, o governo Jango feria o binômio de sustentação da doutrina de Segurança Nacional, já que não havia segurança ou desenvolvimento. O quadro tornara-se insustentável, era iminente, segundo os entrevistados, a implantação da república sindicalista. O depoimento coronel Luiz Mario Portocarrero de Castro Sá Freire, transcrito abaixo, também reflete com precisão como a maioria dos militares via a situação nacional no início de 1964.

“A Nação brasileira estava à beira do caos. A economia cambalida se deteriorava, mercê de uma política econômica suicida. A indústria esmagada pelos sindicatos dirigidos pelos ‘pelegos’ caminhava para o sucateamento. As greves no setor dos transportes passavam a ser fatos corriqueiros na vida dos brasileiros. A inflação, sem controle, caminhava a passos largos para a hiperinflação de funestas conseqüências. O Presidente da República, fraco e

⁸³ Stepan, op.cit.

pusilânime, era presa dos agitadores comunistas treinados em Cuba e Pequim. O senhor Luís Carlos Prestes já havia recebido o sinal verde de seus patrões em Moscou, para iniciar a guerrilha rural no interior do Brasil. E dessa época sua conhecida frase ‘já conquistamos o governo, só falta-nos o Poder’. Nunca se esteve tão perto de se instalar no País uma República Sindicalista sob patrocínio do próprio Governo Federal. As Forças Armadas já caminhavam para o envolvimento político partidário. Surgiam os ‘generais do povo’. A hierarquia e a disciplina, pilares das Forças Armadas, começavam a ser questionadas [...]” (MOTTA, 2003, T.11, 165-166).

O Clube Militar, entidade que congregava as diversas tendências políticas que existiam na caserna, tornou-se um verdadeiro fórum de debates. As agitações eram muitas e, se no início gravitavam em torno da questão salarial no início dos anos 60, com o avanço da crise e da cisão dentro do Exército, em 1964, voltaram-se para o governo Jango e os perigos do comunismo. Percebemos que era no Clube que oficiais que não possuíam contatos com os generais conspiradores – a cúpula militar, na qual estão inclusos Odylio Denys, Costa e Silva, Mourão Filho, Muricy, Cordeiro de Farias, Castello Branco, entre outros - encontravam-se para expressar seus anseios e se preparar para uma eventual intervenção das Forças Armadas no rumo da política nacional. O major Jose Ramos Torres de Mello Filho assinala que:

“Inicialmente muito tímido, o Clube Militar, com o tempo, foi-se encorajando, graças, em grande parte, à presença de oficiais-alunos da EsAO, do IME e da ECEME e, juntamente com o Clube Naval e o Clube da Aeronáutica, teve um papel de grande relevância na preparação do Movimento de 1964. [...]. Aí, confabulávamos sobre a situação do País, sobre o que deveria ser feito e como” (MOTTA, 2003, t.4, p.237).

Era ainda o local de confronto de idéias, por agregar a esquerda militar. De acordo com a memória dos entrevistados, a conquista do Clube pela esquerda fazia parte da estratégia de dominação dos comunistas, que já haviam conquistado as lideranças operárias e estudantis, e precisavam penetrar nas Forças Armadas para enfraquecê-las a ponto de não representarem ameaça ou oposição quando a esquerda iniciasse a revolução comunista.

As conspirações aconteciam também em reuniões entre antigos companheiros de farda, longe do Clube Militar ou da caserna, normalmente na casa de um grande nome entre os conspiradores e datam desde o início do governo Goulart, tendo, contudo, sido intensificada no ano de 1963. Pelo observado nos depoimentos, havia um incentivo de oficiais mais graduados para que houvesse aumento no número de conspiradores, inclusive dos que serviam distantes das regiões metropolitanas.

A participação de civis entre os conspiradores é ressaltada por alguns entrevistados. Envolver os civis nas ações conspiratórias é uma maneira que os militares encontraram para tentar legitimar a intervenção e dar a ela um caráter popular. Por isso, fazem sempre a ressalva quanto ao desejo da população da intervenção das Forças Armadas no ano de 1964, mostrando a influência civil na conduta dos militares. Segundo depoimentos de coronel Edgar Maranhão Ferreira e do general-de-divisão Anápio Gomes Filho:

“Em meados de 1962, nos reuníamos rotineiramente às quartas-feiras à noite, na Casa do Deodoro, participando das reuniões da Cruzada Democrática, as quais compareciam muitos oficiais da reserva e da ativa. Ali se analisava a insidiosa penetração do comunismo nos vários setores da vida nacional, até mesmo nas Forças Armadas” (MOTTA, 2003, t.6, p.107).

“Naquela ocasião, fazíamos reuniões nas casas de civis. Dessas reuniões, também participavam oficiais das guarnições do interior; em viaturas que nos eram cedidas, oficiais da capital se encarregavam de buscar e levar de volta os participantes” (MOTTA, 2003, t.11, p.49).

Nada obstante, nem todos os oficiais ou aspirantes sentiam as tensões do momento. Nas palavras do general-de-exército Oswaldo Muniz de Oliva “A ingenuidade política é um defeito comum nos militares, mas não é qualidade. É preciso conhecer política mas sem se meter na política partidária, o que é diferente, mas tem que acompanhar e entender tudo o que ocorre na vida política nacional”. (MOTTA, 2003, t.7 p.47). A posição do general acima condiz com a posição da maioria dos oficiais, que acreditam que manter uma distância da política partidária é essencial para o exercício da função do militar. Uma das explicações plausíveis para esse fato está na doutrinação recebida dentro dos

quartéis, que visava manter cabos, sargentos, subtenentes, tenentes longe das agitações políticas, em função do passado turbulento que tal proximidade havia legado ao Exército. Isso explica por que a percepção do momento conturbado, entretanto, não é homogênea nos depoimentos. Alguns militares que se encontravam em posições subordinadas e dentro das Academias Militares não sentiram a gravidade da crise que se avizinhava.

O relato do coronel Luiz Tavares nos revela a situação em que se encontravam alguns alunos da AMAN, uma das mais importantes escolas militares, com relação aos momentos antecedentes ao golpe e é com surpresa que constatamos que não havia em curso um movimento a fim de elucidar os jovens oficiais sobre o momento político vivido, além das já citadas aulas sobre Guerra Revolucionária.

“Entre 1960 e 1962 cursava a AMAN e estava praticamente alheio à política. Naturalmente que os fatos marcantes – a renúncia de Jânio, a quem admirávamos, a questão do plebiscito e a posse de Jango – não passaram despercebidos[...]. Pouco me recordo de ter havido reuniões com a oficialidade jovem para tratar daquele momento político. Conversava-se, à noite, com os capitães que ficavam no quartel”. (MOTTA. 2003, t.6, p. 228-229).

O general-de-brigada Daniel Lomando Andrade também recorda que fora as palestras sobre Guerra Revolucionária, pouco era feito para conscientização dos oficiais.

“[Instrução sobre Guerra Revolucionária] tratava-se de destinar mais informação à oficialidade sobre o que estava realmente acontecendo. De um modo geral estávamos voltados para a nossa atividade diária – falo do tenente, do capitão, enfim do pessoal que estava na tropa [...] – e não nos preocupávamos com os problemas políticos, o que, em parte, era muito bom”. (MOTTA. 2003, t.8, p.273).

Esses depoimentos comprovam a tese de que as conspirações e ações foram iniciadas pela cúpula militar, sem pressões da base e, desta forma, diferente dos movimentos militares anteriores, em que as agitações começavam pelos tenentes e eram por estes desencadeadas. Todavia, a alienação dos subordinados com relação às questões políticas, inclusive nos momentos

derradeiros do Governo Goulart, leva-nos a conclusão de que a coesão tão propalada pelos militares nos acontecimentos de 1964 na verdade foi gerada sem que houvesse consenso; ou seja, oficiais não aderiram a “revolução” cientes do movimento que estavam iniciando, mas sim obedecendo ao lema maior das Forças Armadas: hierarquia e disciplina. Sendo assim, muitos eram os que desconheciam o motivo que os levaram às movimentações de março de 64, e assim agiram conforme as diretrizes do Exército, o que não significa que concordassem ou apoiassem o movimento pelo qual lutavam.

A despeito da desinformação dos estudantes e oficiais de baixa patente, os Generais conspiraram, elaborando planos para derrubar Goulart da chefia da Nação. Nas palavras do General Muricy, um dos maiores conspiradores “em todo o Brasil se conspirava, em todo o Brasil havia reação ao estado de coisas que se instalava no País” (MOTTA, 2003, t.14, p.35).

Durante o mês de março Jango intensificou as atividades em busca de apoio popular para a realização das reformas. Obviamente, as ações do Presidente não foram bem recebidas pelos militares, que as tomaram como afronta às Forças Armadas. Conforme as palavras do general-de-exército Luiz Gonzaga Shroeder Lessa, março foi o mês em que Jango cometeu o suicídio:

“Suicidou porque o que ele fez em um mês, no curto espaço de um mês, promovendo uma série de fatos que a Nação jamais poderia agüentar, representou um verdadeiro suicídio. Ele promoveu neste mês de março, o comício do dia 13, apoiou a revolta dos marinheiros e fuzileiros e participou da reunião no Automóvel Clube do Brasil, tudo isso no Rio de Janeiro e num único mês, caracterizando um conjunto de episódios que antecederiam a revolução comunista para implantação da Republica Sindicalista no dia 1º de maio” (MOTTA, 2003. t. 10, p.61).

A seqüência de eventos que começou com o Comício na Central do Brasil, a Rebelião dos Marinheiros e a reunião no Automóvel Clube é lembrada como a causa imediata para o desencadear do golpe de 1964. Nem mesmo a tentativa de golpe em outubro com a solicitação pelo presidente da decretação do Estado de Sítio scandalizou tanto os militares quanto a “baderna” promovida pelo governo nos meses seguintes. De acordo com as entrevistas, estes eventos foram os estopins para a reação militar, pois subverteram a ordem, a disciplina e a

hierarquia das Forças Armadas: Jango teria profanado tudo o que é mais sagrado para os militares.

Numa sexta-feira, 13 de março, Jango partiu para o Comício na Central do Brasil. Enorme quantidade de policiais militares, além de cinco mil e oitocentos homens das três Forças⁸⁴, faziam o policiamento no local. O comício era uma tentativa desesperada de angariar apoio popular em um dos momentos mais difíceis do seu governo, com a crise econômica avançando a largos passos. De nada adiantou a manobra do governador Lacerda para tentar esvaziar o comício, decretando feriado no dia 13; a praça encontrava-se repleta de populares com faixas e cartazes de apoio ao presidente e às reformas. Também não faltavam cartazes de ataque aos militares da direita, que eram chamados de gorilas, reacionários e antipovo.

O pronunciamento mais exaltado foi o de Leonel Brizola, como era esperado. Em uma parte do seu discurso, o governador acusou o Congresso de não representar o povo por ser formado por agentes a serviço do capital e lançava a idéia de um plebiscito para que o Congresso fosse dissolvido e houvesse votação para uma nova composição da Casa, para retirar as “velhas raposas da política tradicional” e colocar no poder pessoas do povo, camponeses e trabalhadores. Brizola também atacou o cunhado, por sua atitude conciliadora⁸⁵.

Tendo ao seu lado o ministro da Guerra, o presidente versou sobre a reforma da Constituição, a reforma agrária, o voto dos analfabetos, cabos, sargentos, marinheiros e ainda sobre a legalidade do PCB⁸⁶. O discurso do presidente não foi o mais violento do comício, mas foi interpretado como uma provocação às Forças Armadas, em especial à direita. A presença da esposa do presidente, pela primeira vez em um comício do marido, foi notada pelos militares, e a participação do Ministro da Guerra, além do grande contingente das Forças no policiamento, gerou indignação nos entrevistados, que acreditavam que, ao participarem do comício, ministros e soldados estavam a favor de um governo que era contra o Exército, e desta forma, estavam também contra a Força. Nas palavras do general-de-exército Mário Orlando Ribeiro de Sampaio

⁸⁴ Villa, op.cit.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Ibidem.

“Para colocar mais fogo na caldeira, prestes a explodir, tivemos o Comício da Central do Brasil. [...]. foi um estrondo, até a mulher do Presidente, Maria Tereza, estava no palanque, gente gritando ‘morte aos gorilas’ referindo-se à nós militares contrários àquela baderna, mas com a presença, o que é o absurdo maior, do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que disse que não ia e acabou indo” (MOTTA. 2003, t.11, p.35).

O impacto geral da participação do general Jair no comício foi negativo no Exército. Sua atitude foi vista com cuidado por uns, que acreditavam que o General estava cumprindo sua função de ministro e fora ingênuo quando compareceu ao Comício, mas a maioria atacou o Ministro por ter se prestado a um “papel grotesco, lamentável sob todos os aspectos, sobretudo pelas suas responsabilidades à frente do Exército”, de acordo com o general-de-divisão Tasso Villar Aquino (MOTTA. 2003, t.9, p.83).

Nas memórias, percebemos que foi exatamente este comício o divisor de águas entre os que apoiavam e os que não apoiavam uma intervenção direta das Forças Armadas nos rumos da política nacional. Os depoentes falam que, a partir do dia 13 de março não havia mais espaços para indecisos, todos tomaram posições e a maioria foi favorável à intervenção que não se caracterizaria como golpe, mas sim como contra-golpe, ou no máximo um golpe preventivo, tendo em vista que o verdadeiro golpe seria dado por Goulart. De acordo com as memórias do tenente-coronel Nivaldo Mello de Oliveira Dias,

“A ‘gotinha d’água’ para aquele estado de coisas foi o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Quando vi a Polícia do Exército (PE) garantindo a reunião cheia de cartazes com foice e o martelo, símbolos do comunismo, quando vi a presença do Presidente e dos ministros militares num comício onde se pregava a subversão, decidi participar [...]” (MOTTA, t.6, p.258).

A reação da direita civil foi imediata. Mulheres de São Paulo organizaram a famigerada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ato que congregava a união cívica feminina, igreja e associações de bairros da cidade para pedirem proteção divina contra o avanço vermelho. O ato, bastante lembrado pelos depoentes, foi considerado pelos militares como a conclamação do povo para a intervenção das Forças Armadas, um movimento de pressão para que as Forças

agissem rapidamente. A passeata paulista era o componente que faltava para encorajar os militares a agirem, pois legitimava a intervenção. De acordo com o coronel-aviador Gustavo Eugenio de Oliveira Borges, a Marcha em São Paulo “foi para nós sumamente importante, porque nos deu uma força enorme. Pela primeira vez, vimos que a opinião pública em geral estava a nosso favor” (MOTTA, 2003, t.10, p.293).

No dia 20 de março, uma semana depois do comício e um dia após a Marcha em São Paulo, o general Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, distribuiu uma circular reservada, que, de acordo com Lira Neto (2004), lavrava o atestado de óbito do governo Goulart. Nesta circular, Castello afirmava ser evidente a ameaça de uma nova Constituinte para tornar possíveis as Reformas de Base e o desencadeamento de mais agitações da CGT. Fazia ainda ressalvas sobre as funções dos militares, que não eram o de defender programas de governo, mas sim garantir os poderes constitucionais e as leis. Castello também alertava para os perigos do comunismo e os desmandos da CGT. Por fim, afirmava que era preciso que o Exército estivesse pronto para sair em defesa da legalidade, contra a revolução que se avizinhava e a Constituinte inconstitucional.

O general-de-exército Domingos Miguel Gazzineo diz que a circular:

“Não pregava a Revolução, não pregava nenhuma ação, mas demonstrava claramente que o Exército não era guarda pretoriana; que o Exército não aplaudia porque não podia vaiar, nem se engajava com tal ou qual facção, mas estava ponto para cumprir a sua destinação constitucional de manter a lei e a ordem” (MOTTA, 2003, t.4, p.35).

A circular serviu como uma senha para os militares antijanguistas de que um movimento, em prol da defesa da Nação, das leis e da ordem, não estava descartado pelos chefes maiores do Exército. Para alguns entrevistados, as palavras de Castello soaram como música, pois se o maior legalista dentro do Exército admitia uma possível intervenção direta das Forças Armadas, era prova de que algo por eles estava sendo feito para salvar o País do comunismo. Além disso, com Castello assumindo a dianteira do movimento anti-governista, a

revolução militar encontrava um líder, que unificaria todos os focos de conspiração do País.

No Rio de Janeiro ocorria mais uma rebelião militar. Os marinheiros reuniram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos para protestarem contra a punição de 12 graduados que haviam transformado a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais em uma organização parassindical, monitorada pelo PCB⁸⁷. Sargentos, cabos e marinheiros ficaram amotinados na sede do sindicato, o que foi considerado pelos militares entrevistados como apoio explícito do movimento comunista aos revoltosos, comprovando a tese de infiltração vermelha nas patentes inferiores das Forças Armadas. Os revoltosos exigiam a troca de Ministro e a revogação das punições. As reivindicações foram atendidas; Silvio Mota renunciou e Jango indicou para o cargo o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, o qual, além de estar na reserva, era considerado de esquerda. A participação do Cabo Anselmo à mesa de negociações foi considerada uma humilhação aos oficiais da Marinha, com os quais o Exército se solidarizava.

O maior erro de Jango neste episódio, entretanto, foi não punir adequadamente, como mandava o regulamento militar, os revoltosos que haviam infringido a hierarquia da Marinha. As comemorações dos marinheiros, que carregaram nos braços o Almirante Aragão, também conhecido como “almirante do povo” ou ainda “almirante vermelho” chocaram os mais conservadores e, principalmente, o Exército. O general-de-brigada Euclides Bueno Filho atesta: “recordo do Almirante Aragão, notório comunista, que costumava aparecer abraçado com marinheiros. Uma promiscuidade total!” (MOTTA. 2003, t.9, p.87). Para o general-de-brigada Acrísio Figueira, a questão do desrespeito à hierarquia foi crucial para o desencadear do golpe:

“[...] o Almirante cândido Aragão optava por dar golpes fatais na hierarquia e na disciplina. Isso tudo para nós, tenentes e capitães, era inconcebível. Como é que um almirante fardado se deixava carregar nos ombros por marinheiros em impressionante baderna? Era uma inversão total de tudo o que havíamos aprendido na vida militar” (MOTTA. 2003, t.14, p.137).

⁸⁷ Gapari, op.cit.

A mistura entre círculos hierárquicos⁸⁸ provocada pela atitude do almirante Aragão rompeu com o padrão de conduta das Forças, na qual a separação física contribui para a manutenção da hierarquia. Essa segmentação é um princípio regulador da conduta militar⁸⁹ e quando quebrada implica em grave falta.

Na noite de 30 de março, com o clima muito tenso, o presidente, apesar dos apelos insistentes de seu secretário de Imprensa, Raul Ryff e do deputado Tancredo Neves para que não comparecesse à reunião, discursou para um auditório repleto de suboficiais e sargentos no Automóvel Clube, situado na Cinelândia, Rio de Janeiro. Era o momento de maior crise militar do seu governo, mas o presidente acreditava que o dispositivo militar montado pelo general Assis Brasil protegeria-o de qualquer tentativa de golpe. Em seu discurso, Jango incentivava a quebra da hierarquia, pois dizia, de forma nada sutil, que os “sargentos não deveriam obedecer a seus superiores hierárquicos naquilo que considerassem ‘sentimento do povo brasileiro’, ‘sectarismo’, pois o caminho deles era também o caminho do presidente da República. Portanto, a relação de comando era com ele, Jango” (VILLA, 2004, p.206).

O discurso era uma afronta às Forças Armadas, uma provocação e a gota d’água para os conspiradores. Para grande parte dos entrevistados, chegara à hora do Exército intervir na política de forma insidiosa. Sobre este momento, o General-de-Brigada Cid Goffredo Fonseca diz: ninguém mais podia esperar outra coisa, a não ser nossa revolta contra a tal sucessão de ignomínias” (MOTTA, 2003, t.3, p.83). A reunião no Automóvel Clube “foi a última afronta do despreparado caudilho às Forças Armadas” (Coronel Ney Salles. In: MOTTA, 2003, t.14, p.246).

As lembranças sobre esses três eventos que antecederam o golpe são, até o momento, as mais uniformizadas, demonstrando o quão sedimentadas estão no imaginário do grupo. Esses eventos são lembrados como cruciais no desencadear do golpe e irredutíveis a qualquer outra explicação, ainda que seja mais plausíveis. Por exemplo, destacamos que os eventos em si nada significariam aos olhos dos oficiais se não houvesse constituído quebra de hierarquia e disciplina, ou seja, se não tivesse mexido com a dinâmica interna da instituição. Todavia,

⁸⁸ Leirner, op.cit.

⁸⁹ Idem.

para a maioria dos depoentes, os fatos em si, mais do que seus significados, são explicativos do golpe. A irredutibilidade de alguns elementos é destacada pela literatura sobre o tema da memória e, de acordo com esta, figura como prova de quão eficaz foi o trabalho institucional de solidificação da memória, impossibilitando mudanças de paradigmas⁹⁰.

⁹⁰ Pollack, op.cit; Nora, op.cit. Halbwachs, op.cit.

Os militares avançam: o golpe de 1964

O golpe e sua rápida vitória não foram determinados pela presença da fortuna, mas pela ausência da virtú..

José Murilo de Carvalho⁹¹

Após o discurso no automóvel Clube, Jango retornou ao Palácio das Laranjeiras. A oposição militar conspirava exaustivamente, formulando uma maneira de derrubar o presidente. Muitas dúvidas pairavam sobre as cabeças dos conspiradores, entre elas quando partir para o ataque e de que forma fazê-lo. Mas uma coisa era certa aos seus olhos: teria o Exército que destituir Jango do poder.

Descontente com os acontecimentos recentes e indignado com a última atitude de João Goulart, o general Mourão Filho inicia o movimento de rebelião do Exército, deslocando tropas para o Rio de Janeiro, sede do I Exército, cujo comando, suspeitava-se, integrava o esquema militar de apoio a Jango. A “operação Popeye” como foi chamada por Mourão, envolveu aproximadamente 4 mil homens, em sua maioria recrutas, e parte da polícia militar⁹², e partiu sem apoio e sem comunicação com os golpistas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os momentos que antecederam a deflagração do golpe pelo general Mourão Filho foram descritos em seu diário, que foi utilizado pela historiografia como fonte genuína dos referidos momentos, até mesmo porque há uma carência de relatos por parte dos militares envolvidos diretamente no fato⁹³.

Há tempos Mourão havia se tornado conhecido pelas suas conspirações, como fica claro na fala do coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula, 1º tenente em 1964, comandante da 1ª Companhia de Engenharia na Vila Militar, RJ: “O Mourão [...] em todos os lugares por onde passou, fez campanha anticomunista. Ele falava diretamente aos seus oficiais, aos seus subordinados, em todos os lugares onde comandou” (MOTTA, 2003, t.9; p.300). As conspirações iniciaram-se em Santa Maria, entre os anos de 1961 e 62, e continuaram quando o general foi transferido para São Paulo, em fevereiro de 1963. Sua permanência em São Paulo foi curta; em agosto de 1963 Mourão foi transferido novamente, desta vez para Minas Gerais, onde aguardava-o o comando da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria. As investidas de Mourão contra o governo Jango não passavam despercebidas pelo dispositivo governista, até mesmo porque o general não fazia questão de esconder seu desapeço pelo rumo dado ao governo por Jango. Desta

⁹¹ Citado em: Carvalho, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁹² Villa, op. cit., p.210.

⁹³ Mourão Filho, Olympio. *Memórias: A Verdade de um Revolucionário*. Porto Alegre (RS): L&PM Editores, 1978.

forma, a transferência foi recebida como uma punição, dado que o comando recebido era menos significativo, fato este lembrado pelo coronel Carlos Alberto Guedes:

“Ele, desde que veio do Rio Grande do Sul, e veio até como castigo, porque já estava conspirando e tomando algumas providências, apresentando alguma reação, e como o III Exército era uma tropa forte, houveram por bem deslocar Mourão para a 4ª Região Militar, que era considerada uma Região inexpressiva, em termos de força” (MOTTA, 2003, t.9; p.246).

Entretanto, a decisão do ministro Jair em transferir Mourão não foi bem sucedida; apesar de comandar uma região com menor poder bélico, o general estava decidido e, mesmo afastado dos conspiradores de São Paulo, logrou êxito ao sublevar sua unidade militar.

A decisão de Mourão surpreendeu Castello Branco, que foi avisado por telefone sobre a ação do companheiro de Minas Gerais. Castello, um dos maiores conspiradores dos últimos meses do governo Goulart, autor da nota que havia agitado o meio militar dias antes, recebida como aceno para um golpe contra Jango e cuja demissão do cargo de chefe do Estado-Maior do Exército era tida como certa por seus companheiros de conspiração devido à intensificação destas desde a revolta dos marinheiros, havia traçado um plano para o golpe no qual as tropas de Minas deveriam descer em direção ao Rio de Janeiro conjuntamente à subida das tropas de São Paulo ao mesmo estado.

Concomitantemente, explodiriam a rebelião no Nordeste e no Rio Grande do Sul. De acordo com as confabulações de Castello, a sua prisão – inevitável, dado que a partir do momento em que recusasse entregar o cargo ao presidente não deixava a este outra alternativa - seria a senha para o início das ações militares. O general colocava-se assim como o líder do movimento, mas foi atropelado pela decisão do impaciente general Mourão. Um dos poucos depoimentos que corroboram a tese da existência de um código para o início do levante militar é o do general-de-brigada José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto, major que em 1964 servia na 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana, RS:

“Poucos dias antes do comício da Central do Brasil, chegou um informe oriundo de Porto Alegre nos avisando que se prendessem o General Castello Branco deveríamos iniciar uma revolta ou um movimento de adesão ao Chefe do Estado-Maior do Exército” (MOTTA, 2003, t.8; p.198).

Desta forma, a reação do general Castello face ao levante mineiro foi de grande espanto e sua primeira atitude foi telefonar para outros generais conspiradores e para

comandantes de importantes regiões militares. Segundo Gaspari⁹⁴, a intenção imediata de Castello era obrigar Mourão a recuar, temeroso da reação que um levante sem acordos prévios com outros comandos pudesse desencadear. Diante da impossibilidade de conter Mourão - que já contava com o apoio do general Guedes e do governador Mineiro Magalhães Pinto - Castello rendeu-se e apoiou os insurretos, apressando-se na busca de apoio e mobilização dos militares golpistas de outros estados, tarefa que contou com a disposição de Costa e Silva.

As memórias sobre esses momentos e o julgamento da ação de Mourão Filho não variam de forma considerável. Na maioria dos depoimentos sentimos uma censura à ação do general, por ter se antecipado às ordens advindas dos conspiradores de maior significância dentro do Exército, como Castello Branco, Cordeiro de Farias e Costa e Silva; ato este que poderia ser considerado desobediência ao comando da revolução. Outra crítica encontrada está no fato de ter sido a decisão de Mourão tomada sem que contasse com apoio expresso de outros comandos militares, o que causou certos constrangimentos e dificuldades na tomada de decisão dos comandantes de importantes Regiões Militares.

Todavia, há um esforço dos entrevistados para justificar a atitude de Mourão, alegando que a intempestividade do general foi responsável por retirar o Exército da inércia, já que Castello, apesar de ser considerado um ilustre conspirador, não era visto como um legítimo golpista, mas sim um legalista convicto e revolucionário *tardio*, motivo pelo qual encontrava dificuldades para dar início às ações militares, fato rememorado pelo general-de-brigada Ferdinando de Carvalho, tenente-coronel em 1964 que presidiu o inquérito policial sobre o Partido Comunista: “Ele era um homem muito legalista, e custou a se enfrontar na necessidade de haver uma revolução contra aquele estado de coisas, a própria nota que ele redigiu era conservadora” (MOTTA, 2003, t.2; p.155).

Outro fator importante mas que não foi considerado por Mourão foi lembrado pelo general-de-exército Antonio Carlos da Silva Muricy, um dos desencadeadores do movimento de 64 juntamente com o comandante da 4ª Região Militar. De acordo com este general, os indícios que havia era de que seriam necessários mais alguns dias para a eclosão da revolução, pois restavam muitas providências a serem tomadas, estando o movimento, portanto, imaturo para ser iniciado: “chegamos a conclusão de que, para ter toda a segurança, antes do dia 10 de abril não era possível ter tudo pronto para partirmos. Havia muitos nozinhos ainda a atar” (MOTTA, 2003, t.14; p.39).

⁹⁴ Gaspari, op.cit.

O depoimento do general-de-exército Antonio Ferreira Marques, tenente-coronel em 1964, quando servia no Rio de Janeiro, afirmou que, em reunião realizada no dia 30 de março na casa do coronel Jayme Portella de Mello, a decisão tomada pelo general Syzeno, nas primeiras horas do dia 31, havia sido clara: a revolução não sairia antes do dia 2 de abril. Segundo general Marques, as palavras de Syzeno foram:

“Olhem, podem ir para casa, porque a Revolução não vai sair nestes dias. No 1º de abril não sairá porque isso pode levar a um gracejo, visto ser o dia da mentira. Então, os senhores podem ir e já fiquem sabendo que vai ser só depois do dia 1º” (MOTTA, 2003, t.7, p.34).

Jarbas Passarinho, tenente-coronel quando da eclosão do golpe, servia em Belém, Pará, e também concorda quanto à antecipação de Mourão, dando alguns detalhes sobre as dificuldades que a detonação do movimento sem acordo prévio com outras regiões militares causou.

“Dia 31 começamos a ouvir, tarde da noite, notícias sobre a movimentação conduzida pelo Mourão que, como se sabe, *saiu intempestivamente*. O próprio Castello ainda tentou fazer com que ele voltasse – já não dava [...]” (MOTTA, 2003, t.5, p.65, grifo meu).

Opinião semelhante é a do general-de-exército Rubens Mário Brum Negreiros, que ao responder a questão sobre a liderança do comandante da 4ª Região Militar/ Divisão de Infantaria, general Mourão Filho, afirmou que tal ação do general não foi bem recebida pelos outros conspiradores, que não tinham conhecimento da situação real em que se encontrava o movimento iniciado em Minas, contudo, diante da situação irremediável, unem-se à Mourão⁹⁵.

“Não resta dúvida de que, ao iniciar-se o movimento das primeiras tropas se deu a partida do pessoal de Minas, quando o General Olympio Mourão Filho deixou o Estado, dirigindo-se para o Rio, ocorreu um momento de incompreensão, talvez pela falta de comunicação. Mas o ambiente estava tão carregado que essas deficiências foram aceitas e entendidas” (MOTTA, 2003, t.1, p.108).

⁹⁵ Neste ponto o entrevistador tenta forçar uma resposta positiva, repete a pergunta depois de fazer considerações sobre a atitude de Mourão, numa clara tentativa de conduzir a resposta do entrevistador aos rumos tomados pelo restante das entrevistas, evitando mostrar as divergências dentro da cúpula dos golpistas.

O juízo do general-de-brigada Rubens Resstel, cuja patente em 1964 era a de major e servia no QG do II Exército, em São Paulo, sobre a articulação dos grupos e a ação de Mourão, vai contra o que nos foi dito pelo general Marques ou ainda pelo coronel Passarinho, e exemplifica o esforço realizado por parte dos integrantes do Exército, em especial daqueles que se encontravam em posições privilegiadas no ano do golpe, ou seja, próximo aos principais conspiradores, em escrever a história de forma sempre positiva.

De acordo com Resstel, a supremacia paulista diante dos demais estados brasileiros e a fadada experiência de 1932, os próprios conspiradores previam que a precedência do movimento militar deveria ser dada a Minas Gerais, que, além de ser o centro de gravidade do país, pois “Minas Gerais era Sul, Centro, Leste e Oeste” (MOTTA, 2003, t.7. p.97), contava com o comando do general Mourão, conhecedor das articulações em São Paulo e Rio de Janeiro e em sintonia com os conspiradores destas regiões.

“O General Mourão, antes de servir em Minas, foi comandante da 2ª Região Militar em São Paulo. Ele já nos conhecia e sabia das articulações que estávamos fazendo, tanto é que, antes de partir na direção do Rio de Janeiro, no dia 31 de março, mandou mensageiros a São Paulo, para saber se estávamos prontos. Sem dúvida, o General Mourão estava perfeitamente integrado conosco” (idem, p.99).

A descrição do general Resstel sobre a ação e sobre Mourão buscou passar a imagem de que o golpe estava perfeitamente articulado e transcorreu, desde seu desencadear, em perfeita harmonia com os objetivos das principais regiões militares, bem como do chefe do Estado-Maior. Contudo, esta não foi a opinião que prevaleceu entre os entrevistados. A maioria dos relatos tendeu a classificar a atitude de Mourão como intempestiva, um arroubo do momento, ou ainda precipitada, mas plenamente justificável tendo em vista a situação em que o país se encontrava após o discurso de Jango no Automóvel Clube.

Se verdadeira as afirmações do general Resstel, como explicar a surpresa de Castello, ou ainda a desordem dos primeiros dias de golpe? A fala de Resstel conflita, desta forma, com a maioria dos depoimentos. Mas como negar a importância de tal lembrança, sabendo a posição privilegiada que o depoente ocupava quando eclodiu o golpe? A explicação dos estudos da memória para esta “positividade” não é simples. Para os teóricos da disciplina, os discursos são organizados pelos depoentes através de um jogo de imagens, onde tem peso relevante a figura que ele faz do interlocutor

e a que ele imagina que o interlocutor faça dele⁹⁶. No caso da Coleção, onde o interlocutor é um membro do “grupo”, a maior inquietação consiste na imagem que o entrevistado pretende transmitir àqueles que lerão seu depoimento.

A preocupação, todavia não é somente com a imagem pessoal; o depoente está aflito principalmente com a imagem da instituição militar, o que o leva a realização de um esforço consciente para organizar sua argumentação de modo a criar um efeito de verdade inquestionável, buscando sempre convencer o leitor. No caso relatado acima, a posição ocupada por Resstel garantiu-o legitimidade e, consciente de tal, o depoente não hesitou em utilizar esta posição como bom argumento para convencer o leitor da veracidade da sua narrativa.

Ainda sobre a antecipação da revolução, conta-nos sua experiência pessoal o general Antonio Ferreira Marques, já citado nas páginas anteriores, o qual, chegando à sua casa, recebeu um telefonema surpreendente avisando que a revolução havia sido antecipada.

“Troquei de roupa imediatamente, fardei-me e fui para a casa do Dr. Guimarães. Encontrei vários companheiros, acompanhando a evolução dos acontecimentos, porque o General Olympio Mourão Filho tinha partido de Minas, surpreendendo a muita gente que chegou a dizer que ele havia embarcado numa verdadeira aventura. Hoje se esconde este fato, mas houve gente do alto escalão comentando isso” (Idem).

A fala do entrevistado acima é muito significativa, afinal, revela de maneira sutil um esforço do Exército ao escrever sua história oficial, em esconder o desagravo que a atitude de Mourão significou para aqueles que tomaram para si as rédeas do golpe: Costa e Silva e Castello. Pode ainda ser interpretado como uma falta de consenso entre os vários conspiradores, sugerindo que diferentemente do que a maioria das versões militares sobre o tema afirma⁹⁷, havia vários grupos conspirando e estes estavam em desacordo em relação à várias questões como por exemplo sobre quando e como dar o golpe, ou ainda, quem deveria deflagrar o movimento militar.

João Goulart acreditava estar protegido por forte esquema militar montado pelo general Assis Brasil contra qualquer sublevação militar. Durante o último ano de seu governo o presidente havia se esforçado na tentativa de conquistar o apoio de militares, empreitada na qual não logrou grande êxito. Entretanto, valendo-se da famosa cisão

⁹⁶ Fiorin, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1990.

⁹⁷ D’Aguiar, Hernani. *A Revolução por Dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976; Poppe de Figueiredo, Marechal M. *A Revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1970.

existente no seio das Forças Armadas entre praças e oficiais, Jango voltou-se para os sargentos, acreditando no poder de neutralização que teriam caso ocorresse algum movimento de oposição ao seu governo por parte dos oficiais. Em 1963, subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais, passaram a integrar a recém-criada Frente de Mobilização Popular (FMP), cuja liderança era exercida por Brizola. Estima-se que 22 mil sargentos dos 40 mil existentes na ativa faziam parte da Frente⁹⁸, algo sem precedentes na história das Forças Armadas. O depoimento do tenente-coronel Hiran Gomes Cavalcanti, referindo-se ao quartel em que servia em 1964 como capitão-comandante da 1ª Companhia de Engenharia do 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1ª BECmb), em Santa Cruz, Rio de Janeiro, demonstra-nos a dimensão do apoio que Jango possuía entre os graduados:

“Entre os oficiais não havia (dissensões), mas entre os praças, quase a totalidade do Batalhão era favorável ao governo Jango. Para se ter uma idéia, cerca de 16 ou 18 subtenentes e sargentos foram alcançados pelo Ato Institucional número 1, em meados de abril de 1964” (MOTTA, 2003, t.6; p.264).

A percepção da situação, porém, não foi a mesma em todas as Unidades; muitos são os depoimentos que negam a existência do apoio a Jango por parte dos graduados, apesar de admitirem a tentativa de cisão realizada pelo Governo, como demonstra o depoimento do tenente-coronel Odin Barroso de Albuquerque Lima:

“Nas três Forças houve a clara tentativa de criar cisões, inclusive através do processo de jogar os sargentos contra os oficiais, quebrando a hierarquia e a disciplina, que são as pedras basilares das Forças Armadas. Foi um ledor engano deles, porque os sargentos, em sua maioria, sempre foram muito leais e disciplinados” (In: MOTTA, 2003, t.11; p.269).

A opinião do coronel José Gustavo Petito, tenente-instrutor na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ExpCEEx) em Campinas, SP, em 1964, sobre o apoio da oficialidade e dos praças a Jango é dissonante da citada pelo tenente-coronel Hiran, pois para ele apenas “alguns oficiais e praças posicionaram-se contrários à Revolução, pouquíssimo, diria que não chegou nem a 2%, mas houve” (MOTTA, 2003, t.7; p.239).

Sabemos que o dispositivo do general Assis Brasil, além do apoio dos praças, era constituído pelo I Exército, no Rio de Janeiro, sob comando do general Armando Moraes

⁹⁸ Ferreira, Jorge. O Trabalhismo Radical e o Colapso da Democracia no Brasil. In: *1964-2004: 40 anos do Golpe*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

Âncora, II Exército, em São Paulo, comandado pelo amigo de Jango, general Amaury Kruel, e o III Exército, obedecendo aos comandos do general Benjamin Rodrigues Galhardo. Jango havia também depositado sob o general Jair Dantas Ribeiro – simpático ao governo - o cargo de Ministro da Guerra, tendo, assim, pessoas que considerava fiéis em posições chave. Nas palavras do coronel Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira, 1º tenente em 1964: “[Jango] armou um esquema militar baseado em nomeações de generais, e também, no aliciamento de oficiais de baixa patente e muito principalmente de graduados: os subtenentes, sargentos e cabos” (MOTTA, 2003, t.6; p.171).

Jango iludiu-se superestimando o apoio dos sargentos e a disposição destes em romper com a obediência hierárquica das Forças Armadas e também subestimando o poder dos oficiais do Exército, como destacado pelo coronel João Franco Pontes Filho: “eles subestimaram o Exército. Eles não tinham nada. Tinham o que? Tinham o Assis Brasil, tinham o Osvino Ferreira Alves”. Neste ponto, o entrevistado é interrompido pelo entrevistador, que completa a frase: “mas não eram líderes”⁹⁹ (MOTTA, 2003, t.11; p.133). A tentativa de interferir na dinâmica interna da instituição levou Jango à bancarrota política.

Por confiar neste dispositivo que realmente parecia forte, Jango, mesmo após a saída das tropas de Mourão de Minas Gerais, permaneceu inerte e não tomou providências militares ou políticas; acreditava que o dispositivo o salvaria. O ministro da Guerra encontrava-se no Hospital para a providencial realização de uma cirurgia¹⁰⁰, mas figurava ainda entre os opositores ao golpe. O primeiro integrante do dispositivo a debandar foi o comandante do II Exército, general Amauri Kruel; ainda assim o presidente acreditava na lealdade e no poder de fogo do I e III Exércitos. Todavia, após a adesão de Kruel ao golpe, a situação militar de Jango deteriorou-se a ponto do presidente assumir: “Nosso esquema militar fracassou inexplicavelmente”¹⁰¹.

A surpresa com relação à rápida queda do dispositivo militar de Jango não atingiu apenas os membros do governo; os conspiradores contavam com um movimento de resistência pujante, como atesta o depoimento do Coronel Amerino Raposo Filho, Tenente-Coronel em 1964 que comandava o 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalos, em Uruguaiana, RS:

“Foi rápido o desmoronamento do chamado ‘esquema militar’ apregoado pelo governo federal [...] de maneira que, na minha opinião, a surpresa foi dupla.

⁹⁹ Chamo a atenção, mais uma vez, para a interferência do entrevistador na fala do entrevistado, concluindo antecipadamente o raciocínio do depoente em claro desrespeito às normas de conduta de um processo de entrevista.

¹⁰⁰ Villa, op.cit.

¹⁰¹ Idem.

Tanto da parte do governo, portanto do General Assis Brasil e do General Jair, como também da nossa parte. Esperava-se um movimento até sangrento, de dificuldades crescentes, mas, afinal, predominou a compreensão” (MOTTA, 2003, t.2; p.281).

O general-de-brigada Daniel Lomando Andrade, capitão em 1964 que servia no 3ª RCM (Regimento de Cavalaria Motorizado), em São Gabriel, RS, assegurou que graças ao rápido desencadear do movimento militar, somado à inexistência de resistência por parte das tropas que acreditava-se, faziam parte da ala governista, não houve tempo para a elaboração de um plano de governo, o que prejudicou as negociações futuras com relação aos caminhos que deveriam adotar os líderes “revolucionários”, que por sua vez contavam com este período para a elaboração do governo vindouro:

“Havia uma idéia de que teríamos que combater de dois a quatro meses até que se consolidasse a queda do governo. E isso não aconteceu. O dispositivo político, sindical e militar do presidente João Goulart caiu em vinte e quatro horas e surpreendeu os revolucionários. Em consequência também não houve uma preparação para o futuro governo, o que fazer no caso da ocupação do poder” (MOTTA, 2003. t.8; p.237).

Esta opinião coincide com a do coronel Marnio José Signorelli Teixeira Pinto, comandante de Companhia do Batalhão de Guarda Presidencial (BGP) em 1964, que afirmou: “A revolução surpreendeu-se com a própria rapidez; de certa forma, impediu que ela fosse se conscientizando, se organizando” (MOTTA, 2003, t.7; p.219).

De acordo com os entrevistados, as causas do desmoronamento do esquema militar montado por Assis Brasil são claras, pois este general não contava com líderes fortes e influentes no Exército, bem como não possuía apoio da sociedade de forma que seu esquema não passava de um blefe. Além disso, o general contava com a adesão dos legalistas ao esquema, fato que não ocorreu pois era incontestavelmente superior o número de oficiais e praças descontentes com o governo Jango e conhecedores das articulações golpistas da esquerda, como exemplifica o trecho abaixo transcrito do depoimento do general-de-divisão Anápio Gomes Filho, seguido pelo tenente-coronel Odin Barroso de Albuquerque Lima, que estava envolvido nas ações na Vila Militar, RJ em 1964, quando pertencia ao efetivo da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército:

“Simplesmente não havia ‘esquema militar’. Os chefes militares do suposto esquema – a maioria por vaidade, ambição e não convicções políticas –

pavoneavam, mas não detinham o controle de nada. Apesar dos esforços feitos e das balelas, o Exército não foi contaminado e se manteve unido no momento crítico” (MOTTA, 2003, t.11; p.53).

“Dentro do observatório de major, ouvíamos falar muito no esquema militar do General Assis Brasil. Vivendo ali, naquela posição, sabíamos que os homens que tinham sido colocados no comando de tropa, não tinham todo esse poder, não tinham essa liderança. Conseqüentemente, achávamos que o esquema militar do General Assis Brasil estava fadado ao fracasso, o que foi confirmado” (MOTTA, 2003, t.11; p.271).

O coronel Irtonio Pereira Rippel, capitão em 64 no QG da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé, acrescenta mais informações sobre este mesmo fato afirmando:

“O nosso próprio soldado, referindo-me a oficiais, sargentos, cabos e soldados, não suportavam mais o caos, representado pelo grevismo, que significava absurda e permanente situação de prontidão para a tropa [...]. Prevaleceu a chefia, a liderança mas também o bom senso, a prudência e a confiança entre superiores e subordinados. Foi exatamente isso que desmoronou o outro esquema, porque todos nós tínhamos confiança em nossos chefes e em nossos subordinados” (MOTTA, 2003, t.10; p.368).

O maior erro de Jango foi não acreditar no potencial golpista das Forças Armadas e desmerecer a instituição sob vários aspectos, inclusive desrespeitando seus dogmas ao desprezar a hierarquia, buscando apoio dos sargentos em detrimento dos oficiais, como afiança o coronel Francisco Valdir Gomes, “o governante que desmoralizar as Forças Armadas fica desarmado, é coisa simples de entender” (MOTTA, 2003, t.6; p.134).

A esquerda encontrava-se fragmentada; os diversos grupos que formavam-na não concordavam com a intensidade da oposição que deveriam fazer e tão pouco com a maneira de agir¹⁰². O Partido Comunista rejeitava a radicalização de Brizola e Arraes, defendendo ser esta uma maneira irresponsável de antecipar a crise, da mesma forma como não viam com bons olhos as chamadas dos sindicatos para a greve geral¹⁰³, motivo pelo qual era acusado de estar fugindo à revolução pelas facções mais à esquerda do espectro político.

¹⁰² Gorender, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática editora, 1999.

¹⁰³ Figueiredo, Wilson. A Margem Esquerda. In: Dines, Alberto (org). *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

Em meio a tanta balburdia, a esquerda recebeu o golpe com surpresa; subestimaram as forças militares e confiaram em demasia na capacidade de Goulart em conter a crise, de forma que não se prepararam para uma possível investida contra um golpe da esquerda¹⁰⁴. Segundo o coronel Aécio Barbosa da Costa e Silva, filho do marechal Costa e Silva e que, em 1964 ocupava o posto de major no comando do III Exército, como chefe da Seção de Serviço-rádio no 3 do Ministério da Guerra: “os populistas e seus aliados comunistas, já donos do governo, foram literalmente derrotados, sem oferecer resistências” (MOTTA, 2003, t.14; p.213).

Assim como o esquema militar de Assis Brasil, entidades como a UNE, CGT e PUA (Pacto de União e Ação), não conseguiram se aglutinar em um movimento de resistência, dando demonstrações da insatisfação com a nova ordem política através de atos que pouco efeito surtiam além do moral. As greves foram as armas mais utilizadas, porém tiveram pouco alcance e logo perderam sua eficácia dado que era muito difícil conseguir a adesão de trabalhadores de empresas privadas¹⁰⁵, de forma que a precária situação da esquerda tornou-se visível a todos: “os indícios revelam certa confusão e surpresa nas esquerdas. As fontes de informação desapareceram. A rearticulação imediata mostrava-se difícil[...]” (Figueiredo, 1964). A CGT conclamou os trabalhadores à greve geral, e os primeiros a aderirem foram os ferroviários, o que acabou por gerar uma situação desagradável para a própria reação legalista, pois a falta de transportes impediu o envio de tropas para a divisa com Minas Gerais. O restante da classe trabalhadora não aderiu aos chamados da Central¹⁰⁶.

As cassações, iniciadas rapidamente, as prisões e inquéritos inibiram os grupos opositores, que só retornaram para o cenário político com força em 1966, com as organizações dos movimentos armados. Até os dias de hoje a atuação da esquerda é questionada: “como foi possível uma vitória tão fácil? Onde estavam os sindicatos, os estudantes, o movimento popular, os generais do povo, o dispositivo militar?”(Carvalho. 2005:118).

Os entrevistados foram unânimes ao afirmarem a ausência dos movimentos de resistência e a perplexidade da esquerda diante da ação militar. Nas palavras do major brigadeiro-do-ar Max Alvim “eles não tiveram tempo nem organização nem liderança para agir” (MOTTA, 2003, t.10; p.80).

Alguns setores afiliados à entidades opositoras ao golpe reagiram de maneira inesperada, declarando apoio ao movimento, como foi o caso dos estudantes da

¹⁰⁴ “Na direção do PCB, considerava-se a possibilidade do golpe de direita. Mas a maioria do Comitê Central confiava cegamente no muito comentado dispositivo militar do general Assis Brasil, novo chefe da Casa Militar, logo depois escarnecido pela inépcia e leviandade”. In: Gorender, op.cit; p.69.

¹⁰⁵ Figueiredo, op.cit.

¹⁰⁶ Villa, op. cit.

Universidade Mackenzie em São Paulo, que se desligaram da UNE e declararam-se favoráveis aos militares, acreditando que estes estavam defendendo a ordem institucional. Outros, como os sindicatos de São Paulo, permaneceram fechados e seus dirigentes desaparecidos, isso quando não se encontravam presos¹⁰⁷.

A realidade política de Goulart era mais dura e solitária do que imaginavam as próprias esquerdas. Sua queda foi por poucos contestada e os movimentos de esquerda pareciam atônitos frente às investidas da direita, como se despertassem do sonho socialista para a realidade ditatorial sem conseguirem distinguir que tudo aquilo não era ficção. De acordo com Carvalho,

“O dia 31 de março trouxe de volta, de maneira traumática, o princípio da realidade. Não apareceu o dispositivo militar, não houve greves importantes, não se verificaram grandes manifestações populares. Viu-se que a agitação era mais retórica do que indicação de real capacidade de ação. Não havia bases debaixo das cúpulas, não havia organização nos movimentos populares. No dia 1º de abril nem o presidente quis reagir” (op.cit, p.126).

De tal forma, os depoimentos daqueles que pertenciam à esquerda assim como dos militares entrevistados, convergiram revelando a inação da esquerda, potencializada pela falta de iniciativa e esperança do Presidente Goulart. Espanta a semelhança entre o escrito de Jacob Gorender, militante do PCB em 1964, e o depoimento do general-de-exército Sebastião José Ramos de Castro, que em 1964 era coronel chefe da 3ª Seção da 6ª Região Militar em Salvador:

“Dispensó-me de entrar em detalhes sobre a inação generalizada. Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. *Todos ficaram à espera do comando do Presidente da República*. Fracassaram não só os comunistas, mas também o Brizola, Arraes, Julião, e os generais nacionalistas. Jango não quis luta [...]” (Gorender, 1999:72).

“[...] a CGT convocou uma greve geral [...]. No dia 1º de Abril, a convocação da greve geral só foi cumprida no Rio, Santos e em alguns setores ferroviários do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul. [...] todas as demais lideranças operárias, consideradas pela esquerda como nacionalistas, não tiveram qualquer iniciativa de luta. Comunistas, Brizola, Arraes, Julião e mesmo os militares do esquema de Goulart fracassaram inteiramente” (MOTTA, 2003, t.1; p.126).

¹⁰⁷ Duarte, Eulilo. 32 mais 32 igual a 64. In: Dines, Alberto (org.). *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

Entretanto, relembram os entrevistados, isso não significava que a esquerda estava vencida; na realidade ela havia fracassado e organizava-se para reverter o quadro que seu despreparo havia colaborado para instaurar, como bem afirmou o tenente-coronel Pedro Candido Ferreira Filho, que aproveitou para acrescentar como a pacificidade dos golpistas contribuiu para o fortalecimento da esquerda:

“A Revolução pegou todo mundo de ‘calça-curta’, de surpresa. Não houve reação. Assim, como tenho falado, a Revolução não deu um tiro. Eles se fecharam e se reorganizaram e partiram para fazer cursos de guerrilha fora do País. Os líderes sindicalistas foram, então, realizar cursos no exterior e voltaram preparados para a guerra. Voltaram a partir de 1966 e 1967. Começaram então os atentados [...]” (MOTTA, 2003, t.3; p.355).

Os depoimentos sobre as atuações das diversas Regiões Militares no combate aos opositores do golpe, seja o dispositivo de Assis Brasil ou a esquerda civil, podem nos levar a acreditar que a união do Exército foi imediata ao golpe, quando, na realidade, as adesões de outras regiões militares foram acontecendo gradualmente, sendo que uma das mais esperadas e demoradas foi a do II Exército, sob comando do general Amauri Kruehl, que buscou, primeiramente, demover Jango das idéias de resistência, mas por fim, após sentir-se encurralado face às pressões advindas dos conspiradores e percebendo a fraqueza de seu comando, além da iminente queda do presidente, aderiu ao golpe.

A posição de Kruehl não era confortável: amigo de Castello desde os tempos do colégio militar e seu padrinho de casamento, perdera o contato com o general após desentendimentos ocorridos quando serviam na FEB, durante a II Guerra Mundial. Por outro lado, Kruehl era amigo de Jango e também seu padrinho de casamento; além de ser um dos generais em quem o presidente mais depositava confiança, cujas funções no governo Jango foram de ministro da Guerra e chefe da Casa Civil. Por fim, Kruehl foi elevado a General 4 estrelas e recebeu de Jango o comando da II Região Militar, em uma manobra que visava colocar aliados em cargos-chave e assim garantir o apoio das regiões mais importantes e de maior poderio bélico.

Todavia, tais laços não foram suficientes para neutralizar a faceta anticomunista de Kruehl, herança da educação militar e do apego aos valores do Exército. Conta o jornalista Eurilo Duarte¹⁰⁸ que após reticentes conversas de telefone em que o general tentava demover Jango do apoio por ele delegado ao CGT, que foram seguidas de

¹⁰⁸ Duarte, op.cit.

freqüentes recusas do presidente em afastar-se da esquerda, Kruel desobrigou-se da fidelidade a Goulart e não cedeu aos apelos presidenciais que o avocava para uma reunião, afirmando: “Não posso atender presidente. Tenho compromissos com a linha de conduta que tracei desde quando ministro da Guerra, contra o comunismo e em defesa do Exército, e não posso traí-la¹⁰⁹”.

Ainda assim, o general debatia-se entre a legalidade e o apoio ao golpe anticomunista, motivo pelo qual procurou mais uma vez o presidente insistindo no seu afastamento dos comunistas. No dia 31 à meia-noite ocorreu a última conversa de Kruel com Jango, e logo em seguida deu-se a adesão do II Exército ao golpe.

Entre os entrevistados, é muito freqüente a atribuição da indecisão do general Kruel a um dilema ético, pois estava dividido entre a amizade pessoal com o presidente da república e o dever democrático. Poucos são os que negam a importância da decisão do comandante do II Exército, tida pela maioria como definidora da situação. Nas palavras do coronel Hernani D’Aguiar, que em 1964 era major e Instrutor de História Militar e Geografia na ECEME:

“O II Exército – São Paulo – custou um pouco a decidir-se. {...} o General Kruel, excelente profissional, se viu diante realmente de um dilema: um velho amigo, de um lado, homem com fama de bom, mas muito mal-assessorado, mal-acompanhado, e, por outro, a necessidade de evitar que a democracia sucumbisse. {...} Quando decidi em favor da democracia, fez pender a balança. Fez redimir quaisquer dúvidas quanto ao resultado final do confronto” (MOTTA, 2003, t.9, p.183).

É negado em todos os depoimentos, sem exceção, que o general Kruel pudesse ter qualquer envolvimento ou mesmo simpatia pelas atitudes e ideais políticos do presidente João Goulart. De acordo com as memórias, Kruel, enquanto esteve no governo e ainda no comando do II Exército, buscou conscientizar o presidente sobre os caminhos políticos que este estava seguindo e buscou aconselhá-lo sobre o melhor a fazer. Porém diante da recusa do presidente, aderiu à revolução. Nas palavras do general-de-divisão Anápio Gomes Filho, major em 1964 e membro do Estado-Maior da 2ª Região Militar:

“Muitos lembrar-se-ão da fidelidade do General Amaury Kruel, aos seus princípios e da sua lealdade ao então presidente João Goulart, tentando demovê-lo até o último minuto de prosseguir por trilhas perigosas e mal-acompanhado.

¹⁰⁹ Idem.

Como não conseguiu, prevaleceu o interesse nacional, fazendo com que o II Exército, sob o seu comando, aderisse à Revolução Democrática” (MOTTA, 2003, t.11; p.49).

Desta feita, a imagem que os entrevistados guardam de Krueel é positiva, de um militar legalista, fiel ao Exército e às convicções democráticas, pacifista e conciliador, mas que não fugiu à luta quando foi requisitado seu apoio à quebra da ordem institucional. Para muitos, apesar da entrada tardia no movimento de 64, Krueel é considerado um líder cujo desempenho foi indispensável para o êxito dos militares.

A atuação combativa do Exército durante o golpe foi pífia. Houve mobilizações, mas devido ao esfacelamento do dispositivo militar de Jango, não ocorreram resistências armadas ao golpe. As tropas da 4ª Região Militar foram as primeiras a serem deslocadas. Mourão saiu com seu grupamento de Juiz de Fora e seguiu para o Rio de Janeiro, onde esperava confrontar-se com as tropas “do governo”; concomitantemente, o grupamento de Belo Horizonte rumou à Brasília, onde a situação era ainda indefinida.

Os relatos tanto daqueles que serviam nas regiões que deveriam agir em defesa do governo quanto daqueles que se sublevaram contra o presidente são unânimes: as tropas do Rio não cogitavam um combate com os mineiros, marcharam cumprindo ordens, todavia o intuito era unirem-se aos companheiros sublevados. Certamente tal avaliação só pode ter sido realizada tempos após o golpe, caso contrário não teria havido mobilizações nem Mourão teria escrito em seu diário as seguintes palavras: “Sou um general derrotado a priori [...]. O Exército inteiro virá sobre mim e me esmagará” (Mourão, 1978:374). Entretanto, a certeza da adesão figura na memória dos militares como simultânea aos fatos.

Os depoimentos do coronel Affonso de Alencastro Graça, que comandava a 3ª Bateria de Obuses, do GEsA e integrou o Grupamento Tático (GT), que se deslocou do Rio para São Paulo com a missão de combater a tropa paulista, mas que acabou fazendo frente às tropas paulistas, bem como do coronel Ítalo Mandarino, capitão comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros do 10º Regimento de Infantaria de Juiz de Fora, e que comandou as tropas que constituíram o Grupamento de Forças desta Região Militar, são extremamente significativos pois refletem a opinião singular dos entrevistados.

“Quando o Grupo recebeu essa determinação (de integrar um GT pró-governo), nós, comandantes de Baterias e o S3, que era o Capitão Willy Seixas, tivemos uma pequena conversa e resolvemos que, dentro do quartel, nada podíamos fazer, porque estávamos presos no seu interior e não havia como tentar alguma coisa. Não adiantava o Grupo-Escola sublevar-se dentro do quartel e não poder atuar, ficando ali confinado. Resolvemos o seguinte: estávamos em ordem-de-

marcha e qualquer que fosse a missão recebida pela Unidade, passaríamos a atuar junto com as forças revolucionárias” (MOTTA, 2003, t.3, p.207).

“{...} chegou-nos a informação de que ninguém queria combater as tropas de Minas. Cumpria-se simplesmente a ordem de deslocamento, com o objetivo já definido de mudar de lado, chegando à frente das forças mineiras” (MOTTA, 2003, t.3, p.183).

A falta de informação entre os militares de baixa patente era expressa. Grande parte não sabia por quê ou para quem lutaria e, de acordo com Villa (2004), “duas colunas de tanques saíram da Vila Militar. Dirigiam-se ao centro da cidade; não se sabia se para defender o governo ou para derrubá-lo”. Esta afirmação está em concordância com uma observação feita pelo general Jonas Morais Correia Neto, ao analisar as tropas da Guanabara: “A impressão que ficou é de que estavam funcionando sem convicções, para o cumprimento da missão que viesse” (MOTTA, 2003, t.9, p.46).

Além da precariedade no repasse de informações, fato recorrente narrado pela historiografia sobre 1964¹¹⁰, a ausência de comando foi outro fator lembrado – porém não explicado - pelos militares entrevistados como dificultante das ações militares em 1964. Abaixo, o depoimento do Coronel Carlos Fernando Freitas de Almeida, 1º tenente em 64, servindo no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), em Brasília:

“[...] além do ambiente tenso pela falta de confiança em alguns companheiros e sargentos e a *inexistência de comando efetivo*, ficamos sobressaltados em face do informe sobre a possível contra-revolução. Ninguém sabia nada e o futuro era uma incógnita” (MOTTA, 2003, t.5; p.294, grifo meu).

Alguns depoentes afirmam sem titubear que, dentro das guarnições militares de ensino, os únicos conhecedores da real dimensão dos acontecimentos eram os comandantes. Sendo assim, alunos e oficiais em posições inferiores buscavam informações fora dos muros das Escolas, com amigos e parentes. Uma das grandes preocupações era sobre a chefia da tropa quando eclodisse o movimento, o que nos demonstra, mais uma vez, o quão importante era a posição do comandante e a confiança da tropa no seu líder, pois esta confiança definia o rumo tomado pelos comandados. Os conspiradores compreendiam e confiavam nos valores militares de seus subordinados, assim, diferentemente de Jango, não faziam campanha golpista entre a baixa oficialidade ou entre os praças; buscavam sim atingir os comandantes e trazê-los como base de apoio

¹¹⁰ Gaspari, op.cit; Villa, op.cit.

ao golpe, acreditando que a posição deste definiria a dos seus subordinados. A situação vivida e descrita pelo coronel João Franco Pontes Filho, então major e instrutor-chefe da Escola de Equitação do Exército, no Realengo, é um exemplo da constatação relatada acima:

“No Rio de Janeiro tínhamos poucas informações do que acontecia. [...] de São Paulo, tinha notícias de como as coisas evoluíam, por intermédio de meu pai. Lembro que, já perto da Revolução, na mesa do almoço, na Escola de Equitação do Exército, perguntei ao Coronel Bonecase quem era o nosso Chefe. Ele, por medida de precaução, não disse nada, mas senti que havia um chefe, que estava no comando. Por que fiz essa pergunta? Porque estava acompanhando, em São Paulo, o que estava acontecendo” (MOTTA, 2003, t.11; p.128).

A ausência de confronto direto, não obstante a movimentação de tropas, fez com que algumas destas circulações fossem excessivamente valorizadas no imaginário dos entrevistados. Uma das ações muito comentada foi a do general Médici, comandante da AMAN em 1964 e responsável por empregar os cadetes da Academia em ação tática, deslocando os aspirantes pela Rodovia Presidente Dutra em direção ao Rio de Janeiro. O objetivo desta manobra era apoiar as tropas mineiras e inibir a ação dos oficiais que compunham as tropas destinadas ao combate dos golpistas. O Grupo Escola de Artilharia (GEsA) que deveria marchar a fim de conter as tropas que vinham na direção do Rio, marcharam, na verdade, para se unirem aos golpista¹¹¹. A questão, que fez parte do questionário da Coleção, revelou a aprovação dos entrevistados ao emprego dos cadetes do 3º ano da Academia em ação que pretendia apoiar a movimentação iniciada por Kruel. Acreditam os entrevistados que a ação de Médici coibiu os oficiais do general Âncora e forçou seu entendimento com o general Kruel, que acabou se desdobrando na adesão de Âncora ao golpe, além de demonstrar a capacidade de liderança de Médici, exemplar sob os diversos pontos de vista dos entrevistados. Segundo o general-de-brigada Ruy Leal Campello e o general-de-divisão Geraldo de Araújo Ferreira Braga¹¹²:

¹¹¹ Para a análise deste tema a opção foi escolher os entrevistados de acordo com a região militar em que serviam e com base na atuação de cada um nos referidos movimentos. Desta forma, colocaremos depoimentos daqueles militares que presenciaram os fatos e estiveram envolvidos de alguma forma neles, seja como comandante das tropas deslocadas, seja como oficiais ou alunos empregados como força nas movimentações. A divisão da coleção por regiões (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Distrito Federal e Rio Grande do Sul) facilitou este trabalho, contudo, será percebido uma concentração de relatos entre os tomos 1, 2, 3, 5, 7, 9, 10 e 11.

¹¹² O General Ruy Campello, em 1964, era Tenente-coronel Adjunto da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército. Já o General Braga era Major e servia na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército.

“Além de evitar, com sua decisão, um possível choque entre os I e II Exércitos, que marchavam um na direção do outro, soube (o general Médici), com habilidade, realizar na AMAN, o encontro entre os generais Kruel e Âncora, encontro que encerrou qualquer tipo de hostilidade no Vale do Paraíba” (MOTTA, 2003, t.3; p.68).

“[...] estou certo de que foi acertada a decisão do General Médici, quando empregou os cadetes da Academia. A nossa formação profissional visa ao combate, à luta [...]. Apreciando a nossa Revolução de 1964, o General Médici agiu muito bem, evitando, inclusive, o possível confronto entre as tropas dos I e II Exércitos” (MOTTA, 2003, t.2; p.106).

A percepção sobre a capacidade bélica dos cadetes difere entre aqueles que se encontravam servindo na AMAN e aqueles que viam a situação como expectadores. Enquanto o primeiro grupo enfatizou o despreparo dos cadetes para tal movimentação, o segundo insistiu em ressaltar a excelente preparação dos cadetes para a execução de tarefas combativas, como alega o general Ruy Campello: “possuía sob seu comando (o general Médici) uma tropa de scol, altamente instruída” (MOTTA, 2003, t.3; p.67). Utilizando o depoimento do coronel José Carlos Lisboa da Cunha, Tenente instrutor do curso de Artilharia da Aman em 1964, comprovaremos a tese acima exposta.

“[...] os cadetes do 3º ano, únicos disponíveis no curso, mal tinham iniciado a Instrução de Artilharia e já estavam sendo convocados para guarnecer as peças em todas as suas funções. Nos primeiros anos, freqüentavam o Curso Básico. Assim, possuíam poucos conhecimentos de linha de fogo e de técnica de tiro” (MOTTA, 2003, t.3; p.341)

Entretanto, não é o apoio bélico dos cadetes o fator ressaltado pelos entrevistados como sendo o decisivo momento. De acordo com o Coronel Henrique Carlos Guedes, comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército, Juiz de Fora, e filho do General Carlos Luis Guedes, desencadeador do movimento de 1964 ao lado do General Mourão, “todo mundo vibrou ao saber que a Academia entrara em posição. Foi uma bela decisão” (MOTTA, 2003, t.3, p.262).

Assim, a utilização dos cadetes foi vista mais como uma forma de apoio moral às tropas rebeladas, bem como uma maneira de atingir o lado psicológico dos oficiais opositores, coibindo o confronto entre as tropas. Nas palavras do coronel Guedes, bem como nas do coronel Reynaldo de Biasi Silva Rocha, 1º tenente e integrante da Companhia que se deslocou de Juiz de fora para o Rio de Janeiro,

“Os oficiais que comandavam a coluna, que vinha do Rio na direção do São Paulo, ao serem informados de que iriam enfrentar cadetes, pensaram duas vezes. Considerando a parte psicológica, só um desatinado poderia admitir atirar e, talvez, vitimar nossos cadetes” ((MOTTA, 2003, t.3, p.262).).

“Quem iria topar com os cadetes ali na frente? O que é que eles iriam fazer? Atirar nos cadetes? É como se fossem os nossos filhos que estivessem ali, senti como se fosse um filho meu” (MOTTA, 2003, t.3; p.324).

Não há entre os relatos indícios, sobre a pressão exercida por Costa e Silva sob o general Âncora para a rendição do I Exército. Elio Gaspari (2002, p.106) relata a conversa que o “comandante supremo da revolução” travou com o General opositor, sugerindo que este se rendesse, afinal, com a adesão do II Exército a queda de Jango era uma questão de horas. Ainda de acordo com Gaspari (idem), a idéia de uma conferência entre os comandantes do I e II Exércitos, no meio caminho entre o Rio e São Paulo havia partido de Âncora. Desta forma, o emprego dos cadetes não foi um movimento que mereceu a importância destacada pelos entrevistados por estar agindo sob situação previamente definida entre Costa e Silva e Âncora. Na realidade, a manobra pode ter sido apenas a forma encontrada por Médici para conseguir prestígio dentro da cúpula militar do golpe, pois é sábio que o General, até os últimos instantes, permaneceu indeciso quanto à posição a tomar com relação ao movimento militar¹¹³.

Não obstante a má experiência dos Exércitos no emprego de cadetes¹¹⁴, a ação de Médici foi por poucos questionada. Encontramos dois depoimentos em que os entrevistados advertem sobre a perigo da atitude de Médici com relação ao emprego dos cadetes, colocando em pauta a hipótese de ter havido uma batalha. O primeiro depoimento é do general-de-exército Jonas Morais Correia Neto, Major instrutor da EsAO em 1964, e o segundo do general-de-divisão Octávio Pereira da Costa, instrutor da Escola de Estado-Maior no referido ano.

“Praticamente não houve conseqüência desse emprego dos cadetes, porque não houve combate; mas o combate era possível. E se os revolucionários tivessem sido derrotados? A AMAN teria sido derrotada, os cadetes teriam sido vencidos. É uma coisa para se pensar[...]. E se tivessem morrido alguns cadetes? Que armas isso daria à contra-revolução?”(MOTTA, 2003, t.9; p.46).

¹¹³ Villa, op.cit.

¹¹⁴ Durante a 1ª Guerra Mundial, cadetes empregados na batalha de Char-Le-Roi foram dizimados, fato que gerou discussões no seio das Forças Armadas de todo o mundo.

“Em princípio, em tese, eu seria contra [o emprego de cadetes] porque, para mim, as escolas são absolutamente intocáveis [...]. Os chefes que estavam lá devem ter medido isso, devem ter entendido que seria importante, e eu respeito os seus pontos de vista, as suas decisões. Se, porém, tivesse havido combates, acontecido alguma coisa, se, realmente, a situação se deteriorasse, talvez acabássemos lamentando a tomada daquela decisão”. (MOTTA, 2003, t.2; p.73-74).

Apesar das ressalvas, os depoentes não deixaram de expressar o apoio pela decisão tomada por Médici, e lograr sobre a importância, bem como pela grandiosidade do movimento das tropas formadas por cadetes da AMAN, não estabelecendo, portanto, opiniões avessas à maioria dos entrevistados, o que nos leva a conclusão de que as memórias sobre este fato são mais do que simplesmente homogêneas, são frutos da construção de uma narrativa histórica quase mitológica da atuação de Médici:

“Acho que a decisão foi correta e ela tinha que ser rápida e o General Médici, que era um senhor chefe, que sustentou a Revolução num momento crítico, tomou a decisão que ao meu ver foi certa, inclusive porque estava em jogo a sobrevivência da democracia em nosso país” (General Jonas de Moraes Correia Neto. In: MOTTA, 2003, t.9; p.46)

“No sentido simbólico, estou de acordo, foi bonito teve um grande efeito psicológico [...]. Assim, volto à origem, em tese, seria contra, mas nas circunstâncias especiais em que as coisas se passaram, talvez tenha sido uma boa solução” (General Octávio Pereira da Costa. In: MOTTA, 2003, t.2; p.73-74).

Finda as especulações sobre as atividades propriamente militares nos momentos peremptórios do golpe, os depoentes são levados pelo entrevistador a analisar as atitudes dos políticos nestes mesmos instantes. É indiscutível que a posição do Congresso Nacional após o início do movimento militar foi rapidamente definida. A maioria dos parlamentares vinha há tempos se desentendendo com Jango e movimentando os bastidores da política com uma oposição feroz, mormente após o comício do dia 13, em que Brizola propôs o fechamento da Casa Legislativa¹¹⁵.

¹¹⁵ No discurso do comício Jango não tocou na questão do fechamento do Congresso. Contudo, criou-se a lenda de que esta medida estaria expressa nas falas do presidente. Essa lenda é perpetuada pelas memórias dos entrevistados, que alegam ter Jango insinuado o desejo de governar sem o Legislativo, pois este Poder entrevava suas ambições. Para informações sobre o discurso de Brizola consultar Villa, op.cit.

Apesar de inverídica, os depoentes acreditam que foi a ameaça de fechamento do Congresso pelo presidente que acirrou ainda mais os ânimos dos congressistas, como asseverou o general-de-brigada Geraldo Luiz Nery da Silva, 1º tenente, comandante da linha de fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/2º RO 105, em Itu, SP no ano do golpe, seguido pelo tenente-coronel Elias Lima Barros, que na eclosão do movimento era major, chefe da 2ª Seção da 25ª circunscrição do Serviço Militar de Fortaleza:

“A grande maioria dos congressistas queria a Revolução mais do que os militares, porque a ação principal pretendida pelo governo Goulart era contra o Poder Legislativo. Ele e seus seguidores queriam era fechar o Congresso. A palavra de ordem, nos comícios anárquicos patrocinados pelo Executivo, era fechar o Congresso” (MOTTA, 2003, t.10; p.218).

“O Congresso estava sob pressão, ameaçado de fechamento, caso não aprovasse as ‘Reformas de Base’. Reagiu o quanto pode, e a maioria dos seus integrantes apoiaria qualquer movimento capaz de dar um basta naquele estado de coisas” (MOTTA, 2003, t.4; p.196).

Apesar de ciente quanto ao crescimento da oposição, não era esperado pelo Presidente da República que na noite do dia 1º de abril, poucas horas após Jango ter deixado a Capital Federal, o presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, convocasse uma sessão extraordinária para a madrugada do dia 2. Percebendo que o governo não conseguiria reagir ao golpe, o senador iniciou o processo de adesão do Congresso aos golpistas, alegando que a ação urgia dado que “nenhuma nação pode dormir sem presidente” (Andrade, 1985)¹¹⁶. Após declarar vaga a Presidência da República, numa “cerimônia bizarra” (Gaspari, 2003), tomou posse o presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzilli.

A inconstitucionalidade do ato de Moura Andrade¹¹⁷ não foi empecilho à comemoração dos legalistas do Exército quanto à adesão do Congresso; entretanto o fato ainda gera certa polêmica entre os militares depoentes da Coleção História Oral. O coronel Hernani D’Aguiar resumiu a atitude do Legislativo como “fraca, indecisa, omissa, conformada e oportunista” (MOTTA, 2003, t.9; p.179), enquanto que o general Jayme Portella de Mello afirmou ter sido “o ato do Congresso Nacional, decidido pelo seu Presidente, que cientificou os militares de sua vitória e a Nação, da sua paz”

¹¹⁶ Sobre as razões que levaram Auro de Moura Andrade a agir rapidamente, ele próprio explica em seu livro de memórias: “O que eu precisava era destituir o presidente, a fim de liberar o III Exército e desobrigá-lo de lutar contra os que haviam se erguido em defesa da integridade constitucional”, In: Andrade, Auro de Moura. *Um Congresso contra o Arbítrio: diários e memórias 1961-1967*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹¹⁷ Villa, op.cit..

(MELLO, 1979:153). Mas as opiniões não sofreram grandes variações, tendo a maioria afirmado lembrar do apoio inicial do Congresso ao golpe. As maiores discordâncias foram encontradas quanto ao julgamento que os militares fizeram sobre os motivos que teriam influenciado os parlamentares a apoiar os militares.

Para alguns, a adesão imediata do Congresso foi vista como oportunista, baseada em interesses pessoais e egoístas, jamais tendo em vista os anseios da população; para outros, todavia, a adesão foi sincera e refletia o compromisso dos parlamentares com a democracia e a população em geral, que apoiava o golpe e desejava que os congressistas, eleitos pelo voto dos cidadãos, fizessem o mesmo. Em alguns depoimentos, as declarações alegaram que o apoio só foi declarado após a certeza da queda de Jango; outros ainda fazem ressalvas quanto a adesão de todos os parlamentares; compreendem que houve resistências, mas a instituição analisada como um todo não constituiu oposição à tomada de poder pelos militares, como fez questão de advertir o coronel Nelson Vieira Ferreira de Mello, major aluno do 2º ano da ECEME em 1964, seguido pelo general-de-brigada Ruy Leal Campello, que falou à Coleção sobre o apoio dos políticos ao golpe:

“O Congresso Nacional, onde existia uma nítida maioria contrária às intenções mal disfarçadas do grupelho no Poder, acolheu a notícia da Revolução como fato consumado, não se registrando qualquer resistência como a instituição coletiva” (MOTTA, 2003, t.9; p.218).

“E surgiram vozes no Congresso apoiando a Revolução, até porque os governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Guanabara, justamente os de maior peso [...] sentiam os acontecimentos mais de perto – posicionaram-se a favor do Movimento de 64” (MOTTA, 2003, t.3; p.63).

Entre aqueles que criticaram a atitude do Congresso, por motivos diversos, encontramos o tenente-coronel Moacir Vêras, Major chefe da 2ª Seção do Comando da 1ª Região Militar (RJ) em 1964, que chamou nossa atenção para a ausência de ideais e mesmo de caráter dos políticos, em mais uma demonstração de despreço dos militares àqueles que exercem o poder na esfera civil:

“[os políticos] são uma massa que toma a forma do vaso que a contém. Estão com quem está no poder, de maneira que se conformam com o que acontece, ou seja, vivem se acomodando e esquecendo o que aconteceu, se não lhes serviu. O

inimigo de ontem é o amigo de hoje; o amigo de ontem é o inimigo de hoje. Enfim, eles se acomodaram” (MOTTA, 2003, t.2; p.358).

Muitos são os depoimentos que alertam para a institucionalização do golpe que a atuação rápida e decisiva do Congresso proporcionou, pois desta forma “referendou a Revolução, dando-lhe total respaldo político, institucionalizando-a (general-de-exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes. In: MOTTA, 2003, t.10; p.35). A passividade da Casa é assimilada como a coroação do golpe pelos políticos, de acordo com as memórias que serão ilustradas aqui pelo depoimento do tenente-coronel Orestes Raphael Rocha Cavalcante, cujo posto em 1964 era de 1º tenente da 1ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (1ª/1º GACosM), em Niterói, Rj e que ressaltou ainda a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) quando da eclosão do golpe:

“O Poder Legislativo não se opôs ao movimento armado e transformou-se em colégio eleitoral. O presidente ainda se encontrava no País quando o Congresso declarou o cargo vago. Quer dizer que eles estavam de pleno acordo com a revolução. O poder judiciário, como estava antes da Revolução, permaneceu exatamente o mesmo, sendo que o STF nunca protestou contra as cassações e outras medidas de exceção, traduzindo, com essa atitude, com esse consentimento, o apoio à revolução, conferindo-lhe legalidade institucional” (MOTTA, 2003, t.11; p.298).

No entanto, o apoio do Congresso não foi duradouro. O cancelamento da próxima eleição bem como as atitudes arbitrárias do governo militar fizeram surgir novamente uma frente de oposição. Apesar de sustentarem o Congresso em funcionamento, os militares descaracterizaram-no e o parlamento perdeu grande parte de suas funções; além disso, Castello rompia com a palavra dada à nação quando tomou posse em 15 e abril de 1964.

A posição do Congresso, para muitos entrevistados, foi reflexo das lideranças políticas dos partidos, que eram exercidas por alguns dos mais ferozes opositores do governo Goulart, e além de conspirarem juntamente com os militares, foram essenciais no desencadear do movimento militar de 64. Dentre os políticos conspiradores, três foram considerados líderes pelos entrevistados, dada a importância das posições políticas ocupadas e a intensidade das atividades conspiratórias: os governadores Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto. Colocar depoimento

Carlos Lacerda, governador da Guanabara com passado antigetulista, havia transferido para Goulart toda a animosidade que um dia sentira por Getúlio. Falava à imprensa com frequência e era ovacionado pela classe média reacionária do Estado que

governava. Lacerda, com seu discurso inflamado, insuflava esta classe com alertas sobre as intenções golpistas de Jango, arregimentando a cada dia novos seguidores. O próprio general Castello Branco era um grande admirador do governador, a ponto de colecionar os artigos que este publicava nos jornais cariocas¹¹⁸. Adhemar de Barros, governando o Estado mais rico e produtivo da Federação, tinha grande influência sobre o empresariado, com o qual confabulava constantemente, em campanha contra o governo então instituído. Por fim, em Minas Gerais havia o governador Magalhães Pinto, que era influente sobre os latifundiários mineiros e mantinha contato com os generais Guedes e Mourão Filho, ativos conspiradores militares, motivos pelos quais o governador era visto como peça importante nas conspirações.

Carlos Lacerda figurou entre os nomes mais citados elogiosamente pelos militares. Ele foi considerado por muitos dos que depuseram à Coleção como um tipo de político *sui generis*, motivo pelo qual despertava paixões políticas, fato lembrado pelo general-de-brigada Ruy Leal Campello: Carlos Lacerda, realmente, era um líder político, como hoje não existe mais. Tinha uma dialética clara, capaz de destruir tudo e de arrasar multidões” (MOTTA, 2003, t. 3, p.65).

Os nomes de Magalhães Pinto e Ademar de Barros também são citados, mas poucas vezes são tecidos comentários sobre a atuação de cada um destes. Um dos depoentes que explicitou sua impressão pessoal sobre os governadores supracitados foi o coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, capitão ajudante-de-ordens do Estado Maior do Exército em 1964, para quem o apoio de Magalhães foi decisivo para a vitória dos militares, e que questionou moralmente a figura que apoiou o movimento em São Paulo:

“Outro grande líder foi o governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, que se não tivesse dado apoio...sabe lá se a Revolução seria vitoriosa; em São Paulo tínhamos também uma figura questionável – Adhemar de Barros -, mas na hora de uma revolução, de uma tomada de atitude, precisávamos de lideranças – também não se podia escolher virgens vestais” (MOTTA, 2003, t.1; p.300).

É sabido que estes governadores não desejavam a ditadura, afinal esperavam lançarem-se candidatos à eleição presidencial no pleito de 1965; por conseguinte, desejavam que a ordem democrática fosse preservada. O que pretendiam ao derrubar Goulart era, na realidade, evitar um golpe de esquerda e a implantação de uma ditadura que colocasse Jango por tempo indeterminado no poder, por isso, muitas vezes na literatura, o esquema oposicionista de Lacerda, Barros ou Magalhães é chamado de

¹¹⁸ Lira Neto, *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

defensivo¹¹⁹. A ambição política de Lacerda é lembrada nos depoimentos, como no do general-de-brigada Ruy Leal Campello: “Apesar de ter sido um líder da Revolução, [Lacerda] no transcurso da Revolução criou problemas. Tinha outras ambições políticas (MOTTA, 2003, t.3; p.65).

A trajetória política de Magalhães Pinto e Adhemar de Barros não foi algo que os depoentes transcorreram sobre, em contraposição à de Lacerda, que foi lembrada com pesar, dado que este se posicionou contrariamente às resoluções militares logo no início do mandato de Castello, o que significou a sua retirada da vida política nacional quando ainda possuía chances de suceder os militares no governo, como expressa o depoimento abaixo, do coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho:

“É inegável que uma das figuras mais proeminentes entre os civis da Revolução foi Carlos Lacerda – tribuno notável, corajoso e incendiário. É pena que arrasasse qualquer pessoa contrária às suas opiniões. Foi o que aconteceu. Era o herdeiro civil natural da Revolução, mas depois passou à oposição (MOTTA, 2003, t.1; p.300).

As articulações visando escolher um nome para substituir Jango na presidência começaram assim que a situação militar encontrou-se relativamente definida, poucas horas após o desencadear do golpe. Nomes como o de Mourão Filho, Costa e Silva, Amaury Krueel foram cotados, entretanto, nenhum angariava maior apoio do que o general Castello Branco.

Costa e Silva já havia dado a si próprio o título de Comandante do Exército Nacional, criando para si um cargo até então inexistente e, dando continuidade aos seus pendores ditatoriais, assenhoreou-se de algumas regiões militares, indicando os comandantes de cada área. Tentava proporcionar um ar de legalidade aos seus atos utilizando o imperativo hierárquico, nem sempre válido¹²⁰, para legitimar cada uma de suas decisões. Contudo, Costa e Silva teve sua autonegação justificada, conforme alguns depoimentos como o do general-de-exército Oswaldo Muniz Oliva:

“Costa e Silva, dentre os revolucionários, era o mais antigo na Guarnição do Rio. Nomeou-se ‘Comandante do Exército Brasileiro’, função que não existia. O cargo vago era de Ministro da Guerra, mas não havia presidente. Ia ser Ministro de quem? (MOTTA, 2003, t.7; p.55).

¹¹⁹ Pedreira, Fernando. *Março, 31. Civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

¹²⁰ Gaspari, op.cit.

O general Castello era célebre dentro do Exército e dotado de excelente reputação. Durante os anos em que serviu as Forças Armadas, exerceu muitas funções de comando e foi instrutor de grande parte dos oficiais de 1964. No mais, havia habilmente se ligado aos conspiradores civis e adquirido respeito e confiança destes, dentre os quais encontrava-se o empresariado nacional e multinacional, além de latifundiários, empresários rurais, donos de jornais e políticos como o governador da Guanabara Carlos Lacerda, todos muito influentes.

A participação de Castello no governo Jango iniciou-se quando o general foi investido dos poderes – a princípio exíguos - delegados pelo cargo de chefe do Estado-Maior do Exército, em setembro de 1963. Sobre o órgão para o qual Castello foi designado, discorre o general-de-brigada Ruy Leal Campello: “o EME era tratado como se fosse um ”depósito de pessoal”: quem não estivesse concordando com o governo, iria para o Estado-Maior do Exército” (MOTTA, 2003, t.3; p.55).

Durante o discurso de posse, o general evidenciou que não exerceria a função de chefe de forma meramente decorativa, asseveração que foi reafirmada em carta enviada ao ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, em que dizia que, acima do ministro, devia lealdade ao Exército e estava compromissado com os destinos da corporação¹²¹. A manobra de Jango ao colocar Castello em posto de alto comando, cargo até então tomado como inócuo dentro da Força Terrestre, tinha como objetivo neutralizar as ações da oposição militar, trazendo para dentro do governo um dos maiores representantes desta ala; no entanto, Jango “acabara de trazer a conspiração para a ante-sala do poder” (Lira Neto, 2004:219).

Já no ano de 1963 Castello começou sua conspiração, unindo forças a Costa e Silva, que juntos faziam visitas aos generais mais próximos do presidente a fim de descobrirem planos sobre um possível golpe da esquerda apoiado por Goulart¹²². É o início das conspirações castelistas para destituir Jango dos poderes presidenciais, as quais serão intensificadas com habituais reuniões realizadas à casa de Castello. Estes encontros datam de início de fevereiro de 1964, portanto, no mínimo um mês antes de soar o alarme dos militares com o comício do dia 13 de março, e eram freqüentadas por poucos e gabaritados oficiais, donde que muitos conspiradores de menor influência desconheciam as atividades do general antes do fatídico mês de março.

Poucas vezes nos depoimentos estudados o nome de Castello surge como um grande conspirador; na maioria dos casos ele é visto como um militar nada afeito às tramas conspiratórias; entretanto, é citado como sendo um grande líder do movimento militar, todavia um “revolucionário” tardio, de última hora, que passou a conspirar após

¹²¹ Lira Neto, op.cit.

¹²² Dulles.

inúmeras tentativas frustradas de reverter o quadro de comunização que estava sendo formado no governo de Jango e, ainda assim, pressionado por outros generais. Abaixo, o depoimento do general-de-divisão Adolpho João de Paula, sobre os grandes conspiradores:

“Além do Marechal Denys, ex-Ministro da Guerra, participaram das conspirações os outros dois ex-Ministros militares: o Almirante Rademaker, da Marinha, e o Brigadeiro Márcio Souza e Mello, da Aeronáutica. Estavam também engajados no movimento os Generais Costa e Silva, Ulhoa Cintra, Aragão, Sizen e muitos outros cujo nome não me recordo mais. *Um que não estava era o Marechal Castello Branco, ele não tinha gosto por tramas conspiratórias*” (MOTTA, 2003, t.8; p.48, grifo meu).

O próprio general Castello fazia questão de isentar-se da alcunha de conspirador, mesmo dentro do seu círculo conspiratório, como atesta o depoimento do general-de-brigada Hélio Ibiapina Lima, que em 1964 era tenente-coronel chefe da 1ª sessão de comando do IV Exército, em Recife, PE:

“O Presidente Castello [...] prezava demais o seu ponto de vista a respeito de não conspirar. Às vezes eu dizia: General, o senhor repete tanto que nunca conspirou. Então, o que é que nós fazíamos? O senhor estava no Rio de Janeiro, me telefonava, dizendo que eu o esperasse no aeroporto dos Guararapes, porque precisava falar comigo. E, então, me perguntava: ‘Quem é o comandante do 14º RI?’ Respondia: ‘É o Castilho’. ‘Confia nele?’ ‘Confio’ [...] Se não confiasse, na hora você tinha que arrumar um capitão para comandar. Aí, conclui assim: ‘General, isso não é conspiração?’ Ele ria, mas achava que não tinha conspirado” (MOTTA, 2003, t.2; p.182).

Assim, fortemente apoiado e isento da alcunha de conspirador corriqueiro, Castello galgou os degraus que o levaram à Presidência da República. Para tanto, travou surda disputa de poder com o General Costa e Silva, inimigo pessoal dos tempos de Colégio Militar e aliado temporário nos últimos meses de 1963 e início de 1964. Logo após a descida de Mourão ao Rio, Castello, rebelado, recusou-se a se manter afastado do prédio do Ministério da Guerra, onde estava situado o seu gabinete do EME e do qual deveria sair a sua voz de prisão dada pelo presidente da República e expedida pelo ministro da Guerra. Castello contava com a escolta dos alunos da ECEME, que voluntariamente haviam se disponibilizado para fazer a segurança do chefe do EME, e

sua atitude, mais do que uma demonstração de coragem, foi reconhecida por Costa e Silva como uma afirmação da liderança de Castello frente ao movimento militar.

Castello colocava-se, assim, na dianteira do movimento, assumindo para si, ainda que de forma velada, a liderança entre os golpistas. Faltava apenas o aval oficial dos civis e militares que, a esta altura já estavam mobilizados defendendo a candidatura do General.

Para a maioria dos entrevistados a tomada de dianteira de Castello na liderança do golpe não foi percebida, assim como as articulações para derrubar Goulart. De acordo com as memórias, o general, espírito legalista, não desejava o poder, mas foi impelido a ele pelas circunstâncias e principalmente pela tradição do Exército, conforme relata o coronel Celso Chagas da Costa, aluno da EsAO em 1964 ; opinião esta que foi corroborada pelo depoimento do coronel Marnio José Signorelli Teixeira Pinto, tenente do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) quando eclodiu o golpe ,

“Naqueles primeiros dias não havia planejamento previamente elaborado sobre como dirigir o País. [...]. A partir de um determinado momento emergiu a liderança do Castello Branco. Ele tinha uma ascendência tão evidente, um tamanho domínio intelectual sobre os demais que tudo o indicava para a presidência da República. Nenhum outro tinha cacife intelectual para tanto” (MOTTA, 2003, t.13; p.301).

“A solução, normalmente militar, de assumir o mais antigo, poderia não recair no mais preparado, ou no mais adequado, o qual poderia encontrar-se, de certa forma, inabilitado por estar em desacordo com o processo e, portanto, não seria assim o de preferência geral. Mas se era para assumir, que fosse o mais antigo e assim foi. O Presidente Castello Branco não queria, mas foi convencido pelas Forças Armadas e assumiu” (MOTTA, 2003, t.7; p.219).

É difícil constatar se a versão tantas vezes repetida por diferentes personagens militares refletiu a convicção real desta classe ou se foi produto da construção da imagem do general Castello pelo Exército e repassada aos integrantes das Forças Armadas. Em entrevista concedida a John Foster Dulles em novembro de 1975, Gustavo Morais Rego Reis, grande conspirador e comandante da Divisão Blindada da Vila Militar em 1964, afirmou que fazia parte dos planos dos conspiradores a manutenção da imagem legalista de Castello, a fim de que, quando fossem anunciados o apoio e a participação deste general no movimento contra o governo, o sinal transmitido fosse que o próprio governo teria ultrapassado os limites da legalidade em demasia e

assim as dissonâncias entre os oficiais cessassem e muitos dos indecisos passassem a apoiar o golpe¹²³. É muito improvável que tal imagem tenha sido desconstruída pelo Exército, que está sempre buscando construir imagens míticas honrosas de seus soldados, que servirão como exemplos para as gerações futuras¹²⁴.

A manutenção do mito sobre a retidão de caráter e a posição legalista e democrática de Castello fizeram com que sua adesão surtisse efeito entre os subordinados, assim como esperavam os conspiradores. Os discursos do chefe do Estado-Maior eram acompanhados com avidez por alguns oficiais que não se inseriam nos grupos conspiratórios e sua adesão, bem como os discursos contra o governo, foram bem recebidos e interpretados como aval do respeitado General à intervenção militar, como demonstrou o depoimento do coronel Francisco Valdir Gomes, capitão em 1964 no 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), em Pirassununga, SP, tropa de choque da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI):

“O Marechal definiu bem a situação, dizendo que se havia uns poucos indecisos quanto às medidas a serem tomadas, pelo menos não havia divisão entre nós. E acrescentou: ‘As Forças Armadas não são caudatárias de partidos nem de políticos...’ Ao afirmá-lo foi como se dissesse: ‘pista livre’! [...]. Não é que tenha autorizado, apenas nos retirou aquela inibição natural, pela nossa formação democrática, respeitadora e disciplinada, de tomar uma atitude contra o governo” (MOTTA, 2003, t.6; p.132).

Desta forma, não é incomum encontrarmos depoimentos que afirmem que o papel de Castello durante a preparação do golpe foi menos de liderança operacional – papel que a maioria dos entrevistados associou aos generais Mourão Filho ou mesmo Costa e Silva – e mais de líder teórico que “exerceu liderança decisiva para convencer companheiros ainda indecisos” (coronel Nilson Vieira Ferreira de Mello. In: MOTTA, 2003, t.9; p.219). Nas palavras do coronel-aviador Gustavo Eugênio de Oliveira Borges,

“É preciso separar os que conspiraram, os cérebros, que bolaram e conseguiram convencer os comandantes de tropa a tomar uma atitude. É preciso separar os que foram idealizadores das operações militares, o Castello Branco, e num plano menor, o Costa e Silva, daqueles que, como a gente fala na gíria, ‘arriscaram a pele’ para combater, para brigar, para viver ou morrer, como o Mourão filho ou o Guedes [...]” (MOTTA, 2003, t.10; p.295).

¹²³ Dulles, op.cit.

¹²⁴ Para maiores informações sobre a construção de mitos no Exército consultar: Castro, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

A habilidade de Castello em vestir a ilegalidade com o manto da legalidade era tanta que até os dias de hoje ele figura no imaginário militar – e muitas vezes no civil – como o mais legalista entre os golpistas¹²⁵.

A figura deste general, portanto, permanece intacta no imaginário da maioria dos oficiais entrevistados, ganhando ares de mito. Dentre todos os grandes generais envolvidos nas conspirações, assim como entre os presidentes militares, Castello é amplamente o mais elogiado e admirado.

Imediatamente após a posse do novo presidente, no dia 2 de abril, os comandantes do golpe iniciaram o processo que foi denominado “Operação Limpeza”, cujo objetivo era eliminar os opositores do novo governo. Os expurgos foram realizados dentro das próprias Forças Armadas, a partir de um Comando Revolucionário criado por Costa e Silva e composto por três militares – um de cada Força – sendo paulatinamente estendida aos políticos e civis em geral.

Não obstante as enormes divergências entre os muitos comandantes do golpe, todos concordavam quanto à necessidade da operação limpeza e na utilização da força, caso necessário, para realizá-la. O general Krueel foi um dos grandes adeptos da “operação”, tendo, logo no dia 1º de Abril, determinado em articulação com o DOPS, o Serviço Secreto do Exército, a execução de um plano de prisão imediata para líderes esquerdistas, em especial aqueles que fizessem parte da CGT¹²⁶. De Krueel também partiu a ordem para a promoção dos expurgos militares de elementos considerados esquerdistas dentro das Forças Armadas dado este fornecido por oficiais do Estado-Maior do II Exército¹²⁷. Todavia, o nome mais lembrado pelos entrevistados como líder dos expurgos foi o do general Costa e Silva.

Nas Forças Armadas, 421 oficiais foram punidos com passagem compulsória para a reserva; e outros tantos – estima-se que 200 – foram retirados da ativa através de acertos com o comando da revolução. O país, que contava com 91 generais, viu 24 serem expurgados¹²⁸. O fim do regime exigia depuração política, militar e administrativa¹²⁹. O depoimento do coronel Carlos Fernando Freitas Almeida que servia na 1ª GO 155 (Grupo de Obuses), Vila Militar, RJ e possuía patente de 1º tenente, exemplifica a maneira rápida de atuação dos militares no combate à oposição, seja ela civil ou militar,

¹²⁵ A mais recente bibliografia publicada sobre Castello foi escrita por Lira Neto (2004), que defende que o general foi um grande conspirador; entretanto, dada a rígida obediência à sua formação militar, era também um defensor da legalidade, o que acabou por gerar uma figura ímpar, que procurava convencer a si mesmo da necessidade dos seus atos ilegais ou ainda de revesti-los com um verniz democrático, como foi o caso da sua candidatura para a presidência, que culminou com a assinatura do 1º Ato Institucional do período militar.

¹²⁶ Duarte, op.cit.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Gaspari, op.cit.

¹²⁹ Idem.

logo após a queda de Goulart. “A partir de 4 ou 5 dias após o 31 de março, começaram a ocorrer aqui alguns inquéritos. Prenderam muitas pessoas envolvidas com terrorismo, outras com guerrilhas e corrupção. Trabalhei num inquérito do Banco do Brasil” (MOTTA, 2003, t.5; p.293).

Os entrevistados relembram a atitude de Costa e Silva com clareza e julgaram-na benéfica ao golpe, inevitável inclusive, já que em algumas áreas militares eram encontrados comandos contrários ao movimento, cujo objetivo era tumultuar com a cooptação de subordinados em prol de uma república comunista e, desta forma, impedir o êxito do que eles consideraram “movimento cívico-militar em prol da democracia”. Segundo o general-de-exército Oswaldo Muniz de Oliva “[... no início da revolução [...] Costa e Silva, com firmeza e serenidade, substituíra comandos, para controlar as áreas mais críticas” (MOTTA, 2003, t.7; p.55).

Os primeiros civis a serem presos foram o governador de Pernambuco Miguel Arraes, seguido pelo de Sergipe, Seixas Dória. Logo após, um Ato Institucional, o primeiro de tantos que o regime militar viria impor à sociedade brasileira, delegava ao presidente o poder de revogar mandatos bem como de invalidar direitos políticos civis e militares e demitir funcionários públicos (Petrobrás e a Caixa Econômica Federal, por exemplo, tiveram muitos funcionários substituídos). Anunciava-se neste ato o prelúdio do AI-5, instituído por Costa e Silva no seu governo. Estatísticas apontam o número de 5 mil pessoas presas após a queda de Goulart, enquanto muitas outras deixavam o país rumo ao exílio¹³⁰.

A cassação de civis, em especial dos políticos, é lembrada, entretanto, é sempre justificada pela posição política oposicionista destes civis. Apesar de muitos condenarem as prisões e exílios pós- AI-5¹³¹, poucos associam os expurgos e cassações de 1964 com atos de arbitrariedade; mais uma vez as ações autoritárias do comando revolucionário são legitimadas pelos entrevistados:

“O Comando Revolucionário, dirigido pelo General Arthur da Costa e Silva [...] assumiu a direção do País e a primeira iniciativa desse Comando foi a emissão do Ato institucional, que *cassava aqueles políticos mais incriminados com a anarquia* do Governo Jango [...]. (Coronel Francisco Sobreira de Alencar. MOTTA, 2003, t.12; p.185, grifo meu).

Alguns depoentes que serviam em regiões sob a legislatura de Arraes ou Seixas Dória relatam suas experiências, como é o caso do coronel Petrônio Araújo Gonçalves

¹³⁰ Gaspari, op.cit.

¹³¹ Mais informações sobre a posição dos entrevistados sobre o AI-5 constará no próximo capítulo deste trabalho.

Ferreira, 1º tenente em 1964, servindo no 1º Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105), em Olinda, PE, que escreve a atuação de Arraes no governo, a recepção da sua deposição pela Assembléia Legislativa, tentando com isto indicar os motivos que levaram a sua prisão imediatamente após o golpe:

“O problema do Nordeste foi Pernambuco. Paraíba e Alagoas não tinham problemas; em Sergipe só o governador Seixas Dória, logo neutralizado. [...]. Miguel Arraes, quando assumiu o Governo, não queria ficar sem o comando da subversão no Estado. Neste sentido, criou os sindicatos rurais com o intuito de mobilizar camponeses. Atribuiu-lhe missões e treinamentos [...]. Esse era o clima de Pernambuco: de terror! A Assembléia Legislativa, quando Miguel Arraes foi deposto no dia 1º de abril de 1964, em reunião extraordinária, cassou seu mandato de Governador. É um fato não muito divulgado, mas o legislativo estadual, em reunião extraordinária, tomou essa iniciativa como que ratificando a atitude dos militares, que o depuseram” (MOTTA, 2003, t.6; p.175).

Na tentativa de justificar as arbitrariedades, os oficiais colocaram sobre os ombros daqueles que sofreram com a violência do golpe a culpa pela própria sorte.

IIIb - Apoio ao golpe: EUA, classe média, igreja e mídia

É manifesto o apoio dado por diversos setores da sociedade civil ao golpe de 1964, fato este que é incansavelmente repetido pelos depoentes da *Coleção História Oral do Exército*, fazendo inclusive parte do questionário respondido pelos entrevistados. A importância do tema para os militares e a forma como ele foi abordado na Coleção – uma tentativa de desmistificação sobre a participação ativa, direta ou indireta de países, pessoas físicas e instituições, muitas vezes exagerada ou negada por estas entidades - levou-me a separação deste assunto em um tópico à parte, garantindo assim a liquidez da narrativa.

Foi notado que as memórias neste momento tornaram-se mais homogêneas, precisas e menos fluidas. Muitos são os entrevistados que evocam provas materiais para comprovar o apoio da sociedade aos militares, como matérias de jornais, fotos, entrevistas e documentos, como se sentissem necessidade de algo para além da memória, capaz de convencer os leitores ou ainda de refutarem as versões dadas tanto pela mídia, a classe média ou a igreja,

que com o passar dos anos transformaram-se de colaboradores em opositores do regime militar.

As suspeitas sobre a participação direta dos EUA no golpe de 64 perduraram por muito tempo e levantaram inúmeras questões. Cogitava-se que este país, em contato com os líderes do movimento militar brasileiro, havia participado das conspirações e decidido sobre o destino do golpe¹³², tendo sido este, portanto, resultado de um complô imperialista motivado pela dinâmica da Guerra Fria. Contudo, os relatos mais recentes publicados por estudiosos com base em dados confiáveis, como telegramas e documentos da Agência de Inteligência Norte-Americana, dissiparam tais hipóteses¹³³. Hoje, sabe-se que existia nos EUA planos cujo objetivo não era intervir diretamente no Brasil e sim dar apoio à “revolução”, garantindo suprimentos de armas e combustíveis, e em caso de resistência do governo, o apoio aéreo e naval aos revoltosos, ou seja, a ajuda só seria delegada em última instância, na situação que caracterizasse uma guerra civil. A hipótese mais plausível para o surgimento da teoria que defende a inevitabilidade do golpe pelo fato deste ter sido articulado por atores externos e executado com seu apoio é a de que tal fato poderia ser compreendido como um álibi para os erros políticos da esquerda, retirando dos atores políticos – esquerda e direita - a responsabilidade pelos acontecimentos e a omissão da esquerda em momento determinante na história do país¹³⁴.

Com relação aos militares depoentes, indiscutivelmente, estes se orgulham da articulação e do desencadear do golpe ter sido genuinamente brasileiro e irritam-se com as especulações sobre o tema. Ratificam conhecimento sobre a relação entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e, em especial, no ano de 1964, lembrando sempre que o golpe foi bem recebido pelos norte-americanos, pois era uma ação democrática e anticomunista. O depoimento do coronel José Maria Covas Pereira, tenente-coronel que servia na EME em 1964, demonstra a lucidez dos entrevistados quanto aos planos norte-americanos:

“O movimento foi interno, tinha a simpatia deles (EUA), que poderiam prestar apoio, em caso de necessidade, o que não se verificou. {...}. Os norte-

¹³² Um dos mais célebres defensores da influência norte-americana no golpe de 1964 foi o historiador e militar da reserva Nelson Werneck Sodré, com o livro publicado em 1987, intitulado *O Governo Militar Secreto*. Moniz Bandeira e Darcy Ribeiro também defendiam tal hipótese.

¹³³ Gaspari, op.cit; Villa, op.cit; Carvalho, op.cit.

¹³⁴ Carvalho, op.cit.

americanos com seus navios petroleiros tinham condições de nos suprimir de óleo, em caso de necessidade, se houvesse greves. Assim, ocorrendo necessidade, creio que existiria possibilidade de apoio externo, o que não se concretizou. O principal é que nós a fizemos sozinha” (MOTTA, 2003, t.3; p.164).

Um dos entrevistados, general-de-brigada José Antonio Barbosa de Moraes, revela inclusive um dos planos dos revoltosos para garantir a chegada de apoio bélico, caso houvesse resistência ao golpe, mas não sem antes ressaltar que efetivamente a participação norte-americana foi nula, pois desnecessária:

“[...] não tenho conhecimento de nenhum apoio externo, embora no plano inicial do Estado-Maior revolucionário admitíssemos a possibilidade de enfrentar muitas dificuldades, inclusive não conseguir descer das Alterosas, constasse, além da defesa de Minas, a conquista do Porto de Vitória, com o objetivo claro de receber apoio estrangeiro. No caso de guerra interna, não há dúvida de que os Estados Unidos iriam apoiar os anticomunistas. Daí nossa previsão de dominar um porto para poder receber o necessário reforço em armamento, munição etc” (MOTTA, 2003, t.2; p.204).

Entre os entrevistados, encontramos o general norte-americano Vernon Anthony Walters, amigo íntimo de Castello Branco, que exerceu a função de adido militar junto à Embaixada americana no Brasil, de 1964 a 1967, e posteriormente, descobriu-se, era agente da CIA a serviço no Brasil¹³⁵. Falando sobre as preocupações dos EUA com os rumos da política brasileira e sobre os planos deste país para o Brasil, o general declarou:

“Não há maneira melhor de fazer-se inimigos num país do que se inserir nos assuntos internos desse país. O que estávamos um pouco preocupados é se haveria um movimento qualquer no Brasil, em que os soviéticos mandariam ajuda para um dos lados. Para evitar isso, havia um plano, mas somente no caso de eles mandarem navios. Não tínhamos, portanto, o menor interesse em intervir num conflito interno no Brasil” (MOTTA, 2003, t.9; p.68).

¹³⁵ Lira Neto, op.cit. Ver também: Walter, Vernon. *A Silent missions*. Nova York: Doubleday & Company, Inc; 1978.

Os militares entrevistados pela História Oral do Exército demonstraram indignação quando a questão sobre a participação dos EUA no golpe, que faz parte do questionário da coleção, foi levantada, alegando que tal argumento foi utilizado pela esquerda a fim de desmoralizar o movimento militar, como percebemos pela fala do tenente-coronel Pedro Cândido Ferreira Filho, 1º tenente e comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros do 12º Regimento de Infantaria em BH, no ano do golpe: “A Revolução não contou com a ajuda de ninguém do exterior. Isso é outra grande palhaçada inventada por aqueles que não têm compromisso com a verdade” (MOTTA, 2003, t.3; p.357). Outro depoimento interessante foi o dado pelo general-de-exército Oswaldo Muniz de Oliva:

“A esquerda acusava os Estados Unidos da América de intervirem nos assuntos internos do Brasil, de mandarem no país. Mentira! Não mandavam! Mas é verdade que o Governo americano demonstrou simpatia pela Revolução de 1964 e, mais do que isso, deu-lhe cobertura. Afinal, convinha aos interesses americanos que o Brasil fosse forte e anticomunista, as duas condições” (MOTTA, 2003, t.7; p.45).

Desta forma, é consensual entre os entrevistados a defesa de que o golpe, em sua articulação e execução, foi exclusivamente brasileiro, apesar de contar com apoio dos EUA. Hoje, até mesmo parte da esquerda reconhece esse fato, como podemos observar pelo relato de Jacob Gorender (1999): “o golpe não veio de Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras”.

A imprensa foi um dos catalisadores do golpe de 1964, entretanto, ainda são poucos os artigos e livros que abordam esta questão crucial. A relação da imprensa com o governo de João Goulart foi marcada por fases que variam do apoio à total oposição. Logo após a renúncia de Jânio Quadros, a imprensa, principalmente a de maior influência no eixo Rio - São Paulo, iniciou um movimento favorável à posse do vice-presidente. Também esteve ao lado deste em favor da antecipação do plebiscito para a escolha do tipo de regime político vigente no país. Ao lado de Jango novamente, a imprensa foi uma das grandes responsáveis pela persuasão da classe média sobre as vantagens do regime presidencialista, contribuindo para a vitória política de Goulart sobre a parcela mais conservadora do Exército, que, apesar de não simpatizar com o

parlamentarismo, não conseguia admitir a idéia de Goulart ser detentor de todos os poderes constitucionais de um presidente. Contudo, durante todo o período que compreendeu os anos 50 e 60, a mídia manteve-se na tradição de voraz opositora ao comunismo.

À medida que a política governamental de Jango se aproximava dos trabalhadores e de setores de esquerda, a mídia foi deixando de apoiar o presidente e passou, em 1963, a ser sua grande opositora. O marco desse período de inflexão ocorreu em setembro de 1963, com a Revolta dos Sargentos, quando os noticiários estamparam matérias sobre a indignação da classe média e alguns chegaram, inclusive, a apelar para a intervenção armada.

Os movimentos de direita ganharam maior espaço nos jornais, que passaram a cobrir eventos realizados por entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) ou ainda pelo Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro¹³⁶. As oposições às reformas de Base, há tempos realizadas pela imprensa, adquiriram maior vulto, amparada pela crise econômica, social e política que enfrentava o governo, e tinha na Reforma Agrária seu maior motivo de críticas.

No dia 31 de março o edital do *Correio da Manhã* estampava um suntuoso “Basta!”, que foi seguido, no dia 1º de abril, pelo edital com a palavra “Fora!”. Tais palavras foram interpretadas pelos militares como senha para o levante militar. Todavia, jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Diário de Notícias* ou *Correio da Manhã*, apesar de não terem estampado em suas páginas de rosto editais tão agressivos, tiveram participação decisiva na formação da opinião pública sobre o governo Goulart e sobre a saída, desejada principalmente pela classe média: a intervenção militar. Com exceção do jornal de Samuel Weiner, defensor de Vargas e de Goulart, com quem mantinha relações de amizade, os outros noticiários colocaram-se frontalmente em oposição ao presidente. Júlio de Mesquita e Ruy Mesquita, proprietários do jornal *O Estado de S. Paulo*, estiveram inclusive envolvidos nas articulações entre civis e militares para derrubar o governo, e nas palavras do general Augusto Cid de Camargo Osório, “o Estadão sempre foi do nosso lado” (MOTTA, 2003, t.14; p.127).

¹³⁶ Abreu, Alzira Alves de. “A participação da imprensa na queda do Governo Goulart” In: *1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

A participação da mídia e seu apoio à intervenção militar também está entre as questões abordadas pela coleção História Oral do Exército. De acordo com os entrevistados, a opinião da mídia assim como a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, conclamava os militares à ação. Os editais do *Correio da Manhã* são lembrados e citados como provas cabais do apoio da imprensa ao golpe, como lembrou o general-de-exército Leônidas Pires Gonçalves, tenente-coronel que servia no Estado-Maior do Exército no ano do golpe: “então surgiam aquelas palavras típicas, que os jornais usavam: ‘Basta! Basta!’, querendo dizer ‘chega do que está acontecendo’. A mídia toda estava pedindo que nós fizéssemos o que fizemos” (MOTTA, 2003, t.1; p.87).

O coronel Humberto Ayres Corrêa, Capitão comandante da 2ª Bateria do 4º Regimento de Obuses em Pouso Alegre, lembrou com precisão os jornais que apoiaram o movimento militar não apenas em sua eclosão, mas também durante boa parte da sua duração, e fez uma ressalva em que afirma que a oposição só foi exercida pelo jornal *Última Hora*, o qual não conseguiu sobreviver aos ataques da direita e terminou com a sua falência.

“A maior parte dela [apoiou o movimento]. Como exemplos podemos citar a Rede Globo, jornal, rádio e TV, o *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*. No Rio, até o jornal *O dia*, jornal da massa trabalhadora, foi francamente favorável ao Movimento de 1964 [...]. O único contrário foi o jornal *Última Hora*, que fechou as portas” (MOTTA, 2003, t.14; p.237).

Foi muito comum encontrar entrevistados ressentidos com a mudança de posição da mídia no decorrer do regime militar e, principalmente, com o esforço realizado por estes mesmos meios de comunicação que apoiaram os militares em 64 justificando o apoio ou criticando a posição tomada naquele ano. Alguns depoimentos desqualificam a mídia de hoje, em uma tentativa de deslegitimar o julgamento da ação dos governos militares por aqueles que não viveram os anos 60. Um exemplo é o depoimento do general-de-exército Moacyr Barcellos Potyguara, coronel comandante da AMAN em 1964:

“A mídia está infiltrada. Jornalistas que à época eram garotos falam como se tivessem vivido aqueles tempos. Não sabem ou não sentiram o que havia no país, naqueles anos; opinam sem o conhecimento de causa, sem aprofundarem

seus estudos. Não estão se transportando para aquele momento. Nós já tivemos uma ditadura – a de Getúlio Vargas – que durou mais e, no entanto, ninguém falava nada. Pelo contrário, continua a ser, até hoje, homenageado” (MOTTA, 2003, t.1; p.58).

A questão da mídia não se encerrou com o questionamento sobre seu papel em 1964; o revanchismo, ou seja, a posição crítica da imprensa atual ao regime militar é abordada e poucos são os que a defendem, citando o fim da liberdade de imprensa e as arbitrariedades dos governos militares como fator desta mudança de posição. Para o general-de-brigada Adalberto Bueno da Cruz:

“[...] os governos revolucionários perderam o apoio da mídia, basicamente, por dois motivos: o primeiro foi a duração do período revolucionário, ou seja, a perda do momento oportuno da ‘abertura’. O segundo, foi o fato de a imprensa ter sido tratada como inimiga. Não se admitia que as falhas cometidas fossem por ela divulgadas, aplicando-se a censura. Por isso, os repórteres colocaram-se contra o Movimento; sempre que tiveram oportunidade, criticaram o Movimento” (MOTTA, 2003, t.12; p.156).

A igreja católica foi lembrada pelos entrevistados como uma das instituições que, num primeiro momento, esteve ao lado dos golpistas pois foi muito empenhadas no combate ao comunismo no mundo, já que enxergava na doutrina comunista um inimigo visceral à sobrevivência da religião. Isto porque os princípios comunistas questionavam os fundamentos básicos de todas as instituições religiosas¹³⁷ e concorriam com o sistema de crenças professado pela igreja católica para explicar o mundo, além de modificar a escala dos valores tradicionais, propondo uma nova moral. As investidas dos comunistas russos no período bolchevique constituíram para o fortalecimento do anticomunismo católico¹³⁸.

No Brasil, desde os anos 30, a igreja vinha intensificando o discurso anticomunista mas foi nos anos 60 que houve seu real robustecimento, em

¹³⁷ “A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários” (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, (Estudos, 180).

¹³⁸ Idem: 21.

explícito desassossego com o surgimento da esquerda católica e do clero progressista, menos preocupado com o comunismo e mais atento às mazelas sociais. Isso tudo imerso em um cenário de crescimento geral das organizações esquerdistas, como as Ligas Camponesas e Política Operária (POLOP), a Ação Popular (AP) ou ainda - e mais preocupante para os católicos conservadores - a Juventude Universitária Cristã (JUC). Este fato, todavia, não significava que os católicos estavam aderindo ao comunismo, porém, o grupo reacionário não conseguia distinguir as várias esquerdas e acabou por uni-las em um único bloco: os comunistas. Lembra o tenente-coronel Carlos Cláudio Miguez Suarez, capitão do 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalos em Uruguaiana, RS: “A Igreja, tenho as fotografias, posicionou-se contra a comunização do País [...]” (MOTTA, 2003, t.9; p.384).

No ano de 1964 a maioria da igreja católica realmente esteve ao lado dos conservadores em prol da manutenção da ordem democrática e anticomunista, e o depoimento do Coronel Francisco Sobreira de Alencar, Comandante da 2ª Companhia do 4º Batalhão de Engenharia de Construção em Crateús, CE, tenta explicar o porquê deste apoio da igreja ao golpe:

“O comunismo, pela sua própria essência doutrinária, é anti-religião, antepessoa humana, antinação e antipátria. O clero nacional, na efervescência provocada pelos comunistas naquela época, revelou-se altamente preocupado com o destino do País. Vários bispos e padres não só estimularam, mas também apoiaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o que significava apoiar o movimento de reação, isto é, apoiar o Movimento Cívico Militar de 31 de março de 1964” (MOTTA, 2003, t.12; p.188).

Como apontado nos depoimentos, grande parte dos entrevistados acredita que, no momento do golpe, o apoio da igreja era total e irrestrito, pois ela ainda não se encontrava cindida, já que a Teoria da Libertação estava em processo de gestação. Na realidade, a postura da igreja não pode ser considerada monolítica, no entanto, o papel desempenhado pela hierarquia eclesiástica ditou o apoio aos “revolucionários”, porquanto os líderes da igreja estavam engajados nas campanhas anticomunistas, contribuindo para a criação do clima ideológico

característico dos anos 60¹³⁹. Sendo assim, aqueles padres que futuramente vieram combater o regime militar, durante a eclosão deste sistema não manifestaram opiniões favoráveis ou contrárias, permanecendo neutros. O coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, capitão que servia no Estado-Maior do Exército na eclosão do movimento militar buscou comprovar esta que é sua percepção sobre a igreja em 1964, recorrendo a textos acadêmicos e provas materiais, como mostra o excerto abaixo:

“A posição da igreja, é bom que se diga, e não sou eu quem diz, basta ver as notícias da época, as declarações dos bispos de então – e, mais recentemente, em um livro intitulado *A Terceira Onda* de Samuel Huntington, em que ele começa mostrando, nitidamente, a posição da Igreja naquele tempo – foi de total apoio aos militares e contrário ao governo João Goulart. Só mais tarde, com a *Teoria da Libertação* aconteceu uma cisão dentro da igreja [...] e tiveram início as manifestações de desagrado” (MOTTA, 2003, t.1; p.284).

A percepção do apoio da Igreja foi variável, mais uma vez dependendo da experiência pessoal de cada entrevistado, mas, neste caso, tendo como fator definidor a região em que o depoente servia e não a posição hierárquica que ocupava. O general-de-brigada José Antônio Barbosa de Moraes, major chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da 4ª RM/DI de Juiz de Fora no dia 31 de março, contou sua experiência, que se opõe à do depoimento seguinte, correspondente ao coronel Antônio Oswaldo de Mello Carneiro Lacerda, 2º tenente em 1964 que servia em Ijuí, RS, no 7º Grupo de Canhões 75 Auto-Rebocado:

“O capelão de Juiz de Fora era um dos maiores revolucionários daquela época; a Marcha da Família foi incentivada pela igreja. Naquele momento, nunca se deve dizer inteiramente, mas a expressiva maioria da Igreja posicionou-se favorável à Revolução” (MOTTA, 2003, t.2; p.201).

“Existia uma universidade dos padres capuchinhos que, naquela ocasião – comentávamos muito no quartel – atuava como se fosse um sindicato. Defendiam tremendamente a esquerda e o golpe de esquerda” (MOTTA, 2003, t.6, p.203).

¹³⁹ Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1996.

Como já dito neste trabalho, a Marcha da Família foi altamente impactante para os militares, impulsionando-os à ação, pois mais do que reconhecerem o apoio civil ao golpe, a partir deste evento eles sentiram-se pressionados pela sociedade ao combate¹⁴⁰. Apesar de receber apoio do alto clero, as Marchas não contaram com a participação unissonante dos líderes religiosos. O depoimento do general-de-exército Ivan de Souza e Mendes foi revelador, pois foi um dos poucos que admitiram a existência de posições divergentes dentro da igreja já no ano de 1964:

“Sentíamos pelas manifestações dos líderes religiosos, que a Igreja Católica refletia a bipolarização da época, o que acabou dando origem ao que veio a ser denominado, posteriormente, Clero Progressista. Havia os religiosos que seguiam a doutrina tradicional da Igreja, em oposição àqueles influenciados pela esquerda” (MOTTA, 2003, t.2; p.32).

O critério adotado pelos entrevistados para classificar os religiosos como subversivos não ficou evidente nas falas, mas foi perceptível que os padres que demonstravam simpatias pelas reformas de base ou pela reforma agrária estão entre os acusados de participarem, futuramente, dos movimentos de oposição ao regime militar. Entre os subversivos, são citados os nomes de Dom Hélder Câmara e Evaristo Arns, cuja posição, de início, era de apoio ao golpe, segundo recorda o tenente-coronel Carlos Cláudio Miguez Suarez: “o Cardeal Evaristo Arns foi abençoar as tropas mineiras na chegada ao Rio de Janeiro” (MOTTA, 2003, t.9; p.384). Entretanto, as atuações destes líderes religiosos são compreendidas de diferentes maneiras. Conforme o depoimento do coronel João José Cavalcanti de Albuquerque, major que servia em Salvador no ano de 64, aqueles que futuramente passariam à oposição não exprimiam suas opiniões em 64:

¹⁴⁰ Sobre a Marcha da Família, afirma Rodrigo Motta que a igreja católica não foi a única instituição religiosa a apoiar os golpistas, pois representantes espíritas, judeus, protestantes entre outros, também faziam pregação anticomunista conclamando seus fiéis às Marchas: “Pastores e rabinos também participaram, ao lado dos padres, da preparação das Marchas em São Paulo e no Rio de Janeiro. A disposição em não restringir a mobilização a um só grupo se evidenciou na referência a ‘Deus’ e não a ‘Cristo’. Significativamente, o texto e convocação para a Marcha do Rio dizia que os comunistas ‘[...] preparam-se para o assalto final às igrejas de todos os credos[...]’ e terminava com a chamada: ‘Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem em nossos templos e igrejas!’” (Motta, Rodrigo. op. cit. p.246).

“Aquele chefe religioso (Hélder Câmara), segundo meu ponto de vista, não atuava ostensivamente ao lado da esquerda radical, porém, não apoiava qualquer iniciativa para modificar aquela situação preocupante que existia” (MOTTA, 2003, t.6; p.67).

O juízo do coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro, major estagiário do Quartel General do IV Exército, em Recife, no ano do golpe, é oposto ao declarado acima pelo coronel Albuquerque. De acordo com o coronel Ribeiro, apesar da igreja como instituição seguir a linha conservadora, alguns indivíduos não acataram as ordens superiores e definiam claramente suas posições contrárias à intervenção militar: “Aqui no Recife, alguns setores da igreja mostraram-se inteiramente refratários, em virtude da posição que tomou o Arcebispo de Olinda, Dom Hélder Câmara” (MOTTA, 2003, t.6; p.82).

Em suma, a posição majoritária dos entrevistados coincide com a do general-de-exército Heitor Furtado Arnizaut de Mattos, tenente-coronel da EMFA em 1964, que acreditava que a posição da igreja, quando da eclosão do golpe, foi majoritariamente “pró-revolução”, tendo surgido apenas mais tarde, com o endurecimento do regime, uma ala dissidente, que passou a ser oposição aos governos militares:

“Uma parte considerável da Igreja, a sua maioria absoluta, em 1964, estava contra o governo deposto. Depois surgiu a chamada “igreja progressista” que se posicionou contra a Revolução. [...]. Surgiram, também, elementos que, até hoje, se aproveitam da Igreja para o seu proselitismo, como o Frei Beto, Leonardo Boff e outros [...]” (MOTTA, 2003, t.3; p.32)

O apoio da classe média é outro elemento figurante entre os apoios decisivos para a intervenção dos militares em 1964. Tendo em conta que, tanto a mídia quanto a igreja são instituições muito representativas da classe média, que exerce influência sobre esta ao mesmo tempo em que por esta é influenciada, podemos concluir que esse extrato da sociedade realmente desejou e apoiou o golpe, como tanto defendem os militares. Os depoimentos são claros e enfáticos: a classe média mais do que apoiou o golpe, ela o desejou e cobrou dos militares as atitudes que foram por eles tomadas, participando das articulações golpistas, realizando marchas e demonstrações públicas do seu descontentamento com o

governo e, posteriormente, comemorando a vitória dos golpistas. Se a interrupção do governo de Jango não atendeu aos anseios de toda a população nacional, ao menos representou uma parcela expressiva da população, composta exatamente pelo que os depoentes consideraram a classe média, como afirma o general Octávio Pereira da Costa, que considerou esta como sendo a classe detentora daquilo que ele denominou como “vontades majoritárias”, ou seja, que estavam acima das expressas por outras parcelas da população.

“Vontade nacional é uma expressão de globalidade impressionante. Não há propriamente uma vontade nacional, existem muitas vontades nacionais. É aceitável dizer que as Forças Armadas foram intérpretes da classe média, que estava marginalizada pela ameaças do regime de Goulart [...]. Também é aceitável reconhecer que foram intérpretes do empresariado que estava inquieto[...]. É fora de propósito pensar que elas possam ter interpretado o que se passava na vida estudantil. Pensar que pudessem interpretar o que se passava na vida universitária, nem de longe, ainda menos na vida cultural” (MOTTA, 2003, t.2; p.66).

Por fim, o desempenho das mulheres, principalmente nas organizações das Marchas, foi sempre avivado pelos entrevistados. É fato que nos anos 60, as mulheres mobilizaram-se em combate ao comunismo, defendendo valores tradicionais: família, propriedade e religião. Estas mulheres acreditavam que tais valores, tão caros às classes média e alta no período, estavam ameaçados pela comunização do país. Com estes apelos, mulheres foram mobilizadas maciçamente, provocando grande impacto, já que transmitiam a impressão de que a família como um todo – inclusive esse membro que sempre ficava à margem das discussões políticas nacionais – estava inserida no levante anticomunista. O apelo da figura materna, da dona-de-casa, enfim, da família, foi fenomenal. Muitas entidades femininas como a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), a LIMDE (Liga da Mulher Democrática – MG) ou a CDF (Cruzada Democrática Feminina – Pernambuco) foram criadas em todo o país, tendo por maior motivação o anticomunismo¹⁴¹.

As atividades femininas anticomunistas são lembradas pelos entrevistados como essenciais por refletirem o sentimento não apenas unitário da mulher, mas

¹⁴¹ Motta, Rodrigo. op.cit. p.241.

também do marido e dos filhos, conforme afirmou sem titubear o general Cordeiro de Farias: “Nós, militares, fomos a retaguarda da revolução de 1964. A vanguarda foi a opinião pública e, dentro delas, as mulheres” (Camargo & Góes, 2001, p.466). O general-de-exército Antonio Carlos da Silva Muricy foi um dos que exaltou a participação feminina, lembrando os eventos de oposição a Goulart onde as mulheres estiveram presentes:

“Havia a mulher brasileira que, em todas as áreas, criava movimentos contrários à agitação. Em Minas, a mulher mineira tinha posto para fora, a correr, o deputado Brizola. As mulheres de São Paulo tinham se reunido para fazer manifestações de rua. Lá no Recife, a mulher pernambucana tinha feito uma reunião num ginásio e o governo Arraes, tendo mandado cortar a luz, fizeram o movimento à luz de velas. Em toda a parte a mulher se unia” (MOTTA, 2003, t.14; p.35).

É interessante notarmos que não obstante os eventos serem fortemente estruturados do ponto de vista político e a memória sobre a intervenção ou mesmo sobre o regime militar estarem muitas bem organizadas historicamente, elas ainda constituem objeto de disputa política entre militares e civis. Neste ponto, a memória individual ou mesmo do grupo que se opôs à intervenção das Forças Armadas e posteriormente ao regime militar conflitam com a memória dos militares, individualmente ou como grupo. Esta disputa pela verdadeira história impele os militares a narrativas que o tempo todo estão preocupadas em responder às esquerdas, desfazendo as verdades destas.

O objetivo por trás destes conflitos era verem reconhecida a interpretação dos militares dos seus passados, algo que demandou de cada entrevistado um trabalho de valorização hierárquica dos fatos, personagens, datas e locais, apenas menos árduo devido ao processo de construção do imaginário militar que homogeneizava de certa forma as estruturas de pensamento; isto sem contar o trabalho desenvolvido pelo Exército desde a explosão do movimento em contar uma história oficial sobre o período, com a publicação pela Bibliex de muitos

livros escritos por militares sobre o assunto referido¹⁴², que podemos chamar de trabalho de enquadramento da memória¹⁴³.

O interessante no caso desses militares que depõem para a Coleção é que eles acreditam-se agentes discursivos, ou seja, responsáveis pela criação do discurso que será reproduzido pelo restante dos membros do grupo, sem jamais se esquecerem da influência que a instituição exerce sob suas formas de compreender o mundo, em especial o golpe de 1964. Assim, não poucos são os que ressaltam a importância da instituição na formação do seu discurso. Um dos oficiais que apresentaram lucidez ao tratar deste tema foi o general-de-divisão Octávio Pereira da Costa:

“[...] para ilustrar minha maneira de ver, gostaria de dizer que a visão que as pessoas têm das coisas, dentro da corporação, é muito condicionada por essa própria corporação. [...]. A corporação marca, inapelavelmente, as nossas vidas, e, sobretudo, a corporação militar. *A farda não é uma veste qualquer, é uma pele, com a qual, também, a maneira de ver as coisas é completamente diferente*” (MOTTA, 2003, t.2; p.45, grifo meu).

¹⁴² Basta acessarmos o site da editora que já percebemos o destaque dado ao tema: muitos títulos escritos por militares ou civis partidários dos ideais do golpe ficam expostos na página inicial, com destaque para a referida Coleção. Outras livrarias on-line também apresentam títulos escritos por militares sobre 1964 em seus catálogos.

¹⁴³ Pollak, op.cit.

Capítulo IV - Olhares sobre o tempo: avaliações castrenses sobre o período
militar

“O que a ditadura faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo *natural*, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica”

Eni Puccinelli Orlandi¹⁴⁴

O projeto inicial que deu origem a esta dissertação propunha findar as análises com a ascensão de Castello Branco à presidência da república em 15 de Abril de 1964. Não obstante, optei por escrever este capítulo em que abarco as memórias sobre os anos em que os militares estiveram no poder. Isto porque deixar estes relatos sem análise pareceu-me um grande desperdício de importante material, já que parte interessante das memórias referia-se a períodos posteriores ao ano do golpe.

Desta feita, este capítulo tratará de questões cruciais quando remetemos nosso pensamento aos 21 anos em que o Brasil esteve sob a ditadura. A dinâmica dos governos militares, o surgimento da linha dura, atos institucionais, censura, prisões e mortes de opositores políticos, bem como um balanço geral sobre o legado do período ao país serão temas aqui tratado. Interessante tópico é o destinado às críticas dos entrevistados aos governos militares e as atuações individuais de cada presidente na política. Os erros da “revolução” apontados por integrantes da FFAA surpreendem aqueles que imaginam que os militares fecharam seus olhos a todas as arbitrariedades do regime.

Infelizmente, em decorrência do exíguo tempo destinado hoje em dia para a confecção de uma dissertação, não foi possível analisar as memórias sobre fatos pontuais, como as escolhas dos novos presidentes e dos ministérios, tópicos presentes em algumas entrevistas. Feitas estas ressalvas, caminho às memórias.

¹⁴⁴ In: Indursky, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. São Paulo/Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.12.

IVa- O Governo Castello Branco

Findo o período de transição, teve início o governo do presidente Castello Branco. O legalista general transformara-se em marechal ao desligar-se do Exército para assumir as funções políticas e tentar colocar “a casa em ordem”, com diriam os entrevistados aqui estudados.

Politicamente, o governo do marechal iniciou-se com a formação de uma oposição interna, as primeiras rachaduras do regime militar, quando este nomeou para seu ministério muitos técnicos e políticos com influências menos expressivas dentro do cenário de cada partido, em especial da UDN e do PSD. Economicamente, ao deparar-se com uma conjuntura desanimadora, em que a inflação romperia o marco de 100% ao ano, índice gigantesco, em oposição ao crescimento e ao investimento estrangeiro no país, que caíam vertiginosamente, convocou Roberto Campos e Octávio Bulhões para sua equipe econômica e implementou o austero PAEG¹⁴⁵ (Plano de Ação Econômica do Governo), nada popular, e que foi motivo de desgaste do governo Castello, servindo como alvo de ataques por parte daqueles que haviam apoiado o golpe e a candidatura deste general, com destaque para a classe média e os latifundiários¹⁴⁶. Os depoentes, no entanto, fizeram referências positivas ao plano econômico do primeiro governo militar, pois compreenderam que o período de recessão era necessário para organizar novamente a economia, como atesta o general-de-exército Heitor Furtado Arnizaut de Mattos:

“O Plano de Ação Econômica do primeiro governo da revolução (PAEG) constituiu-se numa tentativa vitoriosa de substituir a paixão pela razão, na direção dos negócios econômicos. Além disso, deu soluções a problemas crônicos, como as regras para a exploração do subsolo, a reforma agrária, com seu Estatuto da Terra, enfim, as primeiras medidas retificadoras da ordem econômica. Foi o Presidente da ‘consolidação da revolução, pela sua autoridade moral e intelectual’ (MOTTA, 2003, t.3; p.35).

¹⁴⁵ Abreu, Marcelo de Paiva. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964. In: *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)*. São Paulo: Campus, 1990.

¹⁴⁶ “A terapêutica sugerida por Roberto Campos era amarga: arrocho salarial, para conter a procura e para sinalizar um panorama favorável aos empresários; extinção dos subsídios sobre o petróleo e o trigo; fim dos tabelamentos que provocavam o desabastecimento nas prateleiras dos supermercados; incentivo às exportações, por meio da desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar; e, por fim, para atrair investidores internacionais, estímulo ao capital de risco no país” (Lira Netto, op.cit.:281).

A caça às bruxas continuava, ganhando força com o apoio popular e os vultuosos Inquéritos Policiais e Militares (IPMs), a criação da Comissão Geral de Investigação (CGI) e a assinatura da lei que impedia o direito de greve no país. O Serviço de Segurança Nacional (SNI), idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva¹⁴⁷, também foi criado logo nos primeiros dias do primeiro governo da “revolução”, e a principal função era espionar políticos e civis, motivo pelo qual possuía agentes infiltrados em toda a sociedade. Poucos relatos nos remetem aos IPMs ou à CGI, entretanto, muitos são os que relembram o SNI, geralmente positivamente e podemos creditar isto ao fato do SNI ter sido criado sob inspiração da Doutrina de Segurança Nacional da ESG, muito popular entre os militares.

Inicialmente pequeno, o SNI cresceu tomando proporções desmesuradas, e dos planos iniciais de ser uma “CIA voltada para dentro” nada restou, afinal devido sua estrutura logística, situava-se entre os dez mais bem equipados serviços de informações do mundo¹⁴⁸. Abaixo os depoimentos do coronel Sérgio Mário Pasquali e do coronel Carlos Alberto Guedes, respectivamente, resumem a opinião majoritária dos entrevistados sobre a necessidade da criação deste órgão e sua funcionalidade:

“Os serviços de informações existem em todos os países do mundo e o governo acaba de recriar, com outro nome, o SNI (refere-se a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN). Não há governo nenhum, não há empresa de grande porte que possam dispensar o serviço de informações. No mundo moderno de hoje é uma necessidade indiscutível” (MOTTA, 2003, t.5; p.210).

“O SNI não era um órgão de repressão, era um órgão de informações, se houve algum exagero, fica por conta de quem talvez não estivesse preparado para desempenhar uma função de tanta relevância, fica por conta de algum elemento que tenha extrapolado nas suas atribuições, tentando consertar, à sua maneira, aquilo que estava sendo feito para impedir o cumprimento das missões: eles fazem isso conosco, vamos fazer com eles” (MOTTA, 2003, t.9; p.274).

¹⁴⁷ Gaspari, op.cit.

¹⁴⁸ idem, ibidem.

Neste cenário interno onde não havia distinção entre os vários tipos de oposição, a atuação na política de todos os que se posicionavam contra o governo tornou-se um risco. Juscelino Kubitschek foi exaustivamente investigado e por fim terminou cassado por Castello, atitude que foi censurada por Geisel, chefe da Casa Militar, mas o presidente havia sido intensamente pressionado pelo seu ministro da Guerra, Costa e Silva, legítimo representante da linha-dura, e por Carlos Lacerda, de forma que assinou a cassação.

O avanço da linha-dura contribuiu para o enfraquecimento do governo Castello e para o aumento das desavenças dentro das Forças Armadas. Costa e Silva ganhava poder a cada investida que Castello fazia no sentido de manter a legalidade e devolver os poderes aos civis, conglomerando em torno de si todos aqueles que se encontravam descontentes com o mandato de Castello Branco, por considerarem-no fraco demais e não atingir os anseios da “revolução”, permitindo a expressão da oposição no Congresso, nos eventos culturais ou na mídia. O pico da discórdia aconteceu quando Castello recusou-se a cancelar as eleições diretas para governadores, fato que culminou com a vitória dos opositores Negrão de Lima, na Guanabara e Israel Pinheiro, em Minas Gerais.

São muitos os depoimentos que confirmam a existência de grupos divergentes dentro das Forças Armadas, em especial entre castelistas e costistas, mas há escassez dos que apontam essa divergência como cisão propriamente dita; a opinião majoritária é a de que as cisões não foram tão profundas a ponto de comprometer a coesão e união das Forças Armadas, que na realidade robusteceram com o golpe de 1964, pois encontravam-se abaladas com as investidas da esquerda, como afirmou o general-de-exército Rubens Bayma Denys:

“Após o sucesso do movimento armado, desapareceram as disputas ideológicas no seio dos seus quadros. Com a saída dos conhecidos militares comunistas, que nós tínhamos, tanto oficiais como sargentos, cessaram as disputas ideológicas no seio das Forças Armadas, com a conseqüente coesão dos quadros militares” (MOTTA, 2003, t.1; p.179).

Uma das poucas opiniões contrárias é a do coronel Jarbas Passarinho, que respondeu negativamente ao entrevistador da Coleção História Oral do Exército

ao ser inquirido sobre o robustecimento da coesão das Forças Armadas pós 31 de março de 1964: “Lembre-se que, logo depois que o Presidente Castello tomou posse, surgiu essa história de ‘linha dura’” (MOTTA, 2003, t.5; p.56).

Aqui percebemos, se não uma outra contradição, ao menos a existência exacerbações nos tons das denúncias quanto às investidas da esquerda dentro dos quadros das Forças Armadas. Em um primeiro momento, a maioria dos oficiais entrevistados afirmou que apesar das tentativas da esquerda em angariar apoio dos militares ao comunismo, essa não logrou êxito pois tanto praças como oficiais eram fiéis à instituição militar e aos valores passados por ela, como demonstra o depoimento do tenente-coronel Odin Barroso de Albuquerque Lima:

“Nas três Forças houve a clara tentativa de criar cisões, inclusive através do processo de jogar os sargentos contra os oficiais, quebrando a hierarquia e a disciplina, que são as pedras basilares das Forças Armadas. Foi um ledro engano deles, porque os sargentos, em sua maioria, sempre foram muito leais e disciplinados. Uma minoria é que poderia estar entrando no canto da sereia” (In: MOTTA, 2003, t.11; p.269).

Entretanto, mais à frente dos depoimentos, esses mesmos oficiais afirmaram que uma das conseqüências positivas da “revolução” foi garantir a volta da coesão nas Forças Armadas, abaladas pela existência de esquerdista dentro de seu quadro. Assim, fica a questão: se poucos eram os que optaram pelo apoio à esquerda, como seriam capazes de causar cizânia em uma instituição tão coesa e fechada como as Forças Armadas? Ou, sob outro ângulo: se não havia dissensões, por que então a necessidade de tantos expurgos?

Já em 1964 a atuação oposicionista de Carlos Lacerda começou a ganhar vulto. Crítico do PAEG, ao qual costumava referir-se como Plano de Adivinhação Econômica, alinhou-se com o passar dos dias aos representantes da linha-dura, exigindo do presidente atitudes mais contundentes no combate a todos aqueles que considerasse inimigo. Constantemente vigiado pelo SNI, Lacerda tornou-se alvo fácil do governo militar, principalmente após a edição do AI-2, onde ficou estabelecida a prorrogação de um ano no mandato presidencial de Castello, tolhendo os anseios do Governador de tornar-se o próximo presidente da república.

Os entrevistados não se mostraram simpáticos ao destino que a “revolução” legou ao governador, consideraram a punição demasiadamente dura e muitas vezes injusta devido a forma com que foi executada. Nas palavras do coronel-aviador Gustavo de Oliveira Borges,

“[...] chegaram até a prender o Carlos Lacerda, pra mim um absurdo completo. Até entendo que ele fosse cassado, porque se colocou numa posição de oposição muito radical e é humano o Costa e Silva ficar revoltado e cassar o Lacerda, mas mandar prender o Lacerda, que não tinha nem um revólver, não tinha um 32 em casa pra se defender de ladrão. Isso foi demais...” (MOTTA, 2003. t.5; p.310).

São poucas as críticas ao primeiro governo militar, mas muitas dentre estas questionam a pequena duração do mandato presidencial de Castello, mesmo após a prorrogação em um ano da legislatura. Os entrevistados acreditam que Castello foi mais prudente e legalista do que o necessário, e que seu mandato deveria ter durado 5 anos, como mandava a constituição da época para qualquer presidente eleito, ao invés de ter proposto apenas terminar o período iniciado por Jango.

“Na minha opinião, o Presidente Castello Branco deveria ter recebido um mandato de 5 a 6 anos e depois fazer uma eleição direta. Mas não tenho dúvida de que ele jamais aceitaria, pois não queria nem a prorrogação de um ano, o que acabou aceitando. Entendo que se isso não houvesse sido feito, muita coisa desagradável teria sido evitada, inclusive a luta interna e o desgaste dos militares teria sido menor (general-de-exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes. In: MOTTA, 2003, t.10; p.39).

A imagem do general como presidente é sempre de um homem seguro, imperturbável, sem medos. “O imaginário obscurece todos os impasses próprios da condição política e as mudanças que ocorrem na personalidade durante uma trajetória de vida [...]” (Janotti, 1998, p.118). O Castello anti-tenetista dos anos 30, o militar legalista, o líder ponderado e antigolpista ou mesmo o astuto conspirador confunde-se com o presidente Castello de abril de 1964 a março de 1967. É como se Castello tivesse permanecido o mesmo durante toda sua vida, inabalável às mudanças provocadas pela vivência, tempo e trajetória de vida. Por

fim, abundam os depoimentos elogiosos sobre o governo exercido por Castello Branco:

“Tendo assumido o governo num momento extremamente difícil, com o País politicamente conturbado, Castello Branco evitou muitos problemas, por ser conciliador, pela capacidade de comando e liderança, inclusive sobre os civis. Conduziu um governo que operou verdadeira transformação e pacificou a Nação. Pra mim, o grande homem da Revolução foi o General Castello Branco” (general-de-exército Domingos Miguel Antonio Gazzineo. In: MOTTA, 2003, t.4; p.37)

IVb – Governo Costa e Silva

O período em que o país esteve nas mãos do general Costa e Silva foi marcado pela volta das agitações sociais. Crises sobrepunham-se, seja na área militar, seja na civil, e o general não conseguia lidar com as atribuições naturais de qualquer governo, em especial de uma ditadura. Como agravante Costa e Silva não era dotado do mesmo carisma que Castello, nem despertava nos subordinados a devoção que o primeiro presidente conseguira; era considerado preguiçoso, revolucionário de “última hora”¹⁴⁹ e ridicularizado pela sua fraqueza, reconhecidamente o jogo. O depoimento do tenente-coronel Affonso Taboza Pereira nos ratifica seu despreço pelo general Costa e Silva e sugere que a ascensão deste não se deu devido os méritos políticos, militares e pessoais do general, mas graças à crise que havia se instalado no governo anterior:

“O presidente Costa e Silva não era um estadista, não estava preparado e era ambicioso. Sabendo que Castello tinha os dias contados, preparou-se para sucedê-lo. O Presidente Castello Branco discordava da sua pretensão, mas, infelizmente, a conjuntura político-militar levou Costa e Silva à Presidência” (MOTTA, 2003, t.12; p.222).

¹⁴⁹ Em depoimento, o general Cordeiro de Farias narra um encontro realizado entre ele, Riograndino Kruehl e Costa e Silva, dias antes do golpe, em que afirma: “eu disse a Riograndino: ‘precisamos colocar a Revolução na rua’. Costa e Silva, *que nunca deu um só passo em prol da Revolução*, reagiu: ‘Você continua maluco. Ninguém quer fazer a revolução’” (Camargo & Góes. *Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p.493, grifo meu).

É possível que o julgamento sobre o caráter de Costa e Silva tenha sido realizado após o término do seu mandato, ou mesmo do regime militar, quando descontentes com o rumo político do país, muitos militares creditaram aos hábitos e ambições do general o fracasso na contenção da esquerda, algo só conseguido anos mais tarde com o presidente Médici. Seria, assim, mais um caso onde a memória, além de sofrer com a posterioridade da sua construção, foi reordenada em face aos acontecimentos no decorrer do regime militar.

Para muitos dos entrevistados, a mudança na direção do regime ficaria clara assim que Costa e Silva tomou o poder. Sua ligação com a linha dura, que o via como um aglutinador das tendências direitistas mais radicais, bem como as demonstrações públicas do apreço a idéia de endurecimento do regime¹⁵⁰ quando ainda ministro do Exército no governo anterior, sinalizavam para o aumento da opressão: “com a ascensão de Costa e Silva, ficou claro que o regime mudava de perfil: aparecia a chamada ‘linha dura’, disposta a radicalizar a Revolução” (coronel José Firmino Dias Lopes. In: MOTTA, 2003, t.12; p.201).

Contudo, a mudança no aspecto da “revolução” com a tomada de poder pela linha dura é bem quista por parte dos entrevistados. Ainda que em minoria, encontramos entre os depoentes admiradores incondicionais de Costa e Silva, que inclusive lamentam-se por não ter sido este o primeiro presidente do governo militar, porquanto este período, considerado a fase mais aguda do regime, deveria ter sido governado por mãos mais firmes, como a de Costa e Silva.

O avanço da oposição ao regime, que perdera parcela significativa do apoio advindos da classe média, da igreja e dos estudantes, posicionados agora definitivamente como contrários ao regime militar¹⁵¹, culminaram como a Passeata dos Cem Mil, o Congresso da UNE em Ibiúna e os primeiros atos terroristas mortais da esquerda. O coronel Hélio Lourenço Ceratti concedeu à oposição a dianteira na prática de atos terroristas: “A prática do terrorismo, segundo meu entendimento, foi uma iniciativa deles [esquerda]. E a combatemos com uma contra-ação defensiva. Quem começou este confronto de violência foram os esquerdistas” (MOTTA, 2004, t.13; p.192).

A repressão policial e militar violenta que havia decrescido no final do governo Castello, estava de volta, intensificada pelo ódio que as paixões políticas

¹⁵⁰ Gaspari, op.cit.

¹⁵¹ Ventura, Zuenir. 1968: O Ano que Não Terminou. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

e arroubos de uma juventude reprimida podiam incitar. O Estado, responsável pela segurança dos cidadãos, passou a torturá-los novamente, como havia sido prática na ditadura Vargas. Para os entrevistados, as atitudes oposicionistas da esquerda eram provas da presença comunista no país, que encontrava-se em especial – como mostrado também no capítulo 2 – infiltrado entre os estudantes, os quais, influenciados pelo cenário internacional, reagiam violentamente às medidas governamentais, justificando assim o endurecimento do regime, como atesta o depoimento do ex-presidente, general Ernesto Geisel:

“Era, de fato, um clima de radicalização, uma reação contra o governo. Na realidade, os acontecimentos em outros países, particularmente na França, promovidos principalmente pela classe estudantil, fortemente infiltrada e seduzida por agentes comunistas, estimularam e incentivaram os estudantes brasileiros. E evidentemente o governo, tanto quanto possível, fez a repressão” (D’Araújo e Castro, 1997)

O número de presos políticos cresceu assustadoramente, assim como o de “suicídios” ocorridos nas dependências do Exército ou da Polícia Militar¹⁵². A prática passou a ser utilizada como técnica de interrogatório e ocorria sempre nos porões da ditadura, longe dos olhos das autoridades superiores, não se sabe se com o intuito de escondê-la destas autoridades ou se, caso realizada com o seu aval, ao menos se apresentar como prática desconhecida e desautorizada pelos comandantes da máquina pública.

Porém, não podemos dizer que os indivíduos que cometiam os chamados exageros eram reprimidos pelos altos escalões militares, já que esse período foi marcado pela impunidade¹⁵³. A percepção da erosão da capacidade de gerenciamento político do regime, ampliada pelas dissidências da direita, acabou por gerar um golpe dentro do golpe¹⁵⁴ - o Ato Institucional número 5 - cujo pretexto foi o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, em que o deputado fez inferência às torturas praticadas durante o regime militar e aludia a necessidade da população se organizar em movimentos que manifestassem seu descontentamento com a situação. De acordo com os depoentes, após este

¹⁵² Gaspari, op.cit.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Reis, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: As reconstruções da Memória*. In: *1964-2004. 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

discurso ficara evidente a subversão da ordem causada pela infiltração comunista dentro do Legislativo. O coronel Carlos Alberto Guedes foi um dos entrevistados a lembrar-se do discurso do deputado como estopim da edição do referido ato institucional:

“Aquele problema do Márcio Moreira Alves, que desaguou no AI-5, podia não ter acontecido se as condições fossem diferentes, mas foi mais uma ‘pontada’, além das que já haviam sido dadas pelas armas – assaltos, assassinatos, explosões de bombas, atentados, ações criminosas de todo o tipo com o uso de força” (MOTTA, 2003, t.9; p.274).

No dia 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, Costa e Silva assinou o 5º Ato Institucional do governo militar. O Congresso foi fechado por tempo indeterminado, os direitos políticos, as liberdades de expressão e reunião e, principalmente, o habeas-corpus, foram suspensos¹⁵⁵. Imediatamente os censores estabeleceram-se nas sedes de jornais, revistas, rádios e televisão. O ato revelava as debilidades da ditadura, aprofundava suas contradições internas e conseguiu ampliar a oposição à ditadura. Não obstante, os depoentes julgam-no como resposta à ofensiva da esquerda - um instrumento capaz de garantir a liberdade de ação dos militares contra os comunistas, ou ainda, uma solução para as convulsões político-sociais, de forma que a pluralidade das entrevistas declara-se favorável a sua assinatura, como o general-de-brigada Acrísio Figueira e o coronel Carlos Alberto Guedes, cujos depoimentos estão transcritos abaixo:

“O AI-5 foi a maneira que o governo encontrou de dar um basta naquilo tudo [greves estudantil, sindical, passeatas], sobretudo nos atos terroristas. Porque, àquela altura, parte da imprensa já era favorável aos extremistas, porque já estava sofrendo o processo de infiltração e parcela da Igreja mudara de posição, ficando também ao lado deles. (MOTTA, 2003, t.14; p.148).

“Foi mais do que necessária, foi uma solução de momento imprescindível porque as forças já estavam em campo bem definidos, havia a guerra interna, uma guerrilha ativa, uma guerrilha que estava usando até os meios de comunicação e o próprio Congresso para deturpar os fatos; então, precisava de

¹⁵⁵ Para o AI-5 ver Gaspari, op.cit.

um regime de exceção, para poder dar força ao processo revolucionário, dar força ao governo” (MOTTA, 2003, t.9; p.273).

O AI-5 foi a radicalização da ditadura, libertou-a das “amarras da legalidade” (GASPARI, 2002b), institucionalizou a tortura como método de investigação e iniciou os Anos de Chumbo. Apesar de reconhecida dura, a medida do governo não foi considerada demasiada ou desnecessária para todos os entrevistados; raros são os que consideram o AI-5 um erro. Entre os entrevistados que se enquadram neste perfil, encontramos o general-de-brigada Ferdinando de Carvalho: “O Ato Institucional no 5, por exemplo, penso não ter sido necessário, porque a própria constituição continha dispositivos que permitiam combater a ‘onda subversiva’” (MOTTA, 2003, t.2; p.160).

É muito provável que outros além do general Carvalho possuíssem conhecimento dos vários instrumentos legais que poderiam ter sido utilizados a fim de que o AI-5 não fosse editado, no entanto mais uma vez a seletividade da memória impediu que tais possibilidades fossem tomadas em conta no momento da entrevista. Os depoentes, provavelmente de forma inconsciente, enxergam o Ato Institucional como inevitável, último recurso utilizado por um governo em que as agitações chegaram ao limite, de forma que justificam através do discurso oficial de 1968 o ato arbitrário do segundo governo militar.

É interessante observarmos que, apesar das pronúncias em apoio ao AI-5, muitos são os que criticam o governo Costa e Silva. Tendo em conta que praticamente inexistiram relatos destacando questões econômicas e que as críticas são, em sua maioria, destinadas ao avanço da linha dura, só podemos concluir que a reprovação do segundo governo militar decorre do endurecimento do regime. Não obstante, as críticas não são diretas. Isto me levou a pensar que apesar de discordarem do AI-5, poucos são os que ousam fazê-lo publicamente, afinal isso seria admitir as arbitrariedades e abusos do período militar, e por fim no reconhecimento do regime como uma ditadura propriamente dita, o que invalidaria todo um esforço realizado pela instituição e seus membros a fim de negar a interrupção do processo democrático no Brasil em 1964 e mesmo em 1968.

Tal fato está ligado às próprias convicções militares, que prezam pela democracia – apesar de terem uma compreensão particular do que ela significa –

e afirmam ter o endurecimento, paradoxalmente, servido para manter o regime democrático e a legalidade em vigor, interrompendo o avanço comunista cuja pretensão era instituir uma ditadura de esquerda através de um golpe - este sim - arbitrário. O depoimento do general-de-brigada Álvaro Nereu Klaus Calazans ilustra com precisão esta passagem:

“É evidente que a escalada revolucionária foi a maneira da Revolução e dos governos institucionalizados se armarem para fazer frente ao terrorismo. Não havia outra alternativa a não ser o fortalecimento do poder, amparado em atos legais. Essa reação deixa à mostra o caráter legalista dos governos da Revolução” (MOTTA, 2003. t.8; p.301).

Uma das decisões mais criticadas pelos depoentes referentes ao período governado por Costa e Silva foi a cassação de Carlos Lacerda. A trajetória deste político foi admirada por muitos militares, mas sua ânsia oposicionista, considerada uma glória em tempos de Getúlio Vargas e João Goulart, deixou de ser bem-quista pelos entrevistados a partir do golpe militar. Ainda em 1964, a atuação oposicionista de Lacerda começou a ganhar vulto. Constantemente vigiado pelo SNI, Lacerda tornou-se alvo fácil do governo militar, principalmente após a edição do AI-2, em que ficou estabelecida a prorrogação de um ano no mandato presidencial de Castello, tolhendo os anseios do Governador de tornar-se o próximo presidente da república. Seus incessantes ataques à política desenvolvida pelos presidentes militares, contudo, deixou de ser relevada com a edição do AI-5, e assim, Lacerda foi obrigado a retirar-se não apenas da vida política nacional, mas de seu próprio país, sendo exilado.

Os entrevistados não se mostraram simpáticos ao destino que a “revolução” legou ao governador, consideraram a punição demasiadamente dura e muitas vezes injusta – não tanto pela punição em si, mas devido à forma com que foi executada. Nas palavras do coronel-aviador Gustavo de Oliveira Borges,

“[...] chegaram até a prender o Carlos Lacerda, pra mim um absurdo completo. Até entendo que ele fosse cassado, porque se colocou numa posição de oposição muito radical e é humano o Costa e Silva ficar revoltado e cassar o Lacerda, mas mandar prender o Lacerda, que não tinha nem um revólver, não tinha um

32 em casa pra se defender de ladrão. Isso foi demais...” (MOTTA, 2003. t.5; p.310).

Destarte, a expulsão daquele que por muitos anos foi porta-voz da oposição militar aos governos civis instituídos antes do golpe abriu espaço para que as memórias daqueles que não simpatizavam com as investidas da linha-dura criticassem também outras decisões de Costa e Silva e o colocassem em posição de inferioridade moral ao seu antecessor na presidência da república.

Desta forma, geralmente, a atuação de Costa e Silva frente a presidência não foi vista da mesma forma positiva como a de Castello, dado que foi no segundo governo que ocorreu verdadeiramente o endurecimento com a edição do Ato Institucional número 5. O país caíra em uma ditadura, algo que poucos militares entrevistados reconheceram, e a maioria condenou¹⁵⁶. Os depoimentos do coronel Roberto Monteiro de Oliveira seguido pelo do coronel Pedro Américo Leal iluminam-nos com suas perspectivas comparativas:

“O governo Castello Branco foi excepcional; interpreto como uma escolha da Providência Divina. Podemos nos orgulhar. Um homem talhado para aquela quadra histórica. Fez rigorosamente tudo o que era necessário. Entregou o governo nas mãos do General Costa e Silva, um homem de bem, um militar que amava o Exército e o País, mas de competência política duvidosa. Foi um governo fraco” (MOTTA, 2004, t.13; p.218).

“O Costa e Silva se deixou levar muito pela turma dele e do Portella, a dos bons amigos. Na verdade ele não pode ser comparado ao Médici nem ao Castello Branco” (MOTTA, 2003, t.13; p.251).

IVc- Governo Médici

O período áureo da ditadura teve como governante o general Emílio Garrastazú Médici. Sob seu comando, a economia brasileira cresceu a níveis

¹⁵⁶ Os entrevistados fizeram questão de ressaltar o caráter democrático da “revolução”, de forma que admitir a existência da ditadura tornaria o argumento incongruente. Presos à história oficial do Exército sobre o golpe e ao imaginário repassado pelos anos de quartéis, não são capazes de tecer críticas contundentes à imposição do AI-5 e, menos ainda, de admitirem a vigência de um regime ditatorial nos anos 64-85. Encontramos fortes indícios de batalhas travadas internamente por cada entrevistado, na tentativa de justificar as quebras da legalidade, os atropelos à constituição e as arbitrariedades do regime, tudo a fim de não admitir a vigência de uma ditadura no Brasil implantada pelos militares.

jamais alcançados, o que lhe rendeu a alcunha de período do milagre econômico brasileiro, e no qual, em contrapartida, a repressão foi brutalmente expandida, culminando com a transformação da tortura em rotina nos quartéis e delegacias, motivo pelo qual o período também é conhecido como os anos de chumbo. O milagre econômico foi a mordada dos porões. É como se os avanços econômicos justificassem todas as barbaridades cometidas dentro dos DOI-CODIs, em Xambioá, no Araguaia ou em tantos outros locais onde a repressão se fez sentir. A oposição, que pedia democracia como meio de alcançar desenvolvimento econômico, repentinamente ficou sem argumentos, pois Médici proporcionara progresso em meio a um regime ditatorial¹⁵⁷.

Médici não foi um militar como Castello ou Costa e Silva; jamais conspirou e viveu longe dos centros de decisões políticas. Pouco conhecido no Exército, teve seu momento de glória no episódio do dia 1º de Abril, quando empregou os cadetes da AMAN em ofensiva contra as tropas do general Âncora, em apoio às de Krueel. Dentre os presidentes militares, foi o único a não ter seu nome citado pelos depoentes da Coleção História Oral entre os conspiradores antijanguistas; todavia, foi o mais citado quando o assunto era desenvolvimento econômico. De fato, entre os entrevistados Médici foi o presidente com menos críticas, em todos os aspectos da sua gestão. Sobre a economia no período Médici, escreveu Gaspari:

“Vivia-se um ciclo de crescimento econômico inédito na história nacional. Desde 1968 a economia mostrara-se não só revigorada, mas também reorientada. O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. Depois de quinze anos de virtual estagnação, as exportações chegaram a 1,8 bilhão de dólares, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. A taxa de poupança bruta ficara em 21,3%, índice jamais atingido e jamais igualado. A indústria automobilística estava em pleno vapor, e a construção civil entrara em tal atividade que faltou cimento. Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul” (GASPARI, op.cit, p.208).

¹⁵⁷ Gaspari, op.cit.

Na memória dos militares entrevistados, o êxito econômico sobrepõe-se ao retrocesso político, até mesmo porque os entrevistados não compreendem o aumento do número de presos e mortos pelo regime, através de práticas ignóbeis, como um retrocesso político e social, mas sim como avanço no combate ao inimigo comunista que batalhava pelo fim da democracia. A avaliação positiva de Médici conseguiu apoio até mesmo de militares castelistas, não deptos da linha dura seguida pelo presidente, como é o caso do Coronel Pedro Américo Leal: “Apesar de eu ser ‘castellista’ [...] Para mim [Médici] foi o maior presidente do Brasil; não hesitava, sempre tomava posição (MOTTA, 2003, t.13; p.253).

O fato de haver conseguido desenvolver economicamente o país no período de maior audácia da esquerda, com a explosão das guerrilhas, entre elas Xambioá e Araguaia, é motivo de glorificação da política de Médici, mais duro do que Costa e Silva e que usava o AI-5 sem cerimônias¹⁵⁸. Para os entrevistados, não obstante as tentativas de boicote do governo, realizadas pela oposição, Médici conseguiu feitos que jamais outro presidente repetiria, fato este que provaria o acerto de suas decisões políticas. O depoimento do General-de-Brigada Dickens Ferraz, que partilha da visão acima exposta, cita as guerrilhas como entrave superado ao desenvolvimento econômico graças as ações enérgicas do presidente:

“[...] o presidente Médici, não preciso dizer, pois todos conhecem o período do ‘milagre brasileiro’. Hoje, se repete isso como uma galhofa. Um governo que enfrentou guerrilha, mas manteve o desenvolvimento, em todos os setores, altamente significativo” (MOTTA, 2003, t.5; p.150).

Outro fator pelo qual o governo de Médici foi lembrado refere-se a campanha patriótica desenvolvida por ele. Insuflando os ânimos dos brasileiros, Médici unia o avanço econômico ao bom desempenho na Copa de 1970, construindo a imagem do Brasil-potência, o país que “vai pra frente”. Ao lado de cartazes com fotos dos terroristas de esquerda procurados pela polícia, era comum aparecerem propagandas do governo, com frases de efeito como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “O Brasil é feito por nós” ou ainda “Você constrói o Brasil”.

¹⁵⁸ Médici teria dito certa vez aos seus ministros: “Eu tenho o AI-5 nas mãos, com ele posso tudo”. Essa frase foi repetida anos depois em entrevista que concedeu a Antonio Carlos Scartezini: “Eu tinha o AI-5, podia tudo”. Citado em Gaspari, 2002b, p. 130-131.

Para os militares, as campanhas do governo buscavam reafirmar a identidade nacional, em risco graças à infiltração comunista no país, que contaminava nocivamente os jovens fazendo-os esquecerem-se de que, acima de tudo estava a pátria. Esse ufanismo patriótico, comum aos militares, está presente também nos entrevistados pela Coleção História Oral, como ilustra o trecho abaixo, reproduzido da entrevista do contra-almirante Luiz Pragana da Frota:

“O governo Médici foi de grande progresso para o País, a melhor fase de todos os governos revolucionários. O índice de crescimento da economia brasileira foi superior a 10% ao ano e *principalmente*, houve um grande desenvolvimento do espírito e orgulho nacional” (MOTTA, 2003, t.14; p.172, grifo meu).

Por fim, através das memórias tornou-se nítida a primazia dos aspectos econômicos em detrimento dos políticos como fator de análises do desempenho do governo Médici, Este, aliás, será o item mais lembrado pelos militares quando interrogados sobre a maior contribuição dos militares para o país, tópico que veremos mais adiante. Para os entrevistados, o governo Médici deve ser lembrado principalmente pelo milagre econômico, mas também pela bravura com que combateu os subversivos, o sucesso do país nos esportes e a excelente aceitação do presidente pela opinião pública.

Os dois últimos governos do regime militar, Geisel e Figueiredo, são os que receberam as piores avaliações na opinião dos entrevistados, não obstante os fartos elogios destinados à figura pessoal e militar de cada um desses presidentes. Os depoentes imputam o insucesso desses governos ao desgaste natural que teria sofrido o regime em decorrência do excessivo tempo em que os militares mantiveram-se no poder. Para ampla parcela dos entrevistados, o período “revolucionário” deveria ter terminado bem antes de completar seus 20 anos, como exemplifica o depoimento do coronel Ney Salles: “julgo, pois, que a Revolução de 31 de Março de 1964 se demorou muito tempo no governo do País e por isso desgastou-se desnecessariamente” (MOTTA, 2003, t.14; p.248). De acordo com o Major-Brigadeiro-do-Ar Max Alvim, outro grande problema foi o avanço, permitido pelos presidentes, do poder dos políticos civis, que passaram a

interferir com veemência nas questões políticas: “Devo dizer que os dois últimos presidentes não foram bem escolhidos. Deixaram-se levar pela manha dos políticos profissionais” (MOTTA, 2003, t.10; p.84). O coronel Luiz Mario Portocarrero de Castro Sá Freire vai além, asseverando que o desgaste e a perda de poder culminaram na adoção de medidas demagógicas que recuaram nos avanços conseguidos pelo trabalho dos três governos anteriores:

“A partir daí [fim do governo Médici] a Revolução de 31 de março começou a caminhar pra trás. Para tentar manter-se com algum apoio político aparente, começou-se a falar em anistia. Fomos perdendo, um a um, todos os valores arduamente conquistados, até desaguar, após o final do período revolucionário, neste estado de coisas [...]” (MOTTA, 2003, t.11; p.177).

Por fim, o coronel Tomás de Aquino Carvalho Lima Sampaio lamentou os dois últimos governos militares, tentando exprimir com suas palavras a impressão dos militares sobre os anos derradeiros do período militar:

“Não queria ser tão contundente, mas [a saída] foi desastrosa. A saída, depois do Geisel, Geisel e o Figueiredo, foi um final muito melancólico, triste mesmo. Não estavam a altura de tudo aquilo que nós fizemos, de todos os riscos que nós corremos. Foi uma grande decepção, uma grande amargura para todos nós” (MOTTA, 2003, t.10; p.400).

IVd-Governo Geisel

O governo Geisel deu início ao processo de transição da ditadura para a democracia, fazendo-a de maneira “lenta, segura e gradual” de acordo com as palavras do próprio presidente, buscando preservar a instituição e mantendo a coesão, ao menos aparentemente¹⁵⁹. Geisel foi o presidente incumbido de apaziguar os ânimos dos “duros”, contendo os radicais que se opunham à volta dos civis ao governo, oposição que alguns externalizaram através da prática de atos terroristas, como explosões de bombas, seqüestros e ameaças, e para muitos significou o fim da fase dura do regime, trazendo de volta ao poder os ideais revolucionários de Castello, como ilustra o depoimento do general-de-divisão

¹⁵⁹ D’Araújo, Maria Celina. Geisel e Figueiredo e o Fim do Regime Militar. In: *1964-2004: 40 Anos do Golpe*. Rio de Janeiro:7 Letras, 2004.

João Carlos Rotta: “O Presidente Geisel era um homem preparado para a Presidência. Seu governo significou a volta do ‘castelismo’ ao poder” (MOTTA, 2003, t.8; p.150).

Algumas ações do presidente foram fundamentais para o processo de distensão ter logrado êxito, e entre elas encontramos a reposição da autoridade presidencial sobre as Forças Armadas, bem como as negociações com as classes políticas¹⁶⁰. O processo de abertura não foi homogêneo, fez-se na base dos avanços e recuos, avançando quando os objetivos do governo eram impostos e recuando quando o governo percebia que poderia perder o controle da e para a oposição. Na realidade, Geisel comandava seu governo com mãos de aço. O depoimento do Coronel Hélio Lourenço Ceratti resume brevemente quais foram as principais lembranças dos militares quando remetidos a presidência Geisel: “Foi um presidente atuante, criativo e austero. [...] Dentro do possível preparou o País para a redemocratização” (MOTTA, 2003, t.13; p.193).

Com relação a economia, no primeiro ano de governo, Geisel conseguiu manter os índices de crescimento do período do milagre, tendo o PIB crescido 9,6%, enquanto a inflação subiu 35%, número superior ao projetado pelo ministro Simonsen, que era de 20%¹⁶¹. Entretanto, o rápido crescimento do Milagre e a ocupação total da capacidade ociosa, que gerou a situação de pleno emprego, acabaram por culminar no aparecimento de desequilíbrios e conseqüentes pressões inflacionárias. A manutenção do ciclo de desenvolvimento, que dependia cada vez mais da situação externa para garantir uma situação interna favorável¹⁶², foi interrompida pela crise do petróleo em 1973, quando o preço do barril quadruplicou, acelerando ainda mais o processo inflacionário no Brasil e a transferência de recursos reais ao exterior. Em um primeiro momento o governo optou por contornar a crise através do controle das demandas, entretanto, percebendo que a manobra mostrara-se inócua, lançou mão da alternativa de investimento, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Assim, o Estado transformou-se no maior investidor do país, elevando rapidamente a dívida externa da Nação.

¹⁶⁰ Gaspari, A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

¹⁶¹ Gaspari, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

¹⁶² Vasconcelos, Marco Antonio Sandoval et all (org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo:Atlas, 1999.

Desta forma, Geisel foi o general que mais estatais criou, pois acreditava que “o Estado tem que dirigir”¹⁶³. A “solução” estatizante foi aplaudida por alguns depoentes, cujas queixas se fazem no sentido de criticar o empresariado quando afirmam que este não tem o mesmo interesse pelo desenvolvimento do país que o governo, de forma que está apenas preocupado com o sucesso próprio. A crítica aos políticos, mais uma vez foi realizada, como ratifica o depoimento do General Rotta, já citado acima dando suas impressões sobre a figura de Geisel:

“*Centralizado, estatizante, [o governo Geisel] foi prejudicado pela crise do petróleo Alguns de seus ministros também não corresponderam. Sua equipe era mais fraca do que a do governo anterior. Ainda assim realizou uma administração fecunda e deu os primeiros passos para a abertura política no país*” (MOTTA, 2003, t.8; p.151, grifo meu).

Ainda assim, vários foram os avanços do período, como lembrou o Coronel Expedito Bandeira de Araújo:

“No governo do presidente Geisel podemos destacar a introdução dos contratos de risco na exploração de petróleo, a divisão do Mato Grosso em dois Estados, o programa de planejamento familiar, o programa nuclear, a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o restabelecimento das relações diplomáticas com a própria China” (MOTTA, 2003. t.6; p.157).

Para o coronel Hélio Mendes, no entanto, a gestão Geisel foi em grande medida responsável pelo esgotamento da “revolução”. Listando os erros do período militar - em que pese a ausência de comentários sobre os presidentes linha-dura, pela qual o coronel nutria simpatia - ele afirmou que, além dos erros políticos de Castello, da recessão e da apatia do governo Figueiredo, outros fatores responsáveis pelo desgaste do regime foram: “os graves erros políticos do Governo Geisel; a desmedida ambição da política econômica de Geisel; a má condução do processo de abertura política no governo Geisel” (MOTTA, 2003, t.1; p.;267). O coronel continuou:

¹⁶³ D’Araújo & Castro (orgs). *Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

“Dizem que tenho má vontade em relação ao governo Geisel, mas a grande realidade é que todas as suas decisões, de longo alcance, desde seu tempo de presidente da Petrobrás, deram maus resultados. Logo no início do seu governo, aquela decisão de favorecer o MDB levou a uma tragédia política. Pode-se dizer que marcou e condicionou todo o seu período de governo e o subsequente, do Presidente Figueiredo” (idem, p.267).

O processo de abertura, bem avaliado por civis que se dedicaram ao seu estudo¹⁶⁴, foi criticado por poucos depoentes, entre os quais figura o coronel José Antônio Bayma Kerth, cuja opinião é a de que Geisel excedeu-se no intento de abrir o regime, cometendo por conta disso algumas injustiças, como a punição de militares, o que contrariava todas as práticas políticas adotadas pelos presidentes militares anteriores:

“O General Geisel, entretanto, dentro deste intento de promover a abertura política, a meu ver cometeu um excesso. Quando morreu o jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, de imediato demitiu o Comandante do II Exército, o general D’Avila Melo, sob todos os aspectos um oficial digno, febian, um militar de muito valor” (MOTTA, 2003, t.4; p.108).

Geisel enfrentou em seu mandato a mais grave crise política dos governos militares, que culminou na demissão de seu ministro do Exército, general Sylvio Frota, participante da linha dura e que, não obstante, iniciado o processo de abertura política pelo presidente, teimava em alegar a necessidade da manutenção de um regime duro e fechado, sob ameaça do avanço da esquerda. Frota pretendia-se o futuro presidente, iniciou campanha à revelia de Geisel, atacando o seu governo e acusando-o entre outras coisas de ser condizente com a subversão¹⁶⁵, o que criou desagradável situação ao presidente.

Sobre essa questão, não são muitos os depoentes que emitem opinião, na realidade o assunto parece ter sido propositalmente esquecido pelos entrevistados - em mais uma exemplar demonstração da arbitrariedade da memória - suponho que por manchar a imagem de coesão que buscavam atribuir ao governo militar e ao Exército quando seus representantes encontravam-se no poder. Mesmo quando

¹⁶⁴ D’aráújo, op.cit..

¹⁶⁵ Para a crise Geisel-Frota, ver: Frota, Sylvio. *Ideais Traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; Gaspari, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; D’Araújo & Castro (orgs.). *Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

o episódio é lembrado, os depoentes eximem-se de emitir um longo parecer sobre a atitude dos generais Geisel ou Frota, citando o fato e dando apenas algumas de suas impressões sobre ele, não se alongando no assunto, como fez o coronel José Antônio Bayma Kerth: “a demissão do Ministro Frota, foi, segundo penso, outro erro cometido durante a Revolução” (MOTTA, 2003, t.4; p.108).

Os entrevistados não narraram minuciosamente os processos de escolha dos presidentes Médici, Geisel ou Figueiredo; as narrativas fluem automaticamente para as lembranças sobre o período governado, os feitos do governo, e não para as minúcias políticas tão significativas, porém que poucos demonstraram disposição para se atermem pois implicaria julgamento de valores sobre decisões tomadas por superiores hierárquicos¹⁶⁶. Ainda assim, conseguimos encontrar alguns depoimentos em que a decisão de Geisel foi recriminada, como é o caso do comentário realizado pelo general Álvaro Nereu Klaus Calazans: “o seu pecado [de Geisel] foi ter indicado o General Figueiredo para sucedê-lo” (MOTTA, 2003, t.8; p.302).

IVe - Governo Figueiredo

Neste clima de descrença, desgaste e divisões foi que assumiu o General Figueiredo, em cujo curriculum encontramos a chefia do Gabinete Militar no governo Médici e a chefia do SNI no governo de seu antecessor. O último governo do ciclo militar foi disparadamente o mais infeliz dentre todos os outros, de acordo com as memórias. Além das crises econômicas e da doença do presidente, Figueiredo foi responsável pela anistia, que não foi bem recebida pelos militares, afinal inocentava tanto civis quanto militares dos crimes praticados durante o período.

A figura de Figueiredo era muito distinta daquelas apresentadas pelos outros chefes militares que ocuparam o Palácio do Planalto. “Era um interlocutor direto. O general queixava-se do seu próprio temperamento: ‘tenho um gênio [...], eu sou um sujeito impulsivo que de vez em quando faço besteiras e depois me arrependo e sou meio violento” (GASPARI, 2004:436). Apesar de sua

¹⁶⁶ É importante percebermos que, ainda que estivessem em função política e despidos da farda, fato ao qual os depoentes dão grande importância, pois simbolizaria a intenção de se realizar um governo do povo brasileiro e não do Exército, todos os presidentes militares são tratados pelas patentes, respeitando-se as regras hierárquicas.

personalidade forte ter entrado para a história, poucos são os que a rememoram, sendo novamente o general Álvaro Nereu Klaus Calazans, uns dos poucos a lembrar deste fator como sendo limitador para o exercício da função ao qual Figueiredo havia sido designado: “sua personalidade explosiva não se adaptava de forma adequada ao cargo de Presidente” (MOTTA, 2003, t.8; p.302).

A maior parte dos entrevistados fez alusão a existência de dois Figueiredos, um antes e outro após a posse da presidência. Geisel, que o indicou como seu sucessor e Golbery, acreditavam na tese de que o general tivera sua personalidade alterada com o exercício do poder: “esse não é o Figueiredo que conheci” teria dito Golbery¹⁶⁷, enquanto Geisel afirmou: “naquela época Figueiredo era outro, não era o Figueiredo que surgiu no governo”¹⁶⁸. Para os depoentes, no entanto, a explicação não seria psicológica, mas sim biológica, tendo em vista a enfermidade que acometeu o presidente no segundo ano do seu mandato, por muitos considerada a causa pelo mal desempenho do presidente que teria deixado de interessar-se por questões políticas frente ao seu grave e delicado estado de saúde, como acreditava o coronel Luiz Marques Tavares: “A conduta do presidente Figueiredo deixou muito a desejar, principalmente depois da cirurgia, pois deu a entender que contava os dias para deixar o governo” (MOTTA, 2003, t.6; p.231). O depoimento do coronel-aviador Gustavo Eugênio de Oliveira Borges reitera tal afirmação:

“Ele [Figueiredo] era muito inteligente, mas logo no início do governo ele teve aquele infarto, foi parar naquela clínica americana para fazer não sei quantas safenas.... [...]. Por isso ele começou a fazer coisas erradas, já na segunda metade do seu governo. Fez muita bobagem, infelizmente, fruto da enfermidade, porque, antes, ele era bem diferente” (MOTTA, 2003, t.10; p.312).

O governo de Figueiredo iniciava-se com o fim do tom otimista que havia concluído a economia do período Geisel; os desequilíbrios internos que caracterizaram o fenecimento do regime começaram a explodir¹⁶⁹. Inflação,

¹⁶⁷ Gaspari, 2004, p.444.

¹⁶⁸ D’Araújo & Castro, op.cit.

¹⁶⁹ Carneiro, Dionísio, Dias & Modiano, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)*. São Paulo: Campus, 1990.

acordo com o FMI, elevação de carga tributária, estagnação econômica seguida de recessão, e por fim, o término do mandato com altas inflacionárias que ditaram as políticas econômicas dos anos seguintes, são as características econômicas mais marcantes deste que foi o último governo militar do país. Não obstante, poucos foram os entrevistados que se detiveram na análise da conjuntura econômica; a maioria optou por falar sobre as questões políticas e dentre elas a anistia é a preferida. Sobre a recepção do processo de anistia entre os militares, o depoimento do brigadeiro-do-ar Márcio César Leal Coqueiro é expressivo:

“Pessoalmente, *fomos e somos* contrários à decisão de dar prosseguimento a esse processo de anistia que beneficiava subversivos e terroristas, envolvidos e responsáveis pelo cometimento de crimes hediondos, rotulados de oposição à ‘ditadura’” (MOTTA, 2003, t.10; p.101, grifo meu).

A Lei da anistia, aprovada em 28 de agosto de 1979, propunha a remissão recíproca, ou seja, o perdão aos crimes cometidos pelos civis e militares, pela esquerda revolucionária e pelos agentes da repressão. Se por um lado a Lei da Anistia decepcionou aqueles que sofrem com a perseguição política, por outro revoltou parte dos militares cujas crenças seriam de que com a anistia estariam sendo perdoados aqueles que cometeram crimes contra a pátria. De ambas as partes entendia-se que a Lei beneficiava as vítimas e seus algozes, sendo que as palavras vítimas e algozes possuem significados antagônicos dependendo daqueles que as proferem. Ainda assim, as Forças Armadas receberam sem grandes revoltas a anistia, bem como a sociedade civil¹⁷⁰. Nos depoimentos, muitos foram os que criticaram a anistia e por inúmeros motivos, como expressou o general de Brigada Ferdinando de Carvalho: “pra mim deveria ser restrita” (MOTTA, 2003, t.2; p.156), ou ainda o coronel Luiz Marques Tavares, seguindo pelo Coronel Luiz Mario Portocarrero de Castro Sá Freire:

“[o presidente Figueiredo] promoveu a lei da Anistia, bastante liberalizante, que deu a oportunidade para que todos os que eram contra nós militares e contra a democracia voltassem com toda a força, exigindo mil e um direitos e, hoje a

¹⁷⁰ Devemos lembrar do cenário nebuloso em que a Lei foi aprovada. Dado que o país ainda vivia sob a égide de uma ditadura, a anistia foi recebida como uma vitória pela esquerda, só depois sendo questionada mais seriamente.

maioria deles são do governo e fazem de tudo para nos espezinhar e humilhar. A conduta do presidente Figueiredo deixou muito a desejar, principalmente depois da cirurgia, pois deu a entender que contava os dias para deixar o governo” (MOTTA, 2003, t.6; p.231).

“A anistia como foi feita nos parece hoje uma medida demagógica que em nada interessava aos verdadeiros revolucionários. Hoje, verificamos claramente ser ela unilateral, beneficiando, de maneira vergonhosa, somente aqueles que pregavam a luta armada e o caos social no Brasil” (MOTTA, 2003, t.11; p.177).

A *minoría* dos depoentes elogiou a assinatura da Lei, percebendo sua importância em momento tumultuado da vida nacional, como o general-de-exército Luiz Gonzaga Schroeder Lessa: “O presidente Figueiredo é o grande autor da Lei da Anistia. A anistia brasileira existiu. Ele fez a anistia, garantiu-a, não permitindo que houvesse movimentos dentro das Forças Armadas, que a ela se opusessem” (MOTTA, 2003, t.10; p.70). Outro depoimento aprovando a anistia foi o do general-de-exército Jaime José Juraszek, que faz questão de ressaltar sua importância, desmoralizando as críticas feitas à Lei e lembrando que os anistiados hoje se encontram inseridos na sociedade e exercendo cargos políticos inclusive:

“Acho que ela [anistia] foi feliz, veio na hora certa, em época boa, pena que algumas – pessoas com mágoas e rancores – até hoje não acreditam em sua importância. Mas a anistia teve sua eficácia, haja vista que hoje, pessoas que foram condenadas estão aí ocupando altos cargos no País. Até terroristas e guerrilheiros da época” (MOTTA, 2003, t.6; p.35).

Crítica muito freqüente foi efetuada ao reconhecimento da existência de cidadãos desaparecidos e mortos durante o regime militar, bem como a aprovação da Lei dos Desaparecidos e a criação da Comissão de Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, realizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso¹⁷¹, que

¹⁷¹ Apesar do avanço que significou a Lei dos Desaparecidos, ela recebe muitas críticas pois não obriga o Estado a investigar os fatos, punir os culpados e localizar corpos. Outro problema freqüentemente apontado refere-se à data, já que a lei considera apenas os assassinatos por motivações políticas ocorridos até agosto de 1979, não abrangendo o período final da ditadura. Mais informações sobre esse tema encontram-se em Teles, Janairna (org.). *Mortos de Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo:Humanitas FFLCH/ USP, 2000.

avaliou muitos casos, arrogando ao Estado a culpa por tais desaparecimentos e determinando o pagamento de indenização às famílias lesadas.

Os entrevistados que se referiram a este assunto ainda delicado afirmaram que embora fossem brasileiros, os indivíduos mortos que se encontravam engajados em lutas armadas, como na Guerrilha do Araguaia ou Xambioá, foram mortos em combate, de forma que as circunstâncias eram de guerra, o que exime a necessidade de enterros e entregas de corpos aos familiares. Esses militantes de esquerda eram e continuam sendo vistos como inimigos da pátria e, portanto, os entrevistados não admitem que o Estado peça reparação por tais mortes. Os depoentes afirmam que a esquerda não esqueceu nem perdoou os militares que se excederam e procuram, até os dias de hoje, formas de punir essa minoria desviante do Exército ou ainda de angariarem vantagens sobre a condição de expreso político. O fragmento de entrevista transcrito abaixo procura exemplificar essa posição:

“A anistia só funciona para um lado. Nesse dias os jornais publicaram que o governo do Estado, também, está dando uma reparação financeira àqueles que tiveram problemas com a Revolução. E o nosso pessoal? [...]. Tudo isso aumenta a frustração. Será que a família daquele tenente que foi morto a coronhadas, no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, para não fazer barulho, foi indenizado com o mesmo montante que a família do Lamarca recebeu, apesar de traidor, desertor?” (Coronel Clycio D’Azevedo. In: MOTTA, 2003, t.6; p.150).

IVf- As arbitrariedades do período militar: memórias sobre a repressão

A censura é um mecanismo de silêncio; com ela procura-se calar tudo o que não se deseja que seja ouvido e ocultar tudo o que não se quer que seja visto.

A censura é uma maneira de restringir as liberdades individuais, inclusive as mais elementares, como a de expressão ou de ir e vir. Durante o regime militar, a censura foi estabelecida com o intuito de impedir expressões de oposição ao governo instituído por um golpe, e no caso brasileiro, tinha como um dos seus nortes as teorias sobre guerra revolucionária, nas quais encontramos referências à guerra psicológica desencadeada pelo inimigo a fim de influenciar a opinião pública e insuflá-la contra a ordem vigente, através de propagandas,

programas de rádio e da incipiente televisão, de teatro e outros meios de comunicação. Assim, fazia-se necessário, segundo os militares, conter as expressões dos elementos nocivos à sociedade, filtrando as informações que a ela pudesse chegar, como forma de minimizar os efeitos da pregação comunista no país.

O decreto-base para as censuras do regime militar de 64 havia sido estabelecido no governo Dutra, em 1946, e negava a autorização de representações e exposições que contivessem ofensa ao decoro público; cenas violentas ou capazes de instigar a prática de crimes, divulgação ou indução de maus costumes. Estavam também censuradas todas as manifestações que fossem consideradas capazes de “provocar o incitamento contra o regime vigente e as autoridades públicas”; que fossem “ofensivos à coletividade ou às religiões”; que pudessem “prejudicar a cordialidade das relações com os povos” e ainda “induzir ao desprestígio das Forças Armadas”¹⁷².

À medida que o regime ia endurecendo, novos artigos iam sendo introduzidos, todos igualmente subjetivos e arbitrários, como o Decreto-lei no 1077 de 26 de janeiro de 1970 que estabelecia censura prévia, reforçando em alguns de seus artigos a legislação de 46, essência da censura no Estado autoritário pós-64:

“Art.1º - Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art.7º - A proibição contida no art.1º deste decreto aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão”¹⁷³.

Tanto o artigo número 1 acima exposto como os presentes no decreto de 1946 não apresentam definições exatas sobre o que deveria ser julgado, ficando assim a cargo dos censores definirem bons costumes, ofensa, moral, entre outros, para, a partir de seus próprios julgamentos, vetarem ou não as expressões artísticas. Dada a inaptidão dos censores muitas vezes canções, espetáculos ou filmes eram proibidos sem que o próprio compositor, escritor ou diretor

¹⁷² Berg, Creuza. *Mecanismos do Silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos/SP: EDUFSCar, 2002.

¹⁷³ Idem, p.90.

compreendesse o motivo. Casos que hoje podem soar cômicos, como o do compositor Martinho da Vila, que teve uma de suas músicas vetadas por conter a gíria “porre”, ou Chico Buarque, por utilizar em uma de suas letras a palavra “gonorréia”, inibiram o desenvolvimento cultural e intelectual do período. Isso sem contar, é claro, o político, totalmente cerceado pela censura, sob pena de prisão nos casos mais brandos, ou expulsão do país. Os indivíduos perderam o direito de se reunirem em sindicatos, partidos políticos, diretórios estudantis e afins, e assim exercerem a oposição.

Não houve depoimentos em que a existência da censura foi negada, mas a admissão da prática só aconteceu após os depoentes advertirem que esta foi uma intervenção justificável em decorrência do ambiente político em que o país se encontrava - sob intermitente infiltração comunista nos meios de comunicação e artísticos. Desta forma, para os entrevistados, a censura não se dispunha atingir os homens “de bem” mas sim aqueles que, mal intencionados, desejassem transformar o país em palco para pregação subversiva. O coronel José Roberto Eichler resumiu em poucas palavras como a maioria dos depoentes enxergou a censura: “Acredito que o cerceamento das liberdades individuais aconteceu na medida do necessário, exclusivamente do necessário” (MOTTA, 2003, t.5; p.271). Ou seja, não houve iniquidade no ato de censurar.

Respondendo às declarações daqueles que tiveram seus direitos cerceados após o golpe militar, em especial após o AI-5, o coronel Osman Godoy pareceu irritado e recusou as acusações da oposição sobre a voracidade dos censores e as limitações que foram impostas, afirmando, assim como o coronel Eichler, que as repreensões não se excederam dada a situação do país:

“Coisíssima nenhuma! Acompanhei bem de perto tudo aquilo e não houve absolutamente essa censura, assim, a troco de nada. É claro, sabe-se que houve uma censura, não se pode negar, mas não com essa intensidade que todos se arvoram em falar, nos dias de hoje. Isso é um despropósito” (MOTTA, 2003, t.10; p.198).

Evidente que se compararmos a censura no Brasil com a aplicada em outras ditaduras latino-americanas ou mesmo nos países comunistas, ela realmente foi mais branda, em especial nos anos do governo Castello e após o

início do processo de abertura. Mas tal fato não significa que não tenha havido prejuízos para a população em consequência do cerceamento das liberdades. Muitos foram os entrevistados que utilizaram o argumento da “censura branda” como escopo para defender que, por serem “poucos, imprescindíveis e pontuais”, os vetos não prejudicaram a sociedade brasileira em qualquer um dos seus aspectos.

Desta forma, mesmo vivendo em uma democracia, e possuindo um distanciamento histórico proporcionado por 20 anos do término do regime ditatorial, os entrevistados mantiveram o imaginário transmitido pelo Exército, cujo respaldo teórico dava-se pela Doutrina de Segurança Nacional da ESG e pelos cursos de guerra revolucionária, ministrados pelas escolas do Exército nos anos anteriores e posteriores ao golpe. Os argumentos justificando a intervenção militar, o cerceamento das liberdades, e mesmo a utilização da violência, como veremos a seguir, são os mesmos que encontramos nos relatos escritos no calor do momento, ou seja, nos conturbados anos 60 e 70.

Atualmente, com a expansão dos estudos acadêmicos sobre o regime militar, as publicações de memórias daqueles que participaram de ações contra a ditadura e a comprovação da prática de tortura durante o período¹⁷⁴, além da ampla atenção dada pela mídia à questão¹⁷⁵, os militares deixaram de negar a existência de tal prática. Entretanto, os depoentes não admitiram que o ônus por tais atos seja debitado na conta do Exército, pois não foi praticado pela instituição e sim por alguns poucos elementos que faziam parte dela, como exemplifica o depoimento do coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro: “Faço distinção entre o excesso individual que pode ter até uma razão neurótica, psicológica, e o excesso institucional. Este, durante toda a minha participação, eu não vi!” (MOTTA, 2003, t.6; p.88).

A tortura - prática execrada por muitos - foi, contudo, considerada por outros como resposta ao tipo de guerra que o inimigo estava travando, que descrevem como “suja”, ou seja, desprovida de ética e sem respeito à pessoa

¹⁷⁴ Sobre a tortura é imprescindível a leitura dos livros: *Brasil: Nunca Mais – um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985; Alves, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

¹⁷⁵ O jornal *Folha de São Paulo* publicou no dia 14 de janeiro de 2007 uma extensa reportagem sobre a tortura no Brasil. De acordo com o jornal, telegramas trocados entre a diplomacia brasileira e norte-americana no biênio 1973-1974 revelam que o governo dos EUA tinha conhecimento detalhado sobre as torturas no Brasil mas não tomaram nenhuma medida para impedir ou retaliar os fatos. *Folha de S. Paulo*, domingo, 14 de janeiro de 2007, Caderno 1/Brasil, p. A10-14 ou ainda www.folha.com.br/070122.

humana do inimigo. Dois excertos de depoimentos estão transcritos abaixo e demonstram a pluralidade de opiniões sobre o assunto. No primeiro, o coronel Pedro Américo Leal condena a tortura, considerando que esta é uma prática proibida inclusive nos momentos extremos de uma guerra, pois fere princípios caros a todas as Forças Armadas; já o segundo, do coronel Hahenderson Vieira, a prática é válida dada a situação do momento em que foi praticada. A justificativa estaria na primazia do inimigo ao utilizar técnicas escusas de combate e eliminação do seu oponente, obrigando os agentes da repressão a utilizarem métodos semelhantes sob o risco de serem derrotados caso assim não agissem:

“Você não pode justificar nunca a tortura. Se na guerra você não a permite e, se nós primamos por certos princípios, como vamos permiti-las quando agimos contra nossos inimigos. Não podemos” (MOTTA, 2004, t.13; p.251).

“Ora, temos que combater o inimigo com as mesmas armas que ele utiliza. Se não soubermos combatê-lo com suas próprias armas, iremos sucumbir. É possível que em alguma época tenha havido, deve ter havido, alguns excessos, talvez até alguma tortura. Não digo que isso não tenha acontecido. [...]. Mas foi episódico, esporádico, talvez até por força da quantidade de pessoas que atuavam dentro de um organismo dessa natureza, para fazer interrogatórios” (MOTTA, 2003, t.5; p.282).

No depoimento acima, percebemos também a menção à natureza do aparelho repressivo e do contingente que compunham-no. O desvio de funções das Forças Armadas é outro problema apontado; para alguns entrevistados, os membros do Exército, Marinha ou Aeronáutica não devem exercer funções policiais até mesmo porque não são treinados para isso, de forma que o treinamento que recebem, a fim de atuarem em situações de guerra, não visa a repressão e sim a extinção do inimigo. Quando as Forças receberam funções policiais, cometeu-se um grande equívoco, pois as conseqüências, até hoje sentidas pelas Forças Armadas, eram previsíveis¹⁷⁶. Conforme depoimento do coronel Clidenor de Moura Lima:

¹⁷⁶ O livro de Hélio Contreiras, bem como o de D´Araújo, Castro e Soares contém depoimentos interessantes sobre a tortura e a repressão que corroboram o argumento aqui exposto. Ver: Contreiras, Hélio. *Militares – confissões. Histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998; D´Araújo, Soares e Castro. *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

“O nosso pessoal não estava preparado para enfrentar a guerrilha urbana de forma adequada [...] que é que aconteceu? A ação, a doutrina, a filosofia da Polícia Civil predominaram sobre as idéias dos nossos oficiais que trabalhavam em conjunto com ela” (MOTTA, 2003, t.6; p.121).

O reconhecimento da tortura é difícil, pois no mais, além de ser abominada pela sociedade e proibida pelos direitos humanos internacionais, é uma prática que fere a ética militar, viola princípios e regulamentos das Forças Armadas e as tradições militares, não obstante transgredir os acordos internacionais assinados pelos presidentes militares¹⁷⁷.

A tortura, se *não* autorizada pelos presidentes ou comandantes militares, além de todas as implicações acima, caracterizaria ainda um ato de indisciplina. Todavia, se autorizada pelas esferas superiores, decorreria de uma política imoral, irracional e desprovida da ética militar, que levaria novamente ao desprestígio da instituição e mesmo do regime militar, dificultando ainda mais sua admissão, de forma que não houve um único entrevistado que declarasse conhecimento sobre a autorização ou condizência dos presidentes ou mesmo de oficiais comandantes para a realização de torturas. Entre a cruz e a espada, os depoentes preferiram reconhecer a tortura como um ato praticado pelos oficiais inferiores, suboficiais e até graduados, que exercendo funções policiais em companhia de policiais civis e militares, contaminaram-se e se deixaram levar pelos seus instintos mais funestos, corrompendo a hierarquia. O depoimento do general-de-exército Jaime José Juraszek ilustra com precisão esse pensamento:

“Os chefes militares nunca mandaram torturar; nunca vi um general, um coronel, nunca vi mandarem torturar. É bom lembrar também que as operações eram feitas em conjunto com civis, a Polícia Militar e outros órgãos” (MOTTA, 2003, t.6; p.34).

A declaração do general-de-brigada Flávio Oscar Maurer, reproduzido abaixo, ilustra outra situação comum entre os entrevistados, inclusive entre aqueles que serviam nos órgãos de repressão, como os DOI-CODIs: nenhum afirma ter realizado ou presenciado a prática da tortura. Com exceção do

¹⁷⁷ Martins Filho, João Roberto. A memória militar sobre a tortura. In: Teles, Janaina (org). *Mortos de Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2000.

depoimento do general Adyr Fiúza de Castro aos pesquisadores do CPDOC, é raro encontrarmos depoimentos de torturadores¹⁷⁸.

“Nunca participei de uma ação repressiva com o emprego da violência. Apesar de ter mantido presos aqueles elementos da VAR- Palmares durante uma semana, não cometemos contra eles qualquer agressão física. Mas na minha opinião, quando se combate a guerra suja, os métodos, às vezes, também precisam ser violentos. Acredito que tenha havido exagero por parte de uns poucos colegas, *mas sem o comprometimento da instituição*. Foram apenas atos isolados de alguns integrantes da Força” (. MOTTA, 2003, t.8; p.311, grifo meu).

Outra queixa registrada, porém menos freqüente, e uma das poucas que imputariam aos comandantes as responsabilidades pelas torturas e mortes nos porões da ditadura, versa sobre a negligência dos comandantes, que por descuido ou confiança excessiva nos seus subordinados, permitiram, ainda que inconscientemente, ocorrência de excessos. O próprio presidente Geisel, que vivenciou em seu governo a morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI no II Exército (SP), incriminou o general Ednardo, comandante da referida Região Militar, exigindo seu afastamento do cargo. Nas palavras de Geisel:

“Quando foi comandar o II Exército ele [Ednardo] se descentralizou, deixando o pessoal subordinado agir, enquanto se dedicava às relações sociais, à vida absorvente de São Paulo. [...]. Num fim de semana ele não estava em São Paulo e mataram esse operário. Então veio esse argumento: ‘Ah! Ele não sabia!’, Mas ele era o responsável! Naquela situação, ele não devia se afastar do comando, era displicência. O chefe nessa hora é responsável. Não tem o direito, quando acontece uma coisa dessas, de dizer: ‘A culpa é de fulano porque dei a ordem e ele não fez’. Sempre que acontece um fato, o responsável é o chefe” (D’Araújo & Castro (orgs). 1997, p.370 e 376).

¹⁷⁸ Fiúza de Castro, um dos criadores do CIE (Centro de Informações do Exército) e do CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) relatou o ritual das torturas. Ainda que tenha falado em 3ª pessoa, suas explicações didáticas sobre o funcionamento dos aparelhos de repressão e das práticas de tortura demonstram que seu conhecimento vai além da teoria. D’Araújo, Soares e Castro. *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

A opinião de Geisel reflete no pensamento do general Ruy Leal Campello, quando este afirma que: “Então, registro que, sem controle ou assistência de comando superior, podem ocorrer excessos. E isso cala fundo” (MOTTA, t. 3 p.77). Com isso o general impõe a necessidade de um comando forte a fim de coibir ações descabidas por parte dos subordinados. Porém, muitos afirmam que o tamanho e a complexidade das Forças Armadas e dos seus órgãos de repressão impediam muitas vezes que a ordem de um comandante chegasse aos escalões mais baixos, fugindo assim do controle das autoridades as ações realizadas em toda a dependência que figurava sob seu comando.

A decisão de Geisel em afastar o comandante do II Exército é tomada por outros como prova da ausência de envolvimento dos presidentes militares nos episódios que envolveram a prática da tortura, como fica patente no trecho abaixo, extraído do depoimento do Tenente-Coronel Elias Lima Barros:

“Tudo decorreu do estado emocional que envolvia os protagonistas, mas nunca esteve no pensamento do Governo Central apoiar tais atos ilícitos”. Houve um fato elucidativo neste sentido: a própria decisão do Presidente Geisel. Ao tomar conhecimento do caso do jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, de imediato afastou das funções o Comandante do II Exército. Essa decisão demonstra a repulsa do militar brasileiro a atos de violência e ‘revanchismos’, resultado de sua formação e, sobretudo, de sua índole [...]” (MOTTA, 2003, t.4; p.198).

Aproveitando o destaque dado pela mídia ao tema da tortura e as recentes denúncias e ações judiciais movidas com intuito de reparação dos danos causados pela repressão às famílias das vítimas do regime militar, inserimos o depoimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do comandante do DOI/CODI/ II Exército, no período de 29/09/1970 a 23/01/1974 , autor de *A Verdade Sufocada* e que hoje enfrenta processo no judiciário, movido pela família Telles, que afirma ter sido vítima das truculências do coronel em dezembro de 1972¹⁷⁹, o que é veementemente negada pelo coronel e por muitos dos seus companheiros que, solidários, declararam-se publicamente através do site Terrorismo Nunca Mais (www.ternuma.com.br) não acreditarem nas versões

¹⁷⁹ As denúncias foram apresentadas em artigo do jornal *O Globo* em 10/05/2005, autoria do jornalista Evandro Éboli, e posteriormente, em 15/10/2006 uma matéria sobre o assunto foi veiculada pela TV Globo no programa *Fantástico*, onde adquiriu grande repercussão.

da família Telles e afirmam ser o coronel vítima de mentiras dos revanchistas apoiados pela mídia¹⁸⁰:

“É claro que temos que respeitar os direitos humanos das pessoas. Devemos respeitar! Mas, em primeiro lugar, é preciso respeitar os direitos humanos da vítima, os direitos humanos dos inocentes, os direitos humanos das pessoas corretas. Depois, então, vamos respeitar os direitos humanos dos bandidos, os direitos humanos do terrorista. Se os direitos humanos do terrorista tivessem sido respeitados, se ele só tivesse sido interrogado na presença de um advogado, como manda a lei, será que o sr. Abílio Diniz estaria vivo hoje? Claro que não. Bom, como conclusão a respeito da tortura, posso dizer que a mídia explora a tortura com estardalhaço e sensacionalismo” (coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. MOTTA, 2003, t.5; p.232).

Por fim, o depoimento do tenente-coronel Idalécio Nogueira Diógenes serve como expressão da opinião majoritária entre os militares, ou seja, a de que as selvajarias foram praticadas em nome de um bem maior, o bem do Brasil:

“O Brasil deve à Revolução o fato incontestado de ter evitado uma guerra fratricida como acontecia, então, no Vietnã. [...]. Esse é o maior mérito da Revolução. Isso justifica, ao meu ver, até mesmo os eventuais desvios de conduta de alguns” (MOTTA, 2003, t.4; p.189).

Com relação ao termo pelo qual designam o movimento de 1964, a maioria dos entrevistados optou por utilizar revolução ao invés de ditadura, e explica o porquê de tal escolha:

“Nós tivemos ditadura! Evidentemente não adianta negar, dizer que os presidentes foram eleitos e homologados pelo Congresso, que houve rotatividade no poder maior – o Presidente da República. O congresso homologou porque não havia outro jeito, tinha que homologar. Vivemos um período ditatorial, em que havia cerceamento dos Poderes Judiciários e Legislativo que funcionaram, se tanto, na medida em que o Comando da Revolução permitia” (Coronel Celso Chagas da Costa. In: MOTTA, 2004, t.13; p.301).

¹⁸⁰ “Criméia e família: a mentira e a verdade/ Mentiras”. Ternuma, 30/09/2006. In: www.ternuma.com.br

“Mas como ditadura? Tivemos cinco presidentes com ciclo determinado, eleitos indiretamente pelo congresso, ou seja, eleitos por senadores e deputados que foram escolhidos diretamente pelo povo. Então, não houve governos militares, houve presidentes de origem militar, que a primeira coisa que faziam era tirar a farda, para demonstrar que eles estavam ali para ser presidente dos brasileiros, e não Comandante dos brasileiros” (Tenente-Coronel Reginaldo Pontes Bielinski. In: MOTTA, 2003, t.11; p.324).

No caso da denominação do movimento aparentemente vimos surgir divergências, no entanto, ainda quando as discordâncias parecem existir, como por exemplo, em análise mais profunda percebe-se que, na realidade, tratam-se apenas de diferentes nomenclaturas para expressar o mesmo fenômeno; a perspectiva que se depreende das entrevistas é inutária.

Sobre os erros da revolução, todos os entrevistados emitiram opiniões, afinal esta era mais uma das questões que compunham o questionário da Coleção, e poucos foram os que não enxergaram desacertos, seja na condução do processo revolucionário, seja na atuação política, social ou econômica. Os erros não são justificados em sua essência, pois os depoentes admitem que só puderam ser considerados como equívocos anos após as suas efetivações, ou seja, *a posteriori*, quando suas conseqüências fizeram-se sentir. Essas avaliações em si mesmas não são memórias mas foram possíveis graças ao recurso da memória; assim, foi através do ato de rememorar o passado que os depoentes puderam avaliá-lo¹⁸¹.

Muitas falhas foram apontadas, dentre as quais podemos citar as cassações injustas que se abateram sobre indivíduos que não obstante não foram ideologicamente ligados a qualquer grupo, fizeram oposição ao governo, a disputa pelo poder entre os militares, a falta de investimentos em educação, o endurecimento demasiado do regime. O depoimento do general-de-exército Alacyr Frederico Werner chama a atenção para o caso das cassações, no que é seguido pelo coronel Renato Brilhante Ustra:

“Toda Revolução comete erros, e pra mim o maior deles é silenciar as vozes discordantes. No Brasil, não me consta que tenham silenciado alguém na base da eliminação. Houve muitos que foram silenciados à base de cassações

¹⁸¹ Nora, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. Projeto História PUC/SP. São Paulo: (10), dezembro de 1993.

políticas. Essas, realmente, atingiram alguns injustamente. Dois foram cassados, não sei por quê: Juscelino e Carlos Lacerda” (Motta, 2003, t.1; p.74).

“[...] a gente sabe que em algumas cassações existiam interesses pessoais – muitas vezes exorbitara; atingiram pessoas que não tinham culpa, talvez por contrariar o Governo, mas sem qualquer vínculo ideológico” (MOTTA, 2003, t.5; p.258).

O coronel-aviador Gustavo de Oliveira Borges mostrou lucidez ao compreender o efeito nocivo que anos de ditadura sem oposição e sem condições do surgimento de novos líderes políticos pode acarretar a um país: “ao meu ver o principal [erro] foi não criar lideranças civis para passar o bastão” (MOTTA, 2003, t.5; p.310).

A crítica mais recorrente foi relativa à duração da “revolução”. Muitos foram depoimentos que julgaram demasiado o tempo de permanência dos militares no poder, fato este que teria contribuído para a imagem negativa do movimento e do próprio Exército frente à sociedade civil. Nas palavras do coronel Hahenderson Vieira: “penso que o principal erro foi o tempo de permanência no poder” (MOTTA, 2003, t.5; p.281), ou ainda do senador Jarbas Passarinho: “onde está o erro? Termos demorado muito” (MOTTA, 2003, t.5; p.61).

Contudo, testemunhos naturalizando os erros, como o do general-de-brigada Manoel Theóphilo de Oliveira Neto, por considerá-los comuns e inerentes à natureza humana, foram tão abundantes quanto necessários para que os militares não recaíssem no erro de condenar o movimento e desmontar toda a argumentação sobre a positividade do período militar: “a Revolução foi implementada e conduzida por pessoas, sujeitas a erros. Só comete erros quem realiza, quem produz, quem dinamiza. Quem nada faz não comete erros, a não ser da sua inação” (MOTTA, 2003, t.4; p.99)

Faz-se necessário ressaltar que, ainda que haja algumas ressalvas aos governos militares, as memórias são positivas ao analisarem o período 1964-1985 como um todo. Não houve um depoimento sequer em que o período militar não tivesse sido reconhecido como de grande avanço para o país, seja econômica ou socialmente. Os depoentes não se eximiram das críticas, mas fizeram-na de forma

pontual, abrangendo alguns governos apenas ou mesmo algumas ações específicas de cada governo. No geral, os vinte e um anos de ditadura são vistos de forma positiva, como atesta o depoimento do general-de-brigada Ruy Leal Campello:

“O Brasil não parou. O País foi marchando, nas sendas do progresso. De 1964 a 1985 o desenvolvimento foi notável, em todos os sentidos, na educação, nos transportes, nas comunicações, na energia. Foi um período de tranqüilidade de que desfrutamos” (MOTTA, 2003, t.3; p.73).

Neste capítulo mais uma vez a homogeneidade das memórias foi percebida, pois os discursos dos militares, da mesma forma que qualquer outro, sofreram coerções sociais que determinaram não apenas a linguagem, mas também o que está por detrás das palavras, os interesses pontuais, que, neste caso, refletiram as formas cristalizadas de ver o mundo das Forças Armadas, em especial do Exército, instituição da qual a maioria faz parte. Devemos lembrar ainda que, caso do Exército, esta coerção é sentida com mais força, afinal, por ser uma instituição social total¹⁸², abarca todas as dimensões da vida social dos indivíduos.

¹⁸² Leirner, op.cit.

V- Conclusão:

“E se a memória mais não fosse que produto da imaginação?”

*André Breton*¹⁸³

Trabalhar com memória não foi tarefa simples. Requeriu algo além da teoria e do conhecimento histórico; uma sensibilidade para perceber como e porquê os fatos são memorados de tais ou quais formas, paciência e muita perseverança.

Primeiramente, devo advertir que salta aos olhos, logo nas primeiras leituras das entrevistas, o desejo dos militares de reafirmarem a identidade do Exército, ou melhor, o “espírito militar” de seus componentes, através de uma narrativa moldada com o objetivo de repassar a impressão da instituição como algo unitário, coeso, estável, integrada por indivíduos de boa índole, caráter, cumpridores de ordens e de seus deveres, cuja luta foi pelo bem da nação, da democracia e do povo brasileiro. É interessante notamos ainda, a posição em que os oficiais do Exército colocam a instituição: como a vanguarda das Forças Armadas em todos os episódios importantes da história nacional e também na formação de opinião das Forças. A própria expressão “nós, os militares”, muito utilizada, não faz distinção entre as Forças quando na realidade expressa apenas a visão do Exército sobre o golpe e o período ditatorial, que difere substancialmente daquela que figura no imaginário da marinha ou da aeronáutica¹⁸⁴. Aliás, tanto a marinha quanto a aeronáutica não demonstram a preocupação que o Exército possui em formular uma narrativa institucional sobre o período militar.

Com o passar dos anos e o decrescente interesse dos militares mais jovens sobre a atuação da instituição no golpe de 1964, ocasionado principalmente pelo recolhimento silencioso daqueles que atuavam no regime, assim como as crescentes críticas da sociedade civil ao período e seus gerentes, aqueles que de alguma forma viveram os anos em que o país esteve sob domínio das armas, sentiram necessidade de lutar, como coletividade, para a preservação de suas

¹⁸³ Citado em Le Goff, op.cit. p.471.

¹⁸⁴ Ver: História Naval Brasileira. Volume Quinto, Tomo II. Serviço de Documentação geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1985. p.450

memórias. Neste caso, a memória tenta recompor a relação passado-presente e é uma tática de sobrevivência emocional do grupo, desgastado com os inúmeros ataques e ferida na ideia de que contribuíram para o bem da Nação e, no entanto, não possuem suas atitudes reconhecidas, dado que a versão vencedora da batalha pela memória é a daquele grupo que perdeu o combate político em 1964¹⁸⁵.

Mas, mais do que isto, as entrevistas figuram como uma tentativa de estabelecer o lugar da memória do grupo na sociedade. Os depoimentos de oficiais até então publicados, por não terem o caráter institucional, demonstraram mais as divergências, erros e problemas do que a unidade e virtudes do movimento de 1964. Sendo assim, não é de estranhar a ânsia dos militares em registrar as próprias memórias, escrevendo uma versão oficial da história, que já corria dentro do grupo, mas que se mantinha dentro dele.

Isto tornou-se evidente por dois motivos em especial: a quantidade de depoimentos que compõe a Coleção. Será que era mesmo necessário colherem 220 entrevistas, inclusive de oficiais que, no período, não passavam de estudantes dos primeiros anos das academias militares, ou ainda que serviam em locais muito distantes do centro nevrálgico das articulações? Será que a participação destes depoentes era mesmo necessária, acrescentou algo novo, além da simples repetição do que por anos os oficiais ouviram dentro dos seus quartéis? Acredito que não. Outra evidência refere-se aos depoimentos divergentes. Como exposto, estes foram poucos, porém reveladores, já que, em sua maioria, eram palavras de oficiais que estiveram dentro das articulações ou dos governos militares, como dos coronéis Passarinho e Brilhante Ustra, ou do general Leônidas Pires Gonçalves, cujas patentes em 1964 eram intermediárias, de forma que estavam próximos de comandos militares e, assim, possuíam mais informações sobre as articulações. Isso não significa que este grupo não esteve preocupado com a imagem que passariam da “revolução”, mas que a vivência superou as investidas institucionais na fixação de versões sobre os fatos.

¹⁸⁵ É recorrente a ideias de que perderam para a esquerda a batalha pela memória, como fica explícito no trecho da introdução da Coleção, escrita por Jarbas Passarinho, na qual o coronel sinaliza a situação dos oficiais que participaram do golpe e dos governos militares: “são quase mortos-vivos a sofrer o ‘revanchismo’ dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida do governo de esquerda moderada. Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens” (Passarinho. In: Motta, op.cit, p.27).

Ficou manifesto que os discursos dos militares são pretensas tentativas de exprimir seus pensamentos, falar sobre o mundo exterior e interior dentro do quadro de assuntos propostos pela Coleção, e principalmente, de agir sobre o mundo. As memórias individuais, no entanto, revelam que as visões dos indivíduos estão permeadas pela visão institucional.

Ainda com relação à memória individual, podemos dizer que ela foi exposta de forma a se apresentar “colada” à memória coletiva, ainda que não o tenha sido feito deliberadamente pelos entrevistados, pois, ainda que cientes da influência exercida pela instituição nas suas falas, a maioria dos depoentes afirmou que suas versões são genuínas, expressando a verdade dos episódios. Isso pode estar ligado ao fato dos entrevistados acreditarem que, por ser o Exército uma instituição “apolítica” no sentido que *não* visa o bem de um grupo, mas do país como um todo, estão isentos das paixões ideológicas que arrebatam os outros segmentos da sociedade, como políticos, estudantes ou intelectuais e, portanto, isentas de interesses escusos. Todavia, por mais que desejem uma situação diferente, os discursos dos militares são, na realidade, reproduções do discurso de seu grupo social, neste caso especialmente do Exército.

A seletividade da memória foi sentida com clareza em muitas passagens do texto. Não obstante a importância de alguns fatos históricos como as disputas internas à corporação pela presidência, os desentendimentos entre Castello e Costa e Silva ou ainda o caso Frota, estes foram assuntos pouco lembrados e, quando foram, revestiram-se de uma amenidade que inexistiu no período. O grupo como um todo procurou – consciente ou não – omitir atos e fatos onde a cisão existente dentro do Exército se mostrasse com exatidão, de modo que as fraquezas, os erros, as reticências ou as vacilações dos líderes militares foram muitas vezes “esquecidas”, restando a imagem vitoriosa, forte, decidida e imperiosa dos fatos e personagens no momento do golpe.

Percebi que o enquadramento da memória, realizado pela instituição através da transmissão de uma história oficial dentro da corporação, surtiu efeito. A publicação de biografias e livros variados sobre o golpe escritos por militares foi outra forma de influência na visão do golpe pelos oficiais. Não raro foram os depoimentos que citaram estas bibliografias e em alguns casos, até mesmo passagens completas destes livros como fontes de conhecimento da história por parte dos entrevistados. Estes livros, escritos por “historiadores orgânicos”, no

sentido gramsciano, buscaram unificar e manter a unidade em torno da memória do grupo e da identidade da organização. Desta forma, o regime militar foi muitas vezes lembrado como algo envolto em uma áurea mística, ideal, e os depoentes articularam suas memórias e expressaram suas opiniões de forma a parecerem sempre certos quanto aos benefícios da intervenção militar, que, para eles, poderia ser comprovada pelas palavras de outros militares mais ativos, como os autores dos livros por eles lidos. Notei ainda que a seletividade da memória e seu enquadramento estavam intrinsecamente ligados.

A presença da “memória herdada” foi recorrente nos depoimentos. A memória do grupo trazia como legado os episódios da Intentona Comunista, e em que estes eventos eram rememorados como se realmente houvessem sido vividos pelos entrevistados, não obstante muitos deles serem extremamente jovens nos anos 30 e não figurarem nas fileiras do Exército. Mesmo não havendo participado dos acontecimentos, os entrevistados possuíam uma história sobre eles e reproduziam-na como se realmente tivessem participado dela, tamanha era a precisão de detalhes ao descreverem os fatos, sem contar a certeza na veracidade do que estava sendo narrado. Alguns acontecimentos vividos “por tabela”, como a atuação de Mourão, as reuniões dos conspiradores, o movimento das tropas em 1964, para citar só alguns eventos, são descritos por muitos que não estiveram presentes nos momentos em que tais fatos aconteceram, mas que de tanto ouvirem falar, tornaram-se conhecidas, adquiriram tamanha significação que por vezes os indivíduos encontram dificuldades em distinguir sua participação ou ausência no episódio. O fenômeno aconteceu ainda com personagens importantes, dentre os quais destacamos Castello Branco. Não foram poucos os que conheceram pessoalmente o general, mas poucos foram os que desfrutaram de seu convívio além da caserna; entretanto, o primeiro presidente do ciclo militar é tratado com tanta familiaridade que passa aos menos avisados a impressão de que o narrador fruiu da intimidade do general.

Outra conclusão à qual cheguei é a de que, quanto mais distantes da atualidade, mais uniformidade possuem as narrativas memorialísticas. Isso porque a sua formalização opera de forma a selecionar alguns eventos, fatos e personagens, em detrimento de outros. Entretanto, é notável o crescimento das posições dispareas quando mais próximas dos dias atuais as análises vão se estabelecendo. Assim, até o governo de Castello ou mesmo de Costa e Silva, a

“revolução” é narrada de forma mais uniforme, poderíamos dizer que idealizada, como se fosse uma tentativa de restabelecer uma “verdade histórica” amparada no consenso entre os entrevistados. Ao analisarem tais períodos, notei que muitos entrevistados recorreram à pontes de apoio da memória, como forma de reforçar a veracidade do que estavam dizendo.

Contudo, quanto maior a proximidade temporal, mais a memória torna-se viva, resultando em opiniões mais pessoais, menos envoltas na uniformidade imposta ao grupo, pela necessidade da instituição em garantir a história “oficial”. Isto não significa que esta uniformidade não seja desejada pela corporação, mas que por questões que fogem a ela, a solidificação da memória do grupo se torna tarefa difícil; isso sem contar na carência de escritos militares detalhados sobre os três últimos presidentes do período militar. A relação entre passado e presente é ainda conflituosa, pois este passado é recente, de forma que não houve ainda distanciamento suficiente para que os oficiais entrevistados realizassem uma revisão do que foi vivido nos últimos governos militares. As impressões se mantêm fortes, motivo que podemos supor, seja uma das causas de tanta indignação do entrevistados com o processo de abertura e especialmente de anistia, que garantiu muitas críticas ao último governo militar.

Com relação a figura de Castello Branco, impressiona a forma com que este é tratado pelos entrevistados: sempre respeitosa e positivamente. Como já foi dito nos dois últimos capítulos, esse foi o presidente militar que entrou para o imaginário como um modelo de disciplina, legalidade e espírito militar, enfim, de virtudes que devem ser seguidas pelas gerações posteriores. Não obstante ter entrado para a política, Castello é tido como o militar que não se deixou enleiar nas ramas políticas, nem quebrou os bastiões do Exército – a hierarquia e a disciplina – e manteve-se como o baluarte da legalidade. Essa admiração por Castello soa como uma tentativa de transformá-lo em mais um mito dentro do Exército, não nas proporções de Caxias ou de Osório, mas ainda assim um ideal de conduta moral e militar a ser almejado pelas futuras gerações.

Novamente sobre a imagem de Castello, percebemos que ela foi petrificada em determinado momento da trajetória do general, sendo esquecidos os momentos de fraquezas, os erros, os percalços e dificuldades impostos pela política econômica, bem como pela censura e repressão do governo Castello.

Vimos que um dos objetivos claros das entrevistas era disputar a verdade dos fatos com a esquerda. No entanto, esta batalha não ocorre apenas entre civis e militares; ela esteve presente entre os próprios entrevistados, haja visto os conflitos de opinião que ocorrem entre os membros das diferentes correntes que existiam dentro do Exército e que acabaram polarizados entre os “duros” e os “castellistas”. Apesar dos esforços dos entrevistadores¹⁸⁶ para produzirem narrativas convergentes que resultassem em uma uniformidade na história contada pelos oficiais, percebemos sutilmente a distinção de opiniões, fato este que se tornou extremamente revelador da posição do entrevistado quando o assunto memorado era a escolha do primeiro presidente militar ou mesmo a linha de atuação de Castello e Costa e Silva. A hierarquização valorativa das personagens revelou mais do que simples simpatia com uma determinada figura, mas, sobretudo apreço por toda uma conduta política e militar que se refletiu ainda nas análises dos entrevistados sobre os erros e acertos dos governos entre os anos 1964-85.

O aparecimento de provas incontestes da participação dos militares em episódios de torturas, amplamente divulgados pela mídia e por grupos de esquerda exigiu que os militares reordenassem suas memórias. A reordenação de certos elementos da memória, como o caso do reconhecimento das práticas de torturas, exigiu empenho dos entrevistados para fugirem da incoerência e manterem o sentimento de unidade e continuidade. A tortura foi objeto de grande investimento por parte da organização militar, e teve custos políticos cujos preços são pagos até hoje, segundo os militares, em decorrência do revanchismo da esquerda. Tal reconhecimento, assim como o da existência de censura, modificou o espírito do regime, sempre classificado como democrático.

Para escapar das armadilhas impostas pelo paradoxo regime autoritário-democracia, os depoentes recorreram às justificativas, posicionando as decisões militares - a própria intervenção e o AI-5 - como respostas às investidas da esquerda. Em resumo, defenderam a necessidade de romperem a legalidade para a manutenção da ordem ou ainda a adoção de ações autoritárias para resguardarem a democracia, algo já lembrado por Moniz Bandeira (1978, p.472)

¹⁸⁶ Os entrevistadores intervinham frequentemente na fala dos entrevistados, tentando interferir na resposta de forma a tornarem-nas sempre favoráveis aos militares. Basta a leitura de algumas entrevistas para que estas interferências sejam notadas.

e que continua válido até os dias de hoje: “não havia, no momento, pretexto mais eficiente para encobrir o atentado à Constituição e a quebra de hierarquia do que a defesa da hierarquia e o respeito à Constituição”. Por outro lado é inegável que havia entre os membros da corporação um questionamento sobre a existência de tais práticas, fato este que não permitia que a memória sobre o tema fosse suficientemente sedimentada no grupo, motivo pelo qual os questionamentos de grupos externos atingiram os militares e o fizeram recolocar o problema, procedendo disto a reorganização da memória coletiva.

A censura e suas conseqüências são outros temas importantes para civis e militares. As dificuldades impostas pela censura foram desconsideradas pelos entrevistados, já que a ponderaram branda e só impingida quando sua não execução significasse perigo à “revolução”. Os militares rememoraram a existência de oposição na mídia através da publicação de charges e artigos atacando o governo e a figura presidencial, lembrando de piadas e apelidos dados aos líderes dos governos. Os oficiais sempre salientaram que a censura pode ter incomodado os artistas, mas não impedido suas expressões e, para ilustrar, citaram exemplos como o surgimento do Cinema Novo e da Tropicália como formas permitidas de expressão ainda que contrárias ao governo “revolucionário”.

Com relação à política, no entanto, a posição é diferente, pois vários foram os entrevistados que declararam que o impedimento das expressões oposicionistas foi um dos erros da “revolução”, assim como o foi a falta de discernimento entre oposição à política governamental e simpatia ideológica pelo comunismo. Neste caso precisamos dar atenção à temporalidade. Apesar de salientarem o endurecimento do regime pós-68, as memórias sobre a censura parecem estacionadas no tempo relativo ao governo Castello ou saltam deste para o período Geisel e Figueiredo. Isto porque se as avaliações sobre a censura fossem realizadas em períodos de AI-5, a conclusão dos entrevistados seria outra, o que derrubaria a teoria da censura moderada. Desta forma a memória dos entrevistados seleciona os períodos em que foi possível a existência de expressões artísticas ou mesmo políticas e relega ao esquecimento o período mais duro do regime.

Com as observações acima, concluímos que a hipótese principal deste trabalho fez-se verdadeira: os militares, ainda hoje, utilizam a memória para

legitimar e justificar a intervenção da qual o Exército foi protagonista em 1964. Indo além, tentam também reafirmar a identidade da instituição e defender sua serventia nos dias atuais.

Interessante notarmos que, sob a perspectiva interna da organização, a análise do golpe, suas raízes e conseqüências difere substancialmente daquela realizada pela literatura até então. Por anos, historiadores, sociólogos e estudiosos em geral apontaram o anticomunismo, a ânsia pelo poder ou ainda as agitações sociais, como raízes do golpe. Analisando a estrutura interna da instituição através dos relatos de seus membros, percebemos que na realidade o nó da questão é a hierarquia, ou melhor, a quebra desta com as agitações militares que tiveram início em 1963 e atingiram o ápice no ano do golpe. Não há dúvidas de que se, ainda que descontentes com os rumos da política, não foi este o principal motivo para a intervenção e sim o desprezo de Jango pelos pilares da instituição.

A história não comporta “sés”, entretanto, muitos foram os entrevistados que afirmaram que se não tivesse havido a quebra a hierarquia, incentivada pelo governo, não teria havido o golpe, assim, fica evidente que a condição necessária para o golpe foi a mudança provocada na dinâmica interna da corporação. Desta forma, é fundamental para que compreendamos com profundidade as questões militares o entendimento do papel que a hierarquia desempenha na instituição, algo que não cabe a este trabalho que visa estudar a memória militar e não a dinâmica da corporação¹⁸⁷.

Os depoimentos negam a minha colocação sobre a unidade momentânea ocasionada pelo sentimento de desrespeito à hierarquia e a disciplina. Para os oficiais depoentes, realmente nos momentos que antecedem o golpe não existia uma harmonia entre os militares quanto a intervenção, contudo, após o levante de Mourão a coesão se fez para não mais deixar de existir. Neste ponto tenho que discordar das memórias e lembrar o leitor do surgimento das disputas internas pelo poder, bem como do nascimento da divisão entre “castellistas” e “linhadura”.

Com relação à hipótese subsidiária, ficou comprovado pelos relatos que os militares não sintam desprezo pela democracia; ao contrário, eram defensores desta, porém a concepção que possuíam de tal conceito difere daquela aceita pela

¹⁸⁷ Para compreensão da hierarquia militar e seu papel estruturados faz-se imprescindível a leitura de Leirner, Piero. *Meia-volta, volver*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

sociedade civil. Conforme os depoimentos, o interesse do exército não estava em possuir o poder, mas sim em restaurar o que os militares chamavam de ordem, além de reorganizar economicamente o país, devolvendo em seguida o governo aos civis. A soberania popular foi compreendida como valor menos relevante frente ao desenvolvimento econômico, que por si só justificaria, segundo depoimento dos oficiais aqui estudados, a intervenção militar.

Relativamente à Coleção, afirmo que, ainda que haja uma ou outra divergência entre as opiniões gerais, predomina entre as entrevistas o que chamo aqui de história oficial, ou seja, a história que o exército como instituição deseja ver passada à sociedade a principalmente aos seus futuros oficiais, algo que fica evidente graças à homogeneidade dos relatos. A atribuição da culpabilidade dos atos praticados pelos militares – do golpe, passando pela censura, AI-5, o excessivo tempo de permanência no poder e até o modelo de anistia – foi sempre delegada à esquerda, colocando-se como reação dos militares a atitudes civis, seja de governantes, dos grupos de esquerda ou ainda do clamor popular pela intervenção militar. Esse último item, aliás, foi levantado por todos os entrevistados, que sentiram-se orgulhosos do papel desempenhado pelo exército: intérprete da vontade nacional.

Não obstante as críticas realizadas aos excessos do regime, os militares não o consideram uma ditadura, mas sim um governo presidido por militares. Ainda assim, todos os sacrifícios segundo os entrevistados, valeram a pena, pois foram responsáveis pelo avanço econômico do país.

Por fim, fica nítido na Coleção seu caráter de revide à esquerda e, principalmente, o engajamento dos militares na batalha pela comunicação social, que muitos entrevistados consideraram perdida pelos governos militares. Mas, como perder a batalha não significa perder a guerra, continuam os militares bravamente engajados na tentativa de ganharem o combate, melhorando a concepção da sociedade civil sobre o período militar e o golpe de 1964. Assim, esses oficiais se colocaram como os genealogistas da antiguidade, cujo papel era o de manter a coesão do grupo, ou ainda como os mnemon da Grécia arcaica, encarregados de guardarem as lembranças do passado esperando utilizá-las em defesa da justiça.

Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de. “A participação da imprensa na queda do Governo Goulart” In: *1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- ABREU, Marcelo de Paiva. “Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964”. In: *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)*. São Paulo: Campus, 1990.
- AFFONSO, Almino. *Raízes do Golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o Arbítrio: diários e memórias 1961-1967*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil: 1964-1964*. Rio de Janeiro/ Brasília: Revan/ Editora UnB, 2001.
- Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Brasil: Nunca Mais – um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985
- BECKER, Howard S. *Método de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BECKER, Jean-Jacques. “O handicap do a posteriori”. In: Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERG, Creuza. *Mecanismos do Silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos/SP: EDUFSCar, 2002.
- BIERRENBACH, Julio de Sá. *1954-1964 Uma Década Política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.
- BOBBIO, Norberto et alii (orgs.) *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *L'illusion Biographique*. Actes de la Recherche em Sciences Sociales (62/63): 69-72, Juin 1986.

CAMARGO, Aspásia de & GÓES, Walter de. *Diálogos com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

----- *Os Militares e a República: Um Estudo Sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

-----*O Espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CASTRO, Celso et alli. *Nova História Militar*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

----- *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

----- *Forças Armadas na Primeira República*, In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*, Vol.9, São Paulo, Diefel, 1977.

CHAGAS, Carlos. *A Guerra das estrelas (1964/1984) – Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CONTREIRAS, H. *Militares: confissões (histórias secretas do Brasil)*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998.

COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: A Versão e o Fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura (Brasil: 1964-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

----- *Memória viva do regime militar (Brasil: 1964-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'AGUIAR, Hernani. *A Revolução por dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

D'Araújo, Maria Celina. "Geisel e Figueiredo e o Fim do Regime Militar". In: *1964-2004: 40 Anos do Golpe*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina; Soares, Gláucio Ary Dillon, & Castro, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo – A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

-----; Soares, Gláucio Ary Dillon, & Castro, Celso (orgs.). *Visões do golpe – A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1995.

----- & Castro, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

----- & Castro, Celso (orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DEL VECCHIO, Ângelo. *Visões de um objeto incômodo: o regime militar brasileiro*. In Estudos de Sociologia 15. Laboratório Editorial. UNESP/Araraquara, 2003.

DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro – Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DINES, Alberto, et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

DUARTE, Eulilo. "32 mais 32 igual a 64". In: Dines, Alberto (org.). *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

DULLES, John W. F. *Castello Branco – O Caminho para a Presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

DUPAS, Maria Angélica. *Pesquisando e Normalizando*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2004.

FARIAS, O. Cordeiro de. *Depoimento sobre a Revolução de 31 de Março de 1964*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1970.

FERRAZ, Francisco César Alves. Resenha: Militares: confissões: Histórias Secretas do Brasil, de Helio Contreiras. In: *Revista de Sociologia e Política*. Junho de 1999, no 012, Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

FICO, Carlos. *Além de 1964: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Wilson. “A Margem Esquerda”. In: Dines, Alberto (org). *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política – Tenentismo e Camadas Medias Urbanas na Crise da Primeira República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada – As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

----- *A Ditadura Escancarada – As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

HALBWACHS, MAURICE. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: SagraLuzzatto, 1999.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEIRNER, Piero. *Meia volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIRA NETO. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. 1964 – 31 de março: O movimento revolucionário de sua história. Resenha, *Teoria & Pesquisa*, número 46, janeiro de 2005, pp.173-178.

MARKUN, Paulo, 1961, *Que as Armas Não Falem*. São Paulo: Senac, 2001.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas/São Paulo/São Carlos: Mercado de Letras/Fapesp/Editora da UFSCar, 1998.

MELLO, Jaime Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979.

MONTENEGRO, Antonio Torres. “História Oral, caminhos e descaminhos”. In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Marco Zero, vol13, no 25-26, setembro 92- agosto 93.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 14 Tomos.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho – o anticomunismo no Brasil(1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/ Fapesp, 2002.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias – A verdade de um revolucionário*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NORA PIERRE. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo: Projeto História, 1993.

PEDREIRA, Fernando. *Março, 31. Cíveis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

PINTO, Bilac. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro:Forense, 1964.

POPPE de Figueiredo, M. *A Revolução de 1964-um depoimento para a história da pátria*. Rio de Janeiro: APEC. 1970.

PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: *Usos & abusos da história oral*. Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: As reconstruções da Memória”. In: *1964-2004. 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

SANTA ROSA, Virgílio. *O que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

-----, 1905 – *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar*. São Paulo: Edusp, 1994.

SILVA, Hélio. *Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SINTONI, Evaldo. *Imaginário e Política: o Golpe de 1964*. Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *O Brasil de minha geração – mais dois decênios de lutas – 1956/1976*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976;1977. 2 Vols.

TELES, Janairna (org.). *Mortos de Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo:Humanitas FFLCH/ USP, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

VALDMAN, Daniele. Definições e Usos. In: *Usos & abusos da história oral*. Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 1998).

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval et all (org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo:Atlas, 1999.

VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano que Não Terminou. São Paulo: Nova Fronteira, 2006

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: USP, 1990.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: Um Perfil*. São Paulo: Globo, 2003.